

**A CONCORDÂNCIA VERBAL NA FALA URBANA
DE RIO BRANCO**

Por

Dinah de Araújo Rodrigues

**INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM / IEL
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS / UNICAMP**

**Campinas
1997**

R618c

36609/BC

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

7094030

Dinah de Araújo Rodrigues

**A CONCORDÂNCIA VERBAL NA FALA URBANA
DE RIO BRANCO**

Dissertação apresentada ao Curso de
Linguística do Instituto de Estudos da
Linguagem da Universidade Estadual de
Campinas como requisito parcial para
a obtenção do Título de Mestre em
Linguística.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria Luiza Braga

Unicamp
Instituto de Estudos da Linguagem
1997

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

R618c Rodrigues, Dinah de Araújo
A concordância verbal na fala urbana de
Rio branco / Dinah de Araújo Rodrigues - -
Campinas, SP: [s. n.], 1997.
Orientador: Maria Luiza Braga
Dissertação (mestrado) - Universidade Es-
tadual de Campinas, Instituto de Estudos da
Linguagem.
1. Sociolinguística. 2. Língua portuguesa -
verbos. I. Braga, Maria Luiza. II. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da
Linguagem. III. Título.

María Luíza Braga
Profa. Dra. María Luíza Braga - Orientadora

Angela C. de Souza
Profa. Dra. Angela Cecília de Souza Rodrigues

Tânia Maria Alkemin
Profa. Dra. Tânia Maria Alkemin

Esta dissertação é dedicada

A Deus que me iluminou e me assistiu e a Quem devo o legado de pensar, falar e interagir.

À memória de meu pai Dim e de minha mãe Nair, com infinita ternura.

À memória do meu marido Luiz (Lulu), companheiro inesquecível.

Aos meus três Josés: Wagner, Márcio e Augusto e a minha afetuosa Kátia Rejane, filhos queridos e fonte de inspiração.

As minhas noras, Maria Malba e Regina Célia e ao meu genro Sócrates José, com o meu afeto.

Aos netos Elisa Rejane, Patrícia, Fábio, Viviane, Lucas e Camila, pela felicidade que me dão.

Agradeço

À Universidade Estadual de Campinas, particularmente, ao Instituto de Estudos da linguagem - IEL - e à Universidade Federal de Rondônia, pela oferta do Curso de Mestrado em Lingüística, através do Convênio UNIR/UNICAMP.

À Universidade Federal do Acre, pelo apoio em todos os seus segmentos, notadamente, na Pró-Reitoria de Pós-graduação e Departamento de Letras,.

Aos informantes, com apreço, pelo muito que me deram.

Aos meus orientandos do Projeto Estudo da Fala Urbana de Rio Branco: Carlos André Melo, Elda M. Silva, Francisca Chagas dos Santos e Gerianes Chagas pela grande contribuição nas transcrições das entrevistas gravadas. Também aos alunos do 5º Período do Curso de Letras, turma de 1994, que colaboram na coletas dos dados, através das entrevistas.

Aos meus filhos José Márcio e José Augusto, ao meu colega Vicente e ao primo Maurício Sena que viabilizaram a minha intimidade com os segredos da informática.

Ao sobrinho Luiz Lambert, pelos mapas impecavelmente xerocados.

As minhas primas e anfitriãs Djanira, Balbina e Lisete Arraes e aos amigos Helena e Jonas, pela hospedagem carinhosa e os cuidados dispensados, durante minha estada em Campinas. Também à Marília e à Isabel Carvalho, e à Marilda Amorim, pela acolhida afetuosa em sua casa, no Rio de Janeiro, permitido os contatos com minha orientadora.

A todos os meus colegas e ex-colegas professores do Departamento de Letras, cujo intercâmbio somaram experiências, e aos funcionários Solange Dombrowski e Pedro Andrade, pelo eficiente atendimento.

Aos motoristas da UFAC: Edson, Manoel e Francisco que nos conduziram cuidadosa e freqüentemente a Porto Velho para cursar as várias disciplinas do Curso.

À Bety, ao Rogério e ao Wagner Luiz, pelo apoio nos trâmites da Coordenadoria de Pós-graduação no IEL - UNICAMP.

À ex-chefe do Departamento de Letras, Profa. Clícia Gadelha e à Profa. Raimunda Migueis, amigas diletas. Esta, pelo insistente incentivo e aquela, pela solidariedade.

Aos meus familiares e amigos, que direta ou indiretamente colaboram comigo, através de sua gentil compreensão.

Ao meu colega e particular amigo, Prof. João Batista de Sousa, pelo esmero e paciência dedicados ao trabalho de revisão. De igual modo, à Profa. Margarete Prado, pela revisão parcial.

Aos colegas do Curso de Mestrado de Rondônia e do Acre, companheiros de batalha, com imensa saudade do convívio.

À Profa. Dra. Marta Scherre, pela atenciosa indicação da literatura para ampliação da bibliografia específica.

Ao Prof. Lauro Julião, Ex- reitor da UFAC, com sincero reconhecimento.

Ao Amigo Prof. Dr. Vicente Cruz Cerqueira, Chefe do Departamento de Letras da UFAC, solidário e solícito, desde a seleção do Curso de Mestrado, oferecendo sugestões pertinentes a este trabalho, cujas observações foram estimulantes.

A minha querida colega Profa. Raimunda Carvalho, com quem partilhei todos os meus esforços, durante esta jornada, pela dádiva de sua amizade e pelo gesto generoso com que sempre me animou. Seu apoio foi essencial.

Aos professores, mentores abnegados do Curso de Mestrado em Linguística:

Dr. Carlos Franchi, pela informação de que “não há nada imanente na linguagem, salvo sua força criadora e constitutiva, embora ‘cortes’ metodológicos e restrições possam mostrar um quadro estável e constituído.”

Dr. Wanderley Geraldí, por lembrar-me que “a língua só tem existência no jogo que se joga na sociedade, na interlocução, e é no interior de seu funcionamento que se pode procurar estabelecer as regras de tal jogo.”

Dr. Rodolfo Ilari, pela advertência de que “a escola continua ignorando as variedades regionais e sociais não-standard; aprofundando desse modo os preconceitos existentes; os usos da língua na escola continuam em grande medida artificiais, como se o aprendizado fosse para a escola, não para a vida.”

Dr. Sírio Possenti, pela certeza de que “as línguas estão estreitamente ligadas a seus usuários, isto é, aos outros fatos sociais. Não são sistemas que pairam acima dos que falam, e não estão isentos dos valores atribuídos pelos que falam. (...) As variedades não são, pois, erros, mas diferenças.”

Dra. Tânia Alkmin que, além do zelo com que ministrou as aulas, se houve com sucesso na árdua incumbência de coordenar o Curso de Mestrado em Linguística, do Convênio UNIR/UNICAMP, muitas vezes, ultrapassando os seus próprios limites.

Dra. Bernadete Abaurre, pelo empenho nas aulas de Fonética e Fonologia.

Às professoras das bancas examinadora de qualificação e de defesa, Dras. Maria Luiza Braga, Ângela Cecília de S. Rodrigues e Tânia Alkmin, pela sugestões oportunas e pela avaliação criteriosa.

De modo muito especial e carinhoso, a minha caríssima orientadora, Profa. Dra. Maria Luiza Braga, não só pelo legado da experiência, através de convívio amável, mas, principalmente, pela capacidade de tornar-me segura e confiante no êxito conquistado. Sua abnegação é lembrança permanente.

SÍMBOLOS

CVc = Concordância verbal do padrão culto

CV = Concordância Verbal

SEOA = Sujeito expresso em oração anterior

SN = Sintagma Nominal

SNS = Sintagma Nominal Sujeito

SNs = Sintagmas Nominais

SV = Sujeito anteposto ao verbo

VS = Sujeito posposto ao verbo

IGF = Introdução à Gramática Funcional

P.R. = Peso relativo

SVO = Sujeito/verbo/objeto

GF. = Gramática Funcional

c/s/v = concordância sujeito / verbo

SSDSC = The Social and Structural Dimensions of a Syntactic Change

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Variável Posicional - variantes.....	78
Quadro 02: Variável Morfossintática - variantes.....	79
Quadro 03: Dados pessoais e residenciais do informante.....	87
Quadro 04: Resumo geral de todas as variáveis.....	89
Quadro 05: Bairros envolvidos na pesquisa.....	93
Quadro 06: Variável morfofonêmica: descrição das variantes - classes e subfatores do 1º nível.....	115
Quadro 07: Variável morfofonêmica: descrição das variantes - classes do 2º nível.....	117

LISTA DE TABELAS

Tabela nº 01 - Variável posicional: frequência e peso relativo da aplicação de CV -1ª rodada	100
Tabela nº 02 - Variável posicional: frequência e peso relativo da aplicação de CV - 2ª rodada	101
Tabela nº 03 - Variável posicional: frequência e peso relativo da aplicação de CV - 3ª rodada.....	102
Tabela nº 04 - Tipo de verbos quanto à predicação nas ocorrências de inversão do sujeito na aplicação da regra de CV.....	103
Tabela nº 05 - Pesos relativos de aplicação da regra segundo a posição do sujeito, obtidos por diferentes pesquisadores.	109
Tabela nº 06 - Pesos relativos de aplicação da regra de CV, referentes ao sujeito imediatamente antes do verbo, obtidos por cinco pesquisadores	110
Tabela nº 07 - Pesos relativos à aplicação da regra de CV correspondente ao sujeito pré-verbal e separado do verbo, obtidos por cinco pesquisadores.	111
Tabela nº 08 - Pesos relativos de aplicação da regra de CV referente s ao sujeito pós-verbal obtidos por cinco pesquisadores.....	111
Tabela nº 09 - Frequência da aplicação da regra de CV segundo a posição do sujeito e o grau de escolaridade	113
Tabela nº 10 - Frequência e peso relativo da aplicação da regra CV em face da saliência fônica na oposição singular/plura.....	119
Tabela nº 11 - Frequência e peso relativo da aplicação da regra CV em face da saliência fônica na oposição singular/plural 3ª rodada.....	120

Tabela nº 12 - Variável morfofonêmica: peso relativo da aplicação da regra de CV em Rio Branco e em São Paulo.....	124
Tabela nº 13 - Frequência da aplicação da regra de CV segundo a posição do sujeito e classe verbal.....	126
Tabela nº 14 - Frequência da aplicação da regra de CV segundo a classe verbal e grau de escolaridade	128
Tabela nº 15 - Frequência e peso relativo da aplicação da regra de CV, de acordo com a variável constituição do sujeito	131
Tabela nº 16 - Frequência e peso relativo da aplicação da regra de CV, de acordo com a variável constituição do sujeito.....	132
Tabela nº 17 - Variável constituição do sujeito: peso relativo da aplicação da regra de CV em Rio Branco, Belo Horizonte e São Paulo.....	137
Tabela nº 18 - Frequência e percentual da aplicação da regra de CV, segundo a constituição do sujeito e o grau de escolaridade	141
Tabela nº 19 - Frequência e peso relativo da aplicação da regra de CV da variável sexo.....	143
Tabela nº 20 - Peso relativo da aplicação da regra de CV, de acordo com a variável sexo em Rio Branco, São Paulo e Belo Horizonte.....	145
Tabela nº 21 - Frequência e peso relativo da aplicação da regra de CV, de acordo com a variável grau de escolaridade	146
Tabela nº 22 - Peso relativo da aplicação da regra de CV, de acordo com o grau de escolaridade em Rio Branco e São Paulo	147
Tabela nº 23 - Frequência da aplicação da regra de CV, segundo o fator sexo e o fator grau de escolaridade	148
Tabela nº 24 - Resultados da aplicação da regra de CV nos 5 grupos de fatores.....	150

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	18
2.1. A invariabilidade da língua.....	18
2.2. A variabilidade da língua.....	20
2.3. O funcionalismo lingüístico	09
2.3.1. As duas grandes correntes do pensamento lingüístico: funcionalismo e o formalismo.....	24
2.3.2. As idéias funcionalistas de Simon Dik	26
2.3.3. O Funcionalismo de Halliday.....	28
3. FENÔMENO EM	31
3.1. A concordância verbal na perspectiva da gramática normativa.....	31
3.2. A concordância verbal na perspectiva Sociolingüística variacionista	39
3.2.1. <i>Competências Básicas do Português</i>	40
3.2.2. <i>The Social and Structural Dimensions of a Syntactic Change</i>	43
3.2.3. <i>A Concordância Verbal no Português Popular de São Paulo</i>	54
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	71
• Variável posicional	78
• Variável morfofonêmica	78
• Variável constituição do sujeito.....	79
• Variável sexo	83
• Variável grau de escolaridade	84
• Variável grau de formalismo	85
5. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO DO ACRE, A CIDADE DE RIO BRANCO E ALGUNS DE SEUS BAIRROS.....	90
6. ANÁLISE DOS DADOS.....	94
6.1. Notas introdutórias	95
6.2. Variável posicional	95
6.2.1. Esclarecimentos prévios.....	95
6.2.2. Resultado das análises e comparações com outras pesquisas de outra regiões brasileiras.....	99
6.3. Variáveis morfofonêmicas	113
6.3.1. Esclarecimentos prévios.....	113

6.3.2. Descrição dos resultados e comparações com outras pesquisas de outras brasileiras.....	119
6.4. Variável constituição do sujeito	130
6.4.1. Esclarecimentos prévios.....	130
6.4.2. Descrição dos resultados e comparações com outras pesquisas brasileiras.....	131
6.5. Variável sexo.....	143
6.5.1. Descrição dos resultados e comparações com outras pesquisas brasileiras.....	143
6.6. Variável grau de escolarização.	146
6.6.1. Descrição dos resultados e comparações com outras pesquisas brasileiras.....	146
6.7. Considerações sobre a impossibilidade de uma análise sobre a variável grau de formalismo.....	148
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
8. ANEXOS.....	156
• Anexo 1- Pessoal envolvido na pesquisa.....	157
• Anexo 2- Ficha de catalogação do informante.....	159
• Anexo 3- Roteiro para a entrevista	161
• Anexo 4- Relatório individual do entrevistado.....	164
• Anexo 5- Normas para a transcrição.....	165
• MAPA DE RIO BRANCO N° 1.....	167
• MAPA DE RIO BRANCO N° 2.....	168
• MAPA DE RIO BRANCO N° 3.....	169
• MAPA DO ACRE N° 4.....	170
8. SUMARY.....	171
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	172

RESUMO

No português falado no Brasil, a concordância verbal tem-se comportado propensa à regra variável. Em Rio Branco, há evidência dessa propensão.

Com base nos princípios teóricos da Sociolinguística Quantitativa e das abordagens Funcionalistas, este trabalho mostra a variação da concordância verbal com sujeito de 3ª pessoa do plural, correlacionada com fatores lingüísticos e extralingüísticos, tendo como amostra as produções lingüísticas em situações orais, de falantes de classe social baixa e da mesma faixa etária, naturais e residentes na cidade de Rio Branco.

Essa variação foi elucidada, por meio de análises de pesos relativos, percentuais e frequências obtidas pelo programa computacional Varbrul 2.

Assim, destacam-se, como fatores lingüísticos que mais se correlacionam com a aplicação da regra de concordância verbal, na fala dos riobranquenses, as variáveis: posição do sujeito em relação ao seu verbo, e grau de saliência fônica na oposição singular/plural. Como fator extralingüístico, a variável grau de escolaridade é a que se correlaciona com a aplicação da regra de concordância verbal.

Enfim, esses dados concretos calcados na realidade lingüística riobranquense são uma contribuição aos estudos da língua falada no Brasil.

INTRODUÇÃO

É muito comum ouvir-se dos professores de Língua Portuguesa o desabafo sobre os percalços por que passam, freqüentemente, no exercício de suas funções, em sala de aula, ao se depararem com o divórcio entre o que prescreve a gramática normativa e o uso cotidiano da língua, as situações de fala. Mais conflitante é vivenciar o modo como são repassadas as informações sobre a sintaxe em sala de aula, notadamente, as questões de concordância, cujas regras perfilam e se sucedem dia a dia, aula a aula, com todo o rigor tradicional, frio e cansativo. Como se não bastassem essas quilométricas regras, surgem as enfadonhas exceções que nem sempre convencem. Não convencem porque são antes variações do que meramente exceções.

Tudo isso gera, de um lado, desconforto ao aluno, aguçando-lhe o desinteresse e, de outro, a frustração do próprio professor quando, ao final, constata desanimado que seu empenho foi, na maior parte, improdutivo, se não é que tal atitude sirva de locupletação para outros tantos. Esse caminho traçado pretende sempre uma situação ideal da língua. O que é ideal não é real, portanto, incomoda e inquieta. Frente a esse impasse, a saída para o docente é tomar para si, de modo responsável e produtivo, a incumbência de ampliar a capacidade de comunicação e de expressão do aluno, através de métodos consentâneos e suficientes ao processo ensino/aprendizagem.

Se nós professores somos - e devemos ser - capazes de dominar a variedade do padrão culto, necessário a nossa formação, não devemos fingir desconhecer a existência de outra variedade que também tem uma gramática e por meio da qual as pessoas menos escolarizadas ou socialmente discriminadas se comunicam. Impõe-se-nos, portanto, vencer as barreiras para o sucesso de nossa empreitada. Para isso, devemos apresentar ao aluno condições, instrumentos e atividades, a fim de que ele tenha acesso aos mecanismos lingüísticos do padrão

culto e possa manejá-los apropriadamente, na verdade, por questões culturais, sociais e políticas. Isso não quer dizer que se deva substituir uma variedade por outra.

Incluindo-nos entre os professores que enfrentam tais embates, tomamos como iniciativa desenvolver trabalhos que nos apontem soluções, a fim de minorar nossa tarefa pedagógica em língua portuguesa, pois ensinar implica estudar ininterruptamente, enfrentar desafios.

Assim, neste trabalho, fruto de nossas pesquisas de cunho sociolinguístico variacionista, analisamos o fenômeno de concordância do verbo com o sujeito de 3ª pessoa de plural na fala popular de Rio Branco.

Alguns objetivos nortearam nossa proposta. Em primeiro lugar, perscrutar como se comportam os verbos que se relacionam com o sujeito de 3ª pessoa de plural no desempenho linguístico do falante de baixa renda em Rio Branco. Em segundo lugar, comparar os resultados obtidos em Rio Branco correspondentes à concordância verbal (doravante CV) com outros constatados em outras regiões brasileiras. Em terceiro lugar, analisar os fatores linguísticos e extralinguísticos que interferem na aplicação da regra de concordância, explicitando como eles se correlacionam com a sistematicidade de articulações das formas verbais correspondentes à 3ª pessoa de plural. Finalmente, de um lado, abrir caminho para novas conquistas científicas que nos propiciem melhor desempenho didático-pedagógico, através de formação de regras calcadas em dados concretos, superando falhas oriundas da prática improdutora no ensino de fatos linguísticos. De outro, colaborar para com o estudo do Português falado no Brasil.

Inicialmente, foram levantadas diversas teorias que respaldam o tema em discussão, tais como invariabilidade e variabilidade da língua e, em seguida, uma abordagem sobre o funcionalismo linguístico, enfatizando as teorias de Dik e Halliday.

Seqüenciando, tecemos considerações sobre o fenômeno em estudo. Primeiro, discutimos o tema na perspectiva da gramática normativa, dentre outras, em que foram evocados gramáticos com suas respectivas propostas sobre concordância verbo/sujeito de 3ª pessoa de plural, às vezes, permeadas com algumas observações de nossa parte. Depois, colocando o fenômeno de concordância verbal na perspectiva sociolinguística variacionista, trouxemos, à tona, pesquisadores que desenvolveram importantes pesquisas na área de sociolinguística variacionista no Brasil, bem como resenhamos três trabalhos cujas abordagens estão diretamente relacionadas com a concordância verbal: *Competências Básicas do Português*, de Lemle & Naro (1977), *The social and structural dimensions of a syntactic change*, de Naro (1981) e *A Concordância Verbal no Português Popular de São Paulo*, de Rodrigues (1987).

O passo subsequente destinou-se aos pressupostos metodológicos, em que se evidenciam a corrente que abriga este trabalho, a amostra, as características do informante e da classe social baixa, a coleta dos dados e o instrumento da pesquisa, as hipóteses, o envelope da variação, as variáveis linguísticas, os casos de concordância verbal excluídos das análises previstas, as variáveis sociais e a técnica adotada.

Em seguida, apresentamos um comentário relâmpago sobre o Estado do Acre, a cidade de Rio Branco, com relação à população e a alguns de seus bairros, especificamente os de residência dos informantes.

Prosseguindo, procedemos às análises das variáveis de acordo com os resultados expostos nas tabelas, com prévios esclarecimentos sobre os critérios estabelecidos para o tratamento de cada variável. Feitas as análises, seguem-se as comparações entre os nossos resultados e os de outros pesquisadores de diferentes regiões brasileiras. Procuramos sempre justificar as nossas experiências à luz das propostas e teorias apresentadas por estudiosos que nos precederam, mesmos aqueles que não foram resenhados neste trabalho.

Finalmente, tecemos as considerações finais atinentes ao conteúdo desenvolvido neste trabalho.

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

2.1 A INVARIABILIDADE DA LÍNGUA

Fontes seculares têm mostrado que os estudos da língua portuguesa, até o final do século XVIII, orientavam-se pela gramática greco-latina que, por sua vez, defendia a lógica e, por meio dela, deduziam-se os fatos da língua e estabeleciam-se preceitos do comportamento lingüístico. Havia a pressuposição de uma fixidez da língua e, desse modo, as descrições gramaticais eram de cunho fundamentalmente normativo e filosófico (cf. Silva e Koch, 1985: 7). Entendia-se, tradicionalmente, como gramática um livro composto de regras do que se deve ou não dizer, acompanhadas de certas estruturas sintáticas de uma língua, bem recheada de explicações taxionômicas de suas formas morfológicas e lexicais. O pecado dessa gramática consiste na falta de objetividade de análise, valorizando, apenas, a boa linguagem dos escritores consagrados, tomados como exemplos a serem seguidos.

Nessa concepção, todo uso de linguagem que estivesse fora da gramática tradicional era considerado como erro ou desvio da norma (norma no sentido de padrão-culto).

A partir do final do século XIX e começo do século XX, a corrente estruturalista fundamentada em Saussure apresenta uma concepção imanentista da linguagem verbal, segundo a qual a linguagem é assumida como um objeto autônomo definido por relações puramente lingüísticas internas. É tarefa da gramática estrutural descrever os fonemas, morfemas, relações semânticas, relações sintáticas, relações interoracionais constituintes, dependências, sentença e, algumas vezes, como tagmemas e glossemas, textos e discursos.

Na mesma trilha desse modelo, vem a gramática formal, mas suas análises se revestem de um caráter formal, pois, como sugere Nichols (1984: 9), o modelo em si é objeto de descrição, e os fenômenos da língua são apenas meios

de descrição, o material no qual os argumentos estão embasados (tradução nossa). Segundo a autora, a gramática formal é uma consequência recente da tradição estrutural representada por Bloomfield.

Chomsky colocou-se entre o grupo que privilegia o estudo da língua enquanto abstração, liderou as idéias gerativistas com raízes na lógica, com vistas a uma sintaxe através da qual todas as sentenças gramaticais pudessem ser explicadas. Para Chomsky, a variação, fato de performance, seria consequentemente excluída do estudo da língua. (Cf. Chomsky 1971)

Também Saussure privilegia a análise da língua como objeto da lingüística. Assim fazendo, alija a fala do âmbito da lingüística. Como se pôde detectar, ele concebe a fala como sendo não sistemática.

De modo geral, todas essas correntes postulam um estudo da língua sob o ponto de vista de sua estrutura interna com vistas à língua padrão que é, conforme Gnerre (1991: 06), um sistema associado a um patrimônio cultural apresentado como um *corpus* definido de valores fixados na tradição escrita.

Excluída desse sistema homogêneo, a variação lingüística era encarada, segundo Braga (1977: 01), pelas diferentes gramáticas da seguinte maneira: a gramática normativa, com o pressuposto de uma língua homogênea, discrimina formas diferentes utilizadas pelas classes sociais diferentes. Os neogramáticos, ao proporem leis fonéticas regulares e ao explicarem as exceções em termos de analogia, etimologia popular, mistura dialetal, regra ainda não descoberta, também tentam negar a existência da variação lingüística inerente. Já os estruturalistas estabelecem diferença entre variação livre e variação condicionada pelo contexto lingüístico, enquanto os gerativistas tentam explicá-la em termos de regra opcional.

2.2 A VARIABILIDADE DA LÍNGUA

Discordando da persistente teoria clássica chomskiana de que a língua serve essencialmente à expressão do pensamento e de que o ponto de partida da lingüística deve estar voltado para a competência, ou seja, ater-se ao conhecimento do falante / ouvinte ideal numa comunidade homogênea, surge, entre outras correntes, a Sociolingüística variacionista que, essencialmente preocupada em sistematizar a variação existente na língua, vê nesta os reflexos das estruturas sociais. Como sugere Tarallo (1986: 06), a cada situação de fala em que nos inserimos e da qual participamos, notamos que a língua falada é, a um só tempo, heterogênea e diversificada. É o sistema dessa situação de heterogeneidade que deve ser estudado pelos sociolingüistas variacionistas.

Assim sendo, é possível depreender a variação de um fenômeno lingüístico no falar de diferentes grupos de falantes, resguardadas as características peculiares de cada grupo, de modo que, ao realizar a sua língua, o falante revela a sua condição econômica, social e cultural.

Nessa perspectiva, surge o interesse pelos usos concretos da linguagem por informantes reais, a fim de propiciar um estudo centrado na heterogeneidade lingüística.

A variabilidade é uma decorrência da presença ou ausência de fatores lingüísticos ou extralingüísticos tais como: sexo, idade, classe social e escolaridade, ambos os fatores atuando como condicionantes ou como inibidores da aplicação da regra.

Interessam-nos os estudos sociolingüísticos que se desenvolveram, em especial, a partir das pesquisas de Labov, iniciadas nos Estados Unidos, em 1963, quando este estudioso investigou o inglês falado na Ilha de Martha's Vineyard, no Estado de Massachussetts. Em 1966, Labov estudou a estratificação social do inglês falado na cidade de Nova Iorque; a língua do gueto: estudo sobre o inglês

vernáculo dos adolescentes negros do Harlem, Nova Iorque, e estudos sociolinguísticos da Filadélfia. Esses estudos vão desvelar outras dimensões da realidade heterogênea das línguas, pois enfatizam a necessidade de a linguística adotar um estudo direcionado para os traços variáveis da língua.

Weinreich & Herzog & Labov (1968) sustentam que todas as línguas são heterogêneas, dinâmicas e, como tal, estão sujeitas a variações e a mudanças. Contudo essa heterogeneidade, aparentemente caótica, está correlacionada com fatores estruturais e não-estruturais e possui sistematicidade, ou seja, organicidade imanente.

A partir de então, a língua, antes considerada como um sistema uniforme, passa a ser encarada como um sistema heterogêneo.

Labov - (1972: cap 8) apresenta uma proposta de modificação do quadro formal da gramática gerativa, para torná-la capaz de dar conta da variação. Desse modo, substitui o conceito de “regra” opcional pelo de “regra variável”, maneiras alternativas de se dizer uma mesma coisa com o mesmo valor de verdade. Defende que a inserção de regras variáveis no sistema linguístico possibilita: (1) indicar os contextos estruturais que favoreçam ou desfavoreçam a aplicação de regras não categóricas; (2) estudar a variação social da língua (cf. Rodrigues, (1987: 74).

O modelo laboviano é também conhecido como variacionista quantitativo, posto que trabalha com base em cálculos numéricos e estatísticos.

Essa contribuição de Labov incorpora a variabilidade à estrutura linguística, elimina a noção de falante / ouvinte ideal numa determinada comunidade de fala completamente homogênea e, enfim, considera que a língua deveria ser analisada no contexto da sociedade por meio do desempenho linguístico.

Assim sendo, o caminho traçado por Labov é porto seguro para os pesquisadores de Sociolinguística que se propuseram ou se propõem estudar a

variação de uma língua, porque aproveita o modelo estruturalista proposto pelos gerativistas sem dissociá-la da estrutura social, sem fazer abstrações de sua norma heterogênea. Como sugere Mollica (1993: 107), o entendimento de que a variação é sistemática tornou possível a análise da complexidade lingüística no nível da Ciência Pura.

2. 3. O FUNCIONALISMO LINGÜÍSTICO

Existe uma relação entre abordagem sociolingüística e abordagem funcionalista, no sentido de que ambas se preocupam, sobretudo, em descrever e explicar o uso da língua, a partir das interações verbais dos indivíduos em circunstância concreta. Ambas as disciplinas pretendem analisar uma dada língua natural em situações comunicativas inteiras: o propósito do evento de fala, seus participantes, seus contextos de discurso.

Assim sendo, decidimos fazer uma abordagem funcionalista no corpo deste trabalho, que se parece encaixar no *funcionalismo moderado* no sentido sugerido por Du Bois (1985) que defende a atuação de forças internas e externas sobre a língua, e que essas forças estão em constante competição entre si.

Conceituar funcionalismo em lingüística não é tarefa fácil dado o fato de que as muitas definições existentes, a nosso ver, não atendem à abrangência e à complexidade que o termo funcionalismo comporta ou requer.

Não obstante, há um ponto consensual entre os funcionalistas, que é a verificação do modo como os usuários de uma língua natural se comunicam eficientemente. Isso implica conferir relevância ao estudo do discurso enquanto expressão lingüística no ato da comunicação.

Contudo, o termo **função** em lingüística pode alcançar diferentes sentidos. Mateus & Xavier *et al.* (1992: 18), numa breve síntese, consideram-no como um termo que refere o “objectivo” com que é usado um enunciado ou uma

unidade da língua. Pode ainda utilizar-se este termo para designar a relação entre a forma lingüística e outras partes do sistema da língua em que é usada (p. ex., o sintagma nominal pode ter uma função de sujeito, “objecto”, etc.). Em fonologia, o acento pode exercer funções de contraste (contrastiva) ou de expressão dos sentimentos do locutor (expressiva). No estudo dos enunciados podem determinar-se igualmente funções denominadas “funções da linguagem”.

Já Nichols (1984: 87) reconhece que

Linguistic functionalism combines certain theoretical advances of formal grammar with the concerns and theoretical advances of sociolinguistics and ethnography of communication. It aims at closing the gap between the study of language and the study of communication, and hence offers the prospect of grammatical theories compatible with the assumptions of anthropologically orient students of language and with theoretical work of scholars like Gumperz (e.g. 32) and Hymes (e.g. 47). It tries to give grammar a direct material grounding in the communicative situation.¹

Ademais, o termo função tem sido mais explorado como classificação dos sentidos técnicos, por isso não é bem definido enquanto taxionomia de tipos de função da língua ou das funções da linguagem, ou seja, tem se prestado a uma análise da metalinguagem lingüística e não da linguagem (cf. Nichols *op cit.*). Também Gerbbruer (1987) diz que as classificações propostas das funções da língua são definidas sobre bases diferentes.

Nichols (*op cit.*) ressalta que o termo função é polissêmico, em virtude de os lingüistas, em seus trabalhos, empregarem-no em vários sentidos. De modo

¹ O funcionalismo lingüístico combina certos avanços teóricos da gramática formal com as preocupações e avanços teóricos da sociolingüística e da etnografia da comunicação. Busca preencher a lacuna entre o estudo da língua e o estudo da comunicação, e, por isso, oferece a perspectiva de teorias gramaticais compatíveis com os pressupostos de estudantes da língua antropologicamente orientados e com o trabalho teórico de estudiosos como Gumperz (e.g.32) e Hymes (e.g. 47). Busca dar à gramática um material direto assentado na situação comunicativa. (Tradução nossa).

geral, tem sido usado indistintamente no sentido de propósito e contexto. Contudo, Silverstein adverte que também o termo *pragmática* envolve os dois ingredientes - propósito e contexto (cf. Nichols, 1984).

Segundo Danes (*apud* Neves 1987: 4 -5), o termo função foi usado entre os praguenses na acepção de “tarefas” que a linguagem e seus componentes desempenham, ou de propósito ao qual estes servem, em oposição ao sentido lógico - matemático que o termo tem nos *Prolegomena* de Hyelmslev.

Do ponto de vista cronológico, a primeira contribuição sistemática ao estudo das funções da linguagem foi a proposta do psicólogo Karl Bühler (1934), para quem todo evento de fala assemelha-se a um drama e, desse modo, correlaciona três pólos: alguém (o Remetente que se relaciona à função expressiva) informa outro alguém (Destinatário: função apelativa) de (algo: com predomínio na informação).

A proposta de Bühler tem sido modificada e/ou ampliada por outros funcionalistas, contudo persiste até hoje, pois todo arsenal teórico sobre o funcionalismo está, de uma forma ou de outra, respaldado em sua teoria, se se levar em conta que a linguagem é expressão de conteúdos intelectivos ou emocionais, cujo objetivo principal é a comunicação.

Mais tarde, Jakobson apresenta um esquema, em que adota as três funções de Bühler, apenas com nomenclatura distinta e propõe mais outras três. De acordo com Jakobson, cada um dos fatores interferentes no circuito comunicativo corresponde a uma função específica: emotiva, conativa, referencial, fática, metalingüística e poética.

2.3.1. AS DUAS GRANDES CORRENTES DO PENSAMENTO LINGÜÍSTICO: FUNCIONALISMO E FORMALISMO

As teorias lingüísticas podem ser divididas em duas grandes correntes que se opõem pelo modo como encaram o estudo da língua. De um lado, está o

funcionalismo (Neves, 1994: 114) para o qual a função das formas lingüísticas é objeto de estudo relevante; de outro, está o formalismo, no qual a análise da forma lingüística parece ser primária enquanto os interesses funcionais são apenas secundários. A corrente funcionalista compreende, segundo Dirven & Fried (1987: XI *apud* Neves 1994: 114), a Escola de Genebra representada por Saussure, seguida por Bally e Tesnière, este influenciando Hebig e Martinet; a Escola de Praga representada por Matheusius, seguida por Trubtzkoy, Jakobson, Danes, Firbas, Vachek, Sgall, dentre outros, que teve, segundo Ilari (1996: 44), o privilégio de dar consistência à hipótese de um “terceiro plano sintático”, como o denominou Poldauf (*apud* Ilari, 1996: 44) o plano que é precisamente responsável pela adequação dos discursos a uma determinada “constituição”; a Escola de Londres representada por Firth, seguida por Halliday; o grupo da Holanda, orientada por Reichling e seguida por Dik. Destacam-se, entretanto, como principais representantes do funcionalismo, os lingüistas da Escola de Praga, Halliday, Dik, Thompson e Givón (cf. Neves 1994: 114).

Por sua vez, a corrente formalista tem seus maiores expoentes no estruturalismo americano com Blomfield, Trager, Bloch, Harris e Fries e, menos rigidamente, nos subseqüentes seguidores do gerativismo, sobretudo em Chomsky, embora este apresente alguns vestígios da perspectiva funcional da frase. Serve de exemplo a noção de tópico e foco (Cf. Neves 1994: 114). Diz Ilari (1996: 39) que a gramática gerativa incorporou muitos temas que haviam sido inicialmente elaborados num contexto funcionalista.

Nesta abordagem, concentrar-nos-emos nos aspectos que consideramos relevantes extraídos das idéias funcionalistas de Dik (1989) e de Halliday (1985).

2.3.2. AS IDÉIAS FUNCIONALISTAS DE SIMON DIK

A Gramática Funcional (doravante GF) “is a general theory concerning the grammatical organization of natural languages”.² Nessa gramática, Dik (1989) analisa as duas correntes - formalista e funcionalista, contrapondo-as. Esse contraponto pode ser resumido conforme os dois parágrafos subseqüentes:

1. Do ponto de vista formal, a língua é um conjunto de orações, que tem como função primária a expressão do pensamento e cujo correlato psicológico é a competência, isto é, capacidade de produzir, interpretar e julgar a gramaticalidade das orações. Segue-se que as orações devem ser descritas independentemente de sua localização contextual; a aquisição da língua se faz a partir de propriedades inatas, porquanto tais propriedades são típicas do organismo humano. Finalmente, a Sintaxe é autônoma em relação à Semântica e à Pragmática.

2. Do ponto de vista funcional, a língua é um instrumento de interação social, que tem como função principal o estabelecimento de comunicação entre os usuários e cujo correlato psicológico é a “competência” comunicativa, isto é, a capacidade de manter a interação social por meio da linguagem. Segue-se que as descrições das expressões lingüísticas devem levar em consideração seu funcionamento em dadas situações; dá-se a aquisição da língua com o auxílio de um *input* extenso e estruturado de dados apresentados no contexto natural; os universais lingüísticos devem ser explicados em função de restrições comunicativas, biológicas ou psicológicas. A Pragmática é um marco globalizador, dentro do qual devem ser estudadas a Semântica e a Sintaxe.

Dik nega a existência de qualquer sintaxe autônoma. Daí advogar a favor da inclusão de uma descrição semântica completa de uma expressão

² GF é uma teoria geral que se refere à organização das línguas naturais.

lingüística na sua especificação gramatical. Nesse sentido, a lingüística tem de lidar com dois tipos de sistema de regras, ambos respaldados por convenção social:

1) as regras governam a constituição de lingüísticas (regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas).

2) as regras que governam os padrões de interação verbal nos quais estas expressões lingüísticas são usadas (regras pragmáticas).

Dik defende uma teoria segundo a qual uma gramática não se deve limitar a mostrar as regras da língua em seu próprio benefício; ao contrário, deve tentar, o mais possível, explicar essas regras em termos de sua funcionalidade com relação aos modos como são usadas, para atingir o propósito desses usos. Isso quer dizer que todas as partes componentes de um dado sistema podem ser funcionalmente explicadas.

Assim sendo, Dik diz que uma teoria de sintaxe e de semântica, ou seja, uma gramática funcional pode ser também desenvolvida, satisfatoriamente, dentro de uma teoria pragmática, isto é, dentro da teoria da interação verbal.

Para justificar a funcionalidade interativa dos princípios da língua, Dik (*op.cit.*) sugere que a GF seja pragmaticamente adequada:

must be conceptualized as being embeded within a wider pragmatic theory of verbal interaction (...). In particular, we want a functional grammar to reveall those properties of linguistic expressions which are relevant to the manner in which they are used, and to do this in such a way that these properties can be related to the rules and principles governing verbal interaction.³

³ deve ser concebida como encaixada em uma teoria pragmática da interação verbal(...). Em particular, nós queremos que uma gramática funcional revele aquelas propriedades de expressões lingüísticas que são relevantes para a maneira como são usadas e que faça isto de tal modo que estas propriedades possam ser relacionadas às regras e princípios que governam a interação verbal. (Tradução nossa).

Quanto à variabilidade da língua manifestada no uso feito pelas pessoas, no espaço e no tempo, para Dik, pode ser interpretada como uma propriedade intrínseca dos fatos explicados. Essa concepção de língua, como sendo inerentemente dinâmica, leva-o a procurar um modelo de descrição de língua capaz de representar a “competição” de vários módulos e princípios gramaticais, ambos através da língua

2.3.3. O FUNCIONALISMO DE HALLIDAY

Halliday (1985) diz que sua obra “Uma introdução à gramática funcional” (doravante IGF) é funcional porque a estrutura conceitual na qual ela está baseada é uma estrutura funcional. É funcional em três sentidos (doravante IGF) é funcional distintos, embora intimamente relacionados: em sua interpretação (1) de texto, (2) de sistema e (3) de elementos de estruturas lingüísticas.

A IGF pretende descrever como a língua é usada. Para o pesquisador, todo texto escrito ou falado “se desenvolve em algum contexto de uso”; os usos, através das gerações, têm caracterizado o sistema. Assim, Halliday parte do princípio de que a língua serve para satisfazer as necessidades do homem e que o modo pelo qual ela é organizada não é arbitrária. Halliday (1976: *apud* Ilari 1996: 47) “A natureza da linguagem é estreitamente relacionada às exigências que fazemos a ela e às funções que ela desempenha. A forma particular assumida pelo sistema gramatical da língua se relaciona intimamente às necessidades pessoais e sociais que a linguagem é chamada a atender”. Defende, desse modo, que uma gramática é funcional se for sobretudo “natural” na medida em que todas as coisas podem ser explicadas nela, principalmente pela referência de como a língua é usada.

A teoria sistêmica funcional implica uma teoria de significado como escolha e a língua, como redes de opção que se engrenam. Essas redes permitem opções do tipo “isso ou aquilo ou aquilo ou o outro”. Em vista disso, o falante cuja memória porta uma série de opções lingüísticas, a fim de produzir seus textos, vale-se do sistema e, concomitantemente à construção textual, faz sua opção e exclui outras, segundo aquilo que deseja comunicar. Esse procedimento é bastante elucidativo para concluir que Halliday propõe uma gramática que seja, simultaneamente, funcional e estrutural. Insiste na defesa de uma pluralidade funcional que se faz sentir no ingrediente interno da língua e que os componentes básicos de significado da língua são os componentes funcionais, acompanhados pelas formas através das quais os significados podem ser realizados, o que o leva a interpretar a língua como um meio para um fim, e não como um fim em si mesma.

Para Halliday, qualquer língua se organiza em torno de três tipos principais de significação, conhecidos, também, como metafunções universais da língua: a ideacional, a interpessoal e a textual, que agem na inter-relação da linguagem com outros sistemas.

A função ideacional se caracteriza pelo fato de que a linguagem serve à expressão do conteúdo. Vincula-se ao uso da linguagem para organizar a experiência e a interpretação do real, por meio de referências a pessoas reais ou imaginárias, a coisas, a ações, a acontecimentos.

A função interpessoal corresponde à relação que se estabelece entre o remetente e o destinatário na interlocução, isto é, ambos participam do evento de fala. Em outras palavras, segundo Neves (1994: 111), o falante expressa seu julgamento pessoal e suas atitudes, bem como as relações que estabelece entre si próprio e o ouvinte ou leitor e, em particular, o papel comunicativo que assume. Nessa metafunção, estão implícitas as funções expressiva e apelativa de Bühler.

A função textual, através da qual as duas funções ideacional e interpessoal se corporificam, permite que o discurso se apresente como texto,

sendo este realizado por meio de sentenças. Portanto, para Halliday, a função textual diz respeito à capacidade que o falante tem de construir textos situacionalmente apropriados e estruturalmente coesos.

Halliday (*apud* Nichols 1984: 109) conclui que, “No nível da oração, essas três metafunções são implementadas, respectivamente, pelos seguintes componentes: *transitividade*, o sistema de validade, relações predicação-agente, e suas marcas: *modo e modalidade*; e *tema*, o sistema de tópico e comentário e outras relações discursivas. No nível do verbo, eles correspondem respectivamente ao tempo, à pessoa e à voz.

As abordagens dos dois autores nos mostram que o funcionalismo de Dik é pragmático, com o pressuposto de que as expressões lingüísticas não são objetos funcionais arbitrários, mas têm propriedades sensíveis e codeterminadas por determinantes pragmáticos da interação verbal humana (cf. Dik (1989).

O funcionalismo de Halliday está assentado na teoria sistêmica funcional que deságua na teoria de significado como escolha e a língua como uma rede de relações, envolvendo as estruturas como interpretação das relações. Por outro lado, procura dar realce às variações entre línguas distintas. Enfim, a organização semântica se realiza em torno do texto, ou discurso.

3. O FENÔMENO EM ESTUDO

3.1. A CONCORDÂNCIA VERBAL NA PERSPECTIVA DA GRAMÁTICA NORMATIVA

Em se tratando da CV, Mira Mateus *et al.* (1989: 157) dizem que o português é uma língua que se caracteriza por uma grande riqueza de **processos de concordância**.

Com efeito, desde o latim clássico, usa-se a CV para identificação do caso de sujeito cuja desinência também codificava flexão número-pessoal. Tratava-se de um mecanismo casual. Com o desaparecimento dos casos na evolução do latim para o português, a marca número/pessoal do sujeito passa a ser indicada através de flexão desinencial das formas verbais, esteja esse sujeito explícito ou não nas estruturas frasais socialmente privilegiadas e, obviamente, autorizadas pelas gramáticas de cunho normativo.

O mecanismo de CV implica, pois, flexionar as formas verbais, de modo a coaduná-las com o número e a pessoa do sujeito a que correspondem na cadeia oracional ou na superfície textual. Essa é a regra geral e também, conforme Câmara Jr., princípio sistemático, e não apresenta em si preocupação ou dificuldade.

Sabe-se, contudo, que, com o aval da gramática normativa, há casos em que as flexões verbais nem sempre se ajustam aos sujeitos a que se referem. Ao contrário, a recomendação é que essas flexões devam harmonizar-se com o predicativo, como conferiremos logo mais, quando trouxermos, à baila, as teorias de vários gramáticos.

Já dissemos que o presente estudo está voltado para o caso de concordância do verbo com o sujeito de 3ª pessoa de plural, por isso um mergulho nas fontes credenciadas pelos compêndios gramaticais é indispensável para um exame mais elucidativo da variação no que se relaciona com a CV. É o que

faremos já, selecionando apenas os casos de concordância verbal atinentes aos arrolados e sob análise neste trabalho.

a)

Quando o sujeito é simples, o verbo do predicado vai para o número e a pessoa a que pertence o sujeito.

.....

Se todos são do singular, e estão antes do verbo, o verbo vai geralmente (sobretudo no port. moderno) para o plural. Se estão depois do verbo, emprega-se tanto o singular como o plural.

Se os sujeitos são todos da 3ª pess. do plural, o verbo vai para a 3ª pessoa.

.....

Se são todos do plural, o verbo vai para o plural.

(DIAS, 1970:22-23)

b)

A solidariedade entre o verbo e o sujeito, que ele faz viver no tempo, exterioriza-se na CONCORDÂNCIA, isto é, na variabilidade do verbo, para conformar-se ao número e à pessoa do sujeito.

A CONCORDÂNCIA evita a repetição do sujeito, que pode ser indicado pela flexão verbal a ele ajustada.

.....

COM UM SÓ SUJEITO - O verbo concorda em número e pessoa com o sujeito, venha ele claro ou subentendido.

.....

O verbo que tem mais de um sujeito (SUJEITO COMPOSTO) vai para o plural e quanto à pessoa irá:

a) para a 1ª pessoa do plural, se entre os sujeitos figurar um da 1ª pessoa:

.....

c) para a 3ª pessoa do plural, se os sujeitos forem da 3ª pessoa.

O verbo que tem como sujeito o pronome relativo *que* concorda em número e pessoa com o antecedente deste pronome.

(CUNHA, 1975: 339-342)

c)

As flexões constituem um recurso de que os falantes muito naturalmente se servem, para exprimirem certa modalidade de subordinação, a que se deu, acertadamente, o nome de concordância.

.....

O sujeito composto leva o verbo para o plural (...) Casos há, no entanto e numerosos, em que o verbo fica no singular.

Isto se dá, por exemplo, com muita frequência quando o sujeito vem posposto ao verbo e o *primeiro elemento* está no singular (podendo o segundo ou o terceiro estar no plural). Trata-se, pois, de concordância por atração.

(MELO, 1978: 221-224)

d)

Em certas situações, não é raro que o verbo que tem sujeito composto concorde apenas com o núcleo que lhe estiver mais próximo (...)

.....

A locução (é que) é invariável, e, por isso, não se altera a concordância do verbo da oração - a qual se faz normalmente com o sujeito.

(LIMA, 1978: 355 e 374)

e)

Quando ocorre o aposto resumitivo, através de tudo (nada, ninguém, etc.) o verbo concorda com este, e não com o sujeito.

(BECHARA, 1983)

f)

No tratamento de vossa mercê, você contração de Vossa mercê), vossa senhoria (...) emprega-se o verbo na terceira pessoa por causa dos substantivos mercê, senhoria, etc., e pela mesma razão se fazem as referências com os pronomes de 3ª pessoa seu (e variação), se, lhe, o, os.

(ALI, 1964: 154)

Há alguns pronomes de segunda pessoa que requerem para o verbo as terminações de terceira. Tais são: você, vocês (tratamento família).

(LIMA, 1978: 100)

Uma regra não convincente ou bastante discutível, por falta de consistência, é a de que o verbo deve concordar com o predicativo em orações sem sujeito do tipo “são duas horas”. Mas que predicativo? Ora, os gramáticos só reconhecem, ao que sabemos, dois tipos de predicativo: o do sujeito e o do objeto. Se é verdade que essa oração é impessoal, então não pode veicular predicativo do sujeito. Tampouco, predicativo do objeto, uma vez que, como verbo de ligação, ou acidentalmente como intransitivo, dispensa complemento objeto. Assim sendo, fica evidente que essa é uma regra incoerente. A propósito disso, Pinto (1981: 10) estranha que em *É uma hora da tarde* o sintagma nominal seja considerado predicativo, pois predicativo é definido na gramática em relação a um sujeito (predicativo do sujeito) e esta frase é dada como não tendo sujeito. Uma saída para esse impasse, talvez, fosse apelar para a suposição de Guy (1981:246-7), segundo a qual, “é possível identificar, na estrutura subjacente, o sujeito das sentenças nas quais o verbo ser concorda com o complemento”. O exemplo de que trata esse particular fornecido por Guy está em “(10) : (as horas) eram seis horas”. Vejamos agora duas teorias dessa regra segundo a esfera gramatical em **g** e **h**.

g)

Os verbos *ser* e *estar* se impersonalizam quando modificados por adjunto adverbial de tempo: *É cedo. Está tarde. São dez horas.* (...) Nas frases *é cedo, é tarde*, talvez se possa admitir um emprego idiomático do advérbio pelo adjetivo: *é tardio*, pois o advérbio não exerce a função predicativa.

(LIMA, 1978: 373)

h)

Quando o verbo *ser*, usado impessoalmente, tem predicativo, concorda com este: “São 17 deste mês de junho” (Almeida Garrett).

(SILVEIRA, 1960: 217)

Bastante complexos são os casos facultativos que se atropelam em concorrência com as formas obrigatórias nos manuais de regras normativas. Há casos em que o próprio gramático reconhece a falta de critério para tais regras como em i:

i)

A verdade é que há certo descritério no uso do singular ou plural. No desejo de traçarem regras, têm os gramáticos fixado (...) que “os sujeitos unidos por *nem* querem o verbo no singular ou no plural, *segundo exprimem especialmente concomitância ou alternativa*”

(LIMA, 1978: 365)

Essa incidência de regras facultativas não escapa à crítica do lingüista Camara Jr. (1976), como se pode observar em j:

j)

Há, não obstante, casos especiais que se prestam a dúvidas. Em muitos, até, não vigora uma norma definida e fixa, e a tradição literária dá soluções divergentes, conforme certos matizes de intenção, de harmonia ou meras preferências subjetivas.

Merece referência o fato de os compêndios gramaticais trazerem, no seu bojo, numerosos casos em que as exceções se avultam, para justificar que a concordância verbal ocorre em função da idéia e não da forma, ou seja, concordância de natureza psicológica em que predominam os efeitos afetivos, como se pode depreender em I:

l)

A concordância é campo vastíssimo, em que constantemente entram em conflito a rigidez da lógica gramatical e os direitos superiores da imaginação e da sensibilidade. Razões de ordem psicológica, ou estética, acutilam fundo, por vezes, as normas que a disciplina gramatical estabeleceu por boas e invioláveis.

(LIMA, 1978: 374)

O estudo feito através das gramáticas normativas ou históricas nos permitiram perceber que a CV consiste em colocar no verbo as mesmas marcas de número e pessoa que já estão presentes no sujeito, mesmo que este esteja ausente, conforme vimos em Cunha (1975: 339-342) e que repetimos aqui: “A CONCORDÂNCIA evita a repetição do sujeito, que pode ser indicado pela flexão verbal e a ele ajustada”. Se isso é verdadeiro, então, por que se terão de marcar os dois elementos essenciais, quando ambos estão presentes na oração? A nosso ver, a ausência de marcas nas formas verbais não compromete a relação entre estas e o seu sujeito e, sim, é antes de tudo, uma maneira de eliminar a redundância.

m)

A concordância não é, como parecerá à primeira vista, uma necessidade imperiosamente ditada pela lógica. Repetir num termo determinante ou informativo o gênero, número ou pessoa já marcados no termo determinado de que se fala, é antes uma redundância.

(ALI, (1971: 279)

Por outro lado, costuma-se apontar a concordância como um mecanismo de identificação do sujeito. Nem sempre esse recurso funciona, pois como tivemos oportunidade de ver entre os critérios da CV, os próprios gramáticos apontam casos em que o verbo concorda com outro termo que não o sujeito. Nesse sentido, Pontes (1986: 120), numa visão lingüística, reconhece que

n)

A concordância verbal também é um traço não-necessário pois ela deixa de funcionar em vários registros (desde o totalmente informal até o mais formal, oral e escrito, numa escala decrescente de probabilidade). Além disso, a gramática aponta casos em que o verbo concorda com o predicativo (ou outro termo), não com o sujeito .

Até aqui, ocupamo-nos com o estudo da CV em sua modalidade de prestígio, ou seja, a variedade padrão que é realizada pela classe de maior prestígio social, pois, quando evocamos gramática, é essa modalidade que salta aos nossos olhos. A nossa intenção foi lembrar as variações que permeiam as normas rígidas, escamoteadas, de certa forma, com explicações nem sempre convincentes como as exceções. Isso nos faz lembrar Vendryès, um lingüista francês (*apud* GOULART/SILVA (p.21/22), ao afirmar que “as formas cristalizam-se, ossificam-se, perdem a natural flexibilidade da vida”, mas não acredita Vendryès que a linguagem possa ser sufocada, e é dele esta belíssima metáfora:

o)

Pode comparar-se essa criação das línguas escritas à formação de uma camada de gelo na superfície de um rio; a bem dizer, não é senão a própria água do rio e , todavia, não é o rio. A criança que vê o gelo acredita que já não há rio, que o curso foi detido. Ilusão! Sob a camada de gelo a água continua a fluir, a seguir o declive, em direção à planície. Rompe-se o gelo e ver-se-á

a água jorrar de repente e saltar marulhando. Essa [é] a imagem do curso da língua. A língua escrita é a camada de gelo sobre o rio. A água que continua a correr sob o gelo que a prende é a língua popular e natural. O frio que o gelo produz e queria reter o curso d'água é o esforço dos gramáticos e dos pedagogos; e o raio de sol que restitui a língua à liberdade é a força indomável da vida, vitoriosa das regras, quebrando os entraves da tradição.

Concordamos com Vendryès, pois é impossível deter esse marulhar que flui nas interações espontâneas das pessoas no seu dia a dia, no seu meio natural onde duas ou mais variantes lingüísticas entram em competição. De um lado, está a modalidade inovadora, livre dos grilhões gramaticais; de outro, a modalidade escoltada pela sociedade detentora de maiores privilégios e pela força coercitiva da escola (a variante padrão). Não nos colocamos, com isso, contra a necessidade de se adquirir na escola os mecanismos da língua padrão, disso não devemos abrir mão, por isso concordamos com Tnnelat, *apud* Câmara Jr. (1970: 10), quando argumenta que “Não há língua comum sem ensino escolar e este tem de assentar necessariamente numa regulamentação imperativa”. Mas, igualmente, incluimo-nos entre os professores que buscam o conhecimento da diversidade lingüística, ou melhor, procuram desvendar correlações com o uso de formas diferentes, mas semanticamente idênticas, porquanto é de fundamental importância, a fim de tentar encontrar alternativas para solucionar os problemas que emperram o êxito do ensino/aprendizagem, principalmente no concernente ao idioma português falado no Brasil. Assim, justifica-se o nosso interesse em estudar esse fenômeno lingüístico enquanto regra variável.

Concluimos esta etapa com Graciosa (1991: 20), dizendo que a gramática normativa falha por tentar imobilizar em moldes rígidos aquilo que está em variação e que pode ser sistematizado como tal.

3.2. O FENÔMENO DE CONCORDÂNCIA VERBAL - NA PERSPECTIVA SOCIOLINGÜÍSTICA VARIACIONISTA

No Brasil, vários estudiosos, engajados na corrente sociolinguística, vêm desenvolvendo importantes trabalhos com propostas sérias para uma adequada abordagem do fenômeno da concordância, aprofundando e criando propostas que possibilitam estudar e explicar a sistematicidade da variação linguística.

Foi propriamente a partir dos anos setenta que se desenvolveu a Sociolinguística entre nós, principalmente a consciência voltada para os estudos variacionistas no Rio de Janeiro. Lemle & Naro foram os primeiros a desenvolver, entre 1974 e 1976, estudos sociolinguísticos variacionistas de inspiração laboviana. Os autores pretenderam estabelecer condições para a análise de concordância verbo/sujeito na variedade da linguagem oral empregada por morabralenses da cidade do Rio de Janeiro.

Nessa mesma linha, Braga e Scherre (1976) contribuem com um trabalho pioneiro sobre a concordância de número com falantes também no Rio de Janeiro .

A partir de então, outros trabalhos têm sido desenvolvidos por sociolinguistas que voltaram de seus doutorados no exterior e dentre outros fenômenos gramaticais abordaram também aqueles direcionados tanto para a concordância verbal como a nominal. Especificamente sobre a CV, sob uma perspectiva da teoria da variação linguística, podem ser citados: Gryner (1977); Motta (1979); Guy (1981); Naro (1981); Nicolau (1984); Bortoni Ricardo (1984) ; Nina (1980); Naro Gorki & Fernandes (1983); Rodrigues (1987) Graciosa (1991); Scherre & Naro (1991); (1992) ; (1993).

Vejamos, a seguir, três resenhas que tratam da Concordância Verbal. A primeira se refere a **Competências Básicas do Português**, de Lemle & Naro (1977). A segunda se refere a **The Social and Structural Dimensions**

Syntactic Change, de Naro (1981). A terceira trata-se de **A Concordância Verbal no Português Popular em São Paulo**, de Rodrigues, (1987).

3.2.1 Competências Básicas do Português

Em *Competências Básicas do Português*, Leme & Naro (1977) investigaram o comportamento lingüístico, especificamente o de CV, a partir de um *corpus* com amostras de fala produzidas por mobralsenses. O objetivo precípua era dar suporte teórico e metodológico aos professores do MOBREAL, para a elaboração de material didático compatível com uma clientela eminentemente diversificada. Por outro lado, de posse desses dados fornecidos pelos mobralsenses, os autores pretenderam estabelecer os pontos de discrepâncias entre essa clientela e os escritos jornalísticos e da literatura contemporânea de fácil acesso.

Como proposta teórico-metodológica, Lemle & Naro adotaram o modelo laboviano na concepção da variabilidade lingüística, uma vez que os alunos do MOBREAL pertencem a um grupo social em cuja fala a regra de CV funciona como uma regra variável. Os pesquisadores consideraram relevante estabelecer, para uma regra variável, os fatores internos e sociais que propiciam ou inibem a aplicação da regra.

As entrevistas realizaram-se nos postos do MOBREAL, com 20 informantes nascidos no Rio de Janeiro ou adjacências, de sexo masculino e feminino, na faixa etária de 17 a 50 anos, correspondendo a 7 entrevistas com cada um deles, formando um *corpus* com o total de 140 entrevistas. Os temas foram escolhidos livremente pelos entrevistados, correspondendo cada entrevista a 1 (uma) hora de gravação eletromagnética. As transcrições dos inquiridos foram feitas numa ortografia semi-alfabética.

Quanto às variáveis que se correlacionavam à aplicação da regra de CV, Lemle & Naro selecionaram as seguintes.

a) estilística: o pressuposto era de que as entrevistas mais formais favoreceriam um maior grau de atenção, decorrendo daí um índice mais alto de aplicação da regra de CV padrão. Para tanto, definiram diferentes graus de formalismo nas diferentes entrevistas realizadas com cada um dos informantes em diferentes locais e circunstâncias.

b) semântica: consideraram-se dois aspectos semânticos do sujeito. Assim, foi considerado definido o sujeito do verbo cuja referência era óbvia. Conseqüentemente, se a referência exata não era óbvia, o sujeito era conceituado como indefinido.

c) posicional: tinha a ver com a posição ocupada pelo sujeito em relação ao verbo, com a seguinte codificação:

A - sujeito imediatamente antes do verbo;

S - sujeito preposto ao verbo, mas separado dele por mais de quatro palavras átonas, ou por um conjunto de palavras contendo acento;

O - sujeito oculto;

D - sujeito depois do verbo.

d) morfológica: baseava-se na perceptibilidade da maior ou da menor saliência fônica singular e plural da forma verbal. A diferença distintiva foi ordenada numa escala ascendente, pois os autores entendiam que a aplicação da regra correlacionava-se ao grau de saliência fônica. Por exemplo, perceberam que há maior probabilidade no uso de uma forma verbal do tipo falaram do que falam.

Para a análise estatística dos dados, os autores lançaram mão de três modelos ou métodos estatísticos, a saber:

1. Com a utilização do programa computacional SWANINC 3, os autores calcularam a frequência relativa de aplicação da regra para cada fator, isto é, sem a interferência de outros quaisquer, por suporem, inicialmente, insignificante a interação entre os diversos grupos de fatores.

2. O outro modelo foi o probabilístico que, segundo os autores, é o mais freqüente em ciências sociais. A esse modelo, subjaz a técnica conhecida como análise multidimensional da variância (p.26). Foi o subprograma ANOVA que deu suporte à realização da análise de Lemle & Naro.

3. O último modelo, criado especialmente para pesquisas lingüísticas pelo Professor D. Sankoff, da Universidade de Montreal, diz respeito à probabilidade e não à freqüência de aplicação de uma regra. Em se tratando desse modelo, o programa utilizado foi o VARBRUL 2.

Seguem-se as conclusões a que chegaram Lenle & Naro, em decorrência desse estudo:

1. É extremamente crucial o estudo da regra de concordância verbal, enquanto exemplo de regra sintática que se encontra atualmente em processo de mudança. É possível, por meio desse estudo, serem captados os fatores responsáveis pelo processo de mudança lingüística, podendo-se desvendar os caminhos através dos quais uma mudança se define.

2. O morfológico é o grupo mais poderoso dos fatores determinantes da concordância. É o que se depreende através da análise da variância.

3. Em se tratando da variável posicional, detectaram-se paralelos aos grupos morfológicos. Enquanto a categoria mais saliente, a do sujeito anteposto, favorece a aplicação da regra de CV, a categoria menos saliente, caracterizada pela posposição do sujeito ao verbo, apresenta o mais baixo índice de probabilidade de aplicação da regra.

Inserido na variável posicional, o caso do sujeito oculto apresentou-se como uma categoria que desencadeia a CV, pois entram em jogo fatores de ordem funcional, tendentes a aumentar CV para facilitar as ligações extra-sentenciais (p.44).

4. Com relação à variável semântica, evidenciou-se o fato de que é a que menos influência tem na CV.

Respaldados nos resultados supramencionados, os pesquisadores alertam para a necessidade de se incluir, no modelo do funcionamento sincrônico da gramática, o conceito de saliência. Assim, uma regra gramatical aplicar-se-á mais ou menos freqüentemente, dependendo da saliência dos efeitos provocados. Significa dizer que dada uma certa forma verbal, num certo contexto, a realização ou a ausência de CV não é fenômeno aleatório, pois, quanto menos saliente for a diferença entre o singular e o plural, tanto mais provável será a falta de concordância,

Assim sendo, a crença de Lemle & Naro é a de que “a actuação de mudança em direção a um sistema sem CV foi fundamentalmente fonológica, enquanto que a sua implementação se deu através de uma difusão no eixo da saliência, sendo a principal coordenada a morfológica” (p.49).

3.2.2. The Social and Structural Dimensions of a Syntactic Change

The Social and Structural Dimensions of a Syntactic Change (doravante SSDSC) tem como proposta um modelo de mudança sintática com base num estudo quantitativo da regra de concordância sujeito/verbo (doravante c s/v) no português falado no Brasil. Para Naro, entre falantes de níveis sócio-econômicos mais baixos, esta regra está passando por um processo de eliminação da gramática. Esse modelo sugere que a mudança sintática começa a partir do ponto em que a diferença de superfície entre o velho e o novo sistema é zero (ou quase zero) que, mais tarde, se dissemina por meio da língua na proporção inversa ao grau de saliência das diferenças de superfícies entre estes sistemas em cada contexto particular. Desse modo, feixes “naturais” de traços lingüísticos só aparecem de modo gradativo.

Nesse trabalho, Naro busca a noção de difusão ao longo do eixo da saliência em “*Syntactic Diffusion*” de Naro & Lemle (1976). Mais tarde, estes

autores alargam seus testes no corpo do trabalho do projeto *Competências Básicas do Português* (1977) (doravante CBP). Em SSDSC, Naro faz uso dos mesmos dados das duas versões supracitadas, com algumas retificações e aditamentos, com inserção de variáveis sociais e algumas alterações na classificação morfológica.

Para Naro, a mudança sintática é bastante oportuna para a observação da mudança linguística em progresso, aspecto não cogitado até recentemente na pesquisa histórica, tendo em vista que esta era sempre voltada para uma metodologia cuja concepção era de que a mudança se processava através dos séculos. Desse modo, considerava-se, de um lado, que usualmente línguas padrões são relativamente estabilizadas, e de outro, a impossibilidade de se estudarem as dimensões social e estrutural que delineiam a iniciação e a difusão de uma mudança. Assim é que Naro, baseado na noção geral de mudança linguística em progresso, e com dados adquiridos em estudo quantitativo detalhado de um caso particular de mudança sintática em curso, apresenta uma proposta com vistas a uma explicação da mudança sintática.

Diz Naro que, embora os compêndios de gramática normativa exponham algumas exceções à aplicação da regra de concordância entre sujeito/verbo (como o caso do sujeito coletivo do tipo *um grupo de manifestante*, ou o do sujeito composto posposto ao verbo em que a regra é opcional), em princípio, na língua padrão escrita e na fala normal das classes educadas ou de estratos sócio-econômicos superiores, assim como nos veículos de comunicação de massa: rádio e televisão, uma forma verbal finita deve concordar com seu sujeito, explícito ou apagado, anteposto ou posposto. Enfim, a regra c/s/v é praticamente categórica.

O objetivo de Naro em SSDSC é comprovar que na língua popular esta regra é variável e está sendo gradativamente excluída da gramática de falantes sócio-economicamente de baixa renda. Por essa razão, o *corpus* da língua falada foi o mesmo utilizado em CBP, de Lemle & Naro, de onde coletou segmentos frásicos com sujeito verdadeiramente plural, excluindo, portanto:

1. sujeito indeterminado, como: “*Dizem* que não tem mais vagas”.

2. construções em que não fica claro se o sujeito de superfície está presente e que mostram grande variação mesmo na língua padrão.

Exemplo: Era (m) três moças que vimos.

Foram ainda descartados verbos irregulares cujas pronúncias são homófonas (ou quase homófonas) no presente do indicativo: vem/vêm; tem/têm.

Naro acha necessário identificar as diversas forças (“variable constraints”) que atuam simultaneamente para tornar a regra mais ou menos provável, e, concomitantemente, a avaliação de sua relevância relativa no que tange à aplicação da regra, no caso em que na língua popular, a regra de c/s/v é variável. Tais forças tanto podem ser de ordem lingüística como de ordem social. Para as de ordem lingüística, o pesquisador controla as mesmas adotadas em CBP: o grau de saliência fônica da realização morfológica da oposição singular e plural e a posição do sujeito, em relação ao verbo.

Segundo o autor, qualquer fenômeno variável sofre a influência de várias forças variáveis simultâneas, o que o leva a observar que, empiricamente, não podemos observar tão somente uma única força, porquanto no mundo real, numeráveis forças estão constantemente operando ao mesmo tempo num dado contexto.

O difícil é justamente definir e avaliar (1) a contribuição isolada de cada fator para a situação total; (2) a maneira como os efeitos de cada força se combinam para produzir o efeito total no contexto em que estão presentes em conjunto. São indispensáveis modelos que dêem conta dessas questões verificadas em outras ciências empíricas, sendo que soluções estatísticas já foram adaptados por lingüistas. Naro evidencia a existência de três modelos matemáticos utilizados para o tratamento da variação lingüística, especificando a globalização, as restrições, a possibilidade de aplicação de cada um deles: o primeiro calcula a frequência de aplicação da regra; o segundo postula que os efeitos de cada fator

presente num dado caso se acumulam aditivamente, ou seja, o efeito total de um contexto é a soma dos individuais das partes; e o terceiro adota um modelo multiplicativo para efeito combinado dos traços componentes de um contexto, neste caso é comum falar em frequência relativa em sentido restrito e de efeitos fatoriais como probabilidades. É a que se conhece com o nome de modelo logístico, que gera “loglikelihood tests”, que ratificam a relevância estatística das categorias escolhidas.

Naro verifica que, afora exceções explicáveis, sem maiores complicações, os três modelos apresentam resultados paralelos. O autor lançou mão dos mesmos programas utilizados em CBP.

Segue-se que o autor apresenta os resultados para a categoria morfológica. O exame basilar que orientou a ordenação das categorias morfológicas foi que a crescente saliência fônica da oposição singular/plural pareceu estar correlacionada com as possibilidades crescentes de concordância. Estabeleceu-se uma hierarquia de categorias para refletir a saliência oposicional crescente, mas essa hierarquia não apresenta exata correspondência com a proposta em CBP. Dois níveis compõem a hierarquia proposta em SSDSC:

Os componentes do 1º nível caracterizam-se pelos pares cujos segmentos fonéticos que realizam a oposição são inacentuados (“unstressed”) em ambos os membros. Tais componentes correspondem a três classes, ordenadas segundo a crescente diferenciação material da oposição singular/plural.

Classes - a - come/comem [$_i / _ĩ$]
 - b - fala/falam [$_a / _ũ$]
 - c - faz/fazem [$_ø / _ĩ$]

Os componentes do 2º nível correspondem aos pares em que estes segmentos são acentuados (“stressed”) em pelo menos um membro da oposição. Devido a essa crucial distinção com relação à intensidade (“stress”), obviamente todas as oposições no 1º nível são menos salientes que qualquer outra no 2º nível. As várias

classes do 2º nível se distribuem de acordo com a ordem de diferenciação material crescente da oposição.

- Classes - a - dá/dão [- á / - ãw]
 - b - comeu/comeram [- éw/ - éru]
 - partiu/partiram [-íw/-íru]
 foi/foram [-óy/ -oru]
 - c - falou/falaram [- ó/ - /aru]
 - d - é/ são -
 - e - veio/vieram [- ø / - éru]

Os resultados estimados para um total de 17 informantes, corroboram que o crescente índice de aplicação de concordância está correlacionado com a crescente saliência oposicional.

O autor não pára no fator intensidade, analisa, inclusive, o fator diferenciação material entre as formas, do qual decorrem as classificações subseqüentes:

Intensidade:

Classes - a - (não acentuado): classes morfológicas

1a - c

- b - (acentuado): classes morfológicas

2a - c

Diferenciação material:

Classes - a - diferenciação menor: classes morfológicas

1a, 2a

- b - diferenciação maior: classes morfológicas

1b, 2b

- c - diferenciação completa: classes morfológicas

1c, 2c

A inferência de Naro é que é relevante o efeito conjunto de acentuação e diferenciação material. Desse modo, para cada classe de “stress”, cada classe de

diferenciação tem um efeito paralelo, seja aumentando, seja diminuindo o índice de concordância.

Com relação à categoria posicional, Naro a ordena do mesmo modo que procedeu com a saliência usada na categoria morfológica. Com a posicional, contudo, o tipo relevante de saliência não é oposicional, mas depende da posição relativa do sujeito, que é o elemento que determina a forma apropriada do verbo e o verbo propriamente.

As correlações se acentuam mais, isto é, são mais salientes quando o sujeito determinante precede imediatamente o verbo determinado. Assim o distanciamento de no máximo cinco sílabas entre o núcleo sintagma nominal e do sintagma verbal (determinante/determinado) recebeu o rótulo de classe posicional 1a. quando, porém, na frase de superfície o distanciamento entre esses termos determinante e determinado atinge mais de cinco sílabas, as correlações de concordância diminuem, recebendo o nome de classe posicional 1b. Por fim, o autor constata que a relação menos saliente é a classe posicional 1c, em que o termo determinante, o sujeito, segue o determinado, o verbo.

Em se tratando do sujeito ausente na frase de superfície, o sujeito oculto, Naro reafirma que a forma verbal flexionada não é redundante, e as relações entre o verbo e o seu sujeito extra-sentencial só podem ser estabelecidas por meio da concordância. Por essa razão, o sujeito oculto foi considerado um caso à parte com relação à hierarquia posicional, que é válida apenas dentro dos limites de uma única frase de superfície.

Assim, consideraram-se as seguintes classes:

Caso 1 (dentro de uma única frase de superfície)

Classes - a - sujeito imediatamente anteposto (eles falam)

- b - sujeito anteposto distante (eles... falam)

- c - sujeito posposto (falam eles)

Caso 2 (sujeito além dos limites da frase de superfície)

Classe - a - sujeito oculto ou apagado (... falam)

Esses três modelos, no que concerne às restrições da frase, apresentam resultados paralelos consentâneos com o princípio da saliência. O sujeito imediatamente anteposto se correlaciona significativamente com a aplicação da regra padrão, enquanto o sujeito posposto não se correlaciona com a regra padrão de CV.

Os resultados atinentes ao caso 2 se aproximaram bastante da classe 1a; Naro acredita na existência do princípio de natureza funcional interagindo com o princípio da saliência fônica para explicação desse fato.

Assim, as forças de natureza social em consonância com as de natureza lingüística se articulam a fim de tornar mais ou menos provável a aplicação da regra de CV e, desse modo, constitui a fase subsequente do trabalho de Naro. Entretanto, logo surgiram dois sérios obstáculos para o estudo desses fatores sociais:

De um lado, a falta de controle dos dados em CBP não permite uma distribuição balanceada de variáveis sociais, já que o interesse do MOBREAL se concentrava em informações gramaticais que subsidiassem planejamento e técnicas didáticas. De outro lado, as variáveis sociais colocadas não cogitavam qualquer providência que possibilitasse o relacionamento do falante com outros níveis sócio-econômicos da comunidade mais extensa.

Sendo analfabetos, todos os informantes pertencentes a uma classe social de baixa renda aspiravam, indistintamente, à ascensão social, tendo como saída o curso do MOBREAL. O autor se dispôs a avaliar até que ponto um falante se debate para galgar a cultura das classes média e média-alta. Mesmo excluídos da classe média, alguns informantes se revelaram em condições de participar de seus interesses e anseios e ainda se relacionaram compativelmente com seus entrevistadores de classe média.

Como as entrevistas não foram conduzidas com o intuito de se analisarem fatores sociais, Naro lançou mão de um indicador indireto: propôs-se analisar a reação do informante à televisão, respaldado no fato de que, no Brasil, a programação televisiva é voltada para telespectadores urbanos de classe média ou média-alta. Além disso, essa programação é veículo disseminador dos valores dessa classe cujos membros, agraciados com estável poder aquisitivo, transformam-se em consumidores por excelência.

Naro distribuiu os entrevistados em dois grupos: os que assistem habitualmente a novelas e os que pouco e os que a assistem, dependendo dessa experiência suplementar somada a suas experiências do dia-a-dia. Ratificou-se a hipótese do autor, segundo a qual as novelas televisivas constituem um poderoso agente de difusão da língua *standard* e da sua regra categórica de CV: os informantes que, habitualmente, assistem a novelas tendem a aplicar a regra padrão. Segundo o pesquisador (p.86):

It is the fact that these speakers participate vicariously in a social cultural context foreign to their own milieu that is reflected by the cultural orientation variable.⁴

No tocante à idade, coube aos mais velhos maiores chances de aplicação da regra. Com relação ao sexo, foram as mulheres que mais se aproximaram da forma padrão de que os homens, embora a diferença seja pequena entre ambos.

Ao cruzar os dados concernentes às variáveis cultural e faixa etária, o pesquisador conclui que, em termos lingüísticos, a intensidade relativa dessas duas

⁴ O fato de que esses falantes participam substitutivamente de um contexto sociocultural estranho ao seu próprio meio é refletido pela variável de orientação cultural. (Tradução nossa)

forças variáveis reflete um conflito real entre tendências opostas. De um lado, a variável idade pode vislumbrar a continuação de um processo lento de eliminação da regra. Nessa ótica, a variável idade é exterior ao falante, imposta a ele sem nenhum estímulo interno. De outro lado, pode-se entrever na variável orientação o reaparecimento do uso dessas mesmas regras partindo de dentro do falante, condicionado a sua orientação cultural. Com o passar do tempo uma regra de concordância pode vir a ressurgir. Isso se explica pelo fato de por ser “mais velho” o falante possui uma visão cultural “vicarius”, que o leva a incidir muito mais na aplicação da regra de concordância se comparado com outros falantes com características sociais semelhantes.

Naro preocupou-se também em investigar se o comportamento de cada indivíduo reflete o modelo do grupo, uma vez que, segundo os postulados da psicolinguística moderna, o desempenho lingüístico é controlado pelo cérebro individual. Sendo assim: (1) dados coletivos teriam sentido apenas se todos os membros do grupo tivessem um comportamento similar; (2) caso contrário, dados de grupos corresponderiam a uma média grosseira de comportamentos diversificados; (3) assim, os modelos de grupos não descreveriam a **performance** de qualquer indivíduo e não poderiam corresponder a qualquer realidade psicológica; (4) finalmente, se todos os comportamentos são iguais, a escala de saliência é invariante para todos os indivíduos e não há razão para se esperarem ordenamentos conflitantes de pressões nas dimensões hierarquizadas, nem entre os indivíduos nem entre os grupos.

O pesquisador adverte que, em qualquer comparação de dados estatísticos atinentes a um grupo de falantes, com os resultados concernentes a cada um dos membros desse grupo, é crucial lembrar que o grupo sempre tem a vantagem de possuir maior quantidade e, por essa razão, o grau de precisão é

maior e as tendências a variações notáveis em categorias menos freqüentes são reduzidas.

As conclusões de Naro, a partir da análise dos dados, são as seguintes:

1. O comportamento do indivíduo é sempre compatível com o padrão do grupo, mesmo havendo exceções.

2. Deve ser considerado o número de dados sob análise, mesmo que este não seja o único a determinar a significância estatística, posto que os supostos desvios individuais no que se relaciona com o modelo do grupo tendem a ocorrer quando o número de dados é pequeno com referência ao número de dados de outras células.

Preocupado em explicar a origem da perda de concordância na frase verbal, o pesquisador postula que essa perda implica mudanças de diferentes tipos na estrutura de superfície. Desse modo, nas classes correspondentes aos pontos mais altos da hierarquia morfológica, o processo parece ser estritamente o de generalização do privilégio de ocorrência dos morfemas de singular em substituição aos seus equivalentes no plural (por exemplo, na classe c, [-ó] parece estar assumindo o território de [‘arũ]. Porém, no ponto mais baixo da escala morfológica, esse mesmo mecanismo parece ser resultado de uma simples regra fonológica que desnasaliza as vogais átonas finais ([‘ĩ] / [‘i]). Via de regra, no português do Brasil, esse procedimento se verifica em outras classes de palavras (nomes: virgem / virge; advérbio: ontem/onte), até mesmo em textos do português arcaico, e que se conserva na fala popular de algumas regiões de Portugal. Assim sendo, a perda de concordância como resultado de uma mudança fonológica é completamente aplicável apenas na classe 1a; da classe 1b para cima, o processo não pode ser considerado apenas como resultado de uma regra fonológica.

Por outro lado, Naro achou conveniente investigar esse fenômeno em tempo aparente, ou nos grupos etários. Para isso cruzou os resultados para as classes 1a e 1b com aqueles atinentes à faixa etária (mais velhos e mais novos) e constatou que, ao contrário dos mais jovens, falantes mais velhos apresentam uma diferença relevante entre as duas classes, do que se pode inferir que esses estágios anteriores à classe 1a se encontravam bem mais adiantados da não-concordância do que se encontram atualmente. A classe 1a é exatamente a que representa exclusivamente a componente fonológica da mudança. Logo, a desnasalização final foi, num dado momento, responsável por uma parte significativa do processo como um todo, e possivelmente tenha sido a força matriz que o impulsionou.

Disposto a desvendar as causas da perda da nasalidade final nas formas verbais em comparação com a perda nos nomes, Naro toma como referencial os dados coletados por Votre (1978 e 1979), cujo estudo sobre o fenômeno se encontra nas duas faixas etárias (mais velhos e mais jovens). Para Votre, com relação aos verbos, a queda relativamente freqüente da nasal na classe I (correspondente aos pares comem/come e falam/fala em Votre), em que ela assinala a desinência, está respaldada num universal lingüístico, segundo o qual “o apagamento de um segmento morfêmico é mais provável que o apagamento de um segmento correspondente não-morfêmico, se o morfema for redundante; por outro lado, o oposto é verdadeiro” (Naro, 1980:166). Em se tratando dos nomes , a baixa freqüência de retenção da nasal final é processo inerente à evolução do português, faz parte da deriva da língua em Portugal bem como no Brasil.

Há, portanto, evidência de que nas primeiras fases da história da CV, contextos envolvendo simples perda de nasalidade foram bem antecedentes ao processo da perda de concordância do que fases posteriores. Ademais, nas primeiras fases, a supressão da nasalidade nos verbos da classe I se processava concomitantemente à supressão da nasalidade nas formas não-verbais. Assim, a força que atuou no sentido da implementação de um sistema morfológico de não-

-concordância foi a regra fonológica da desnasalação. Essa regra sempre foi e até hoje é variável.

Naro, confrontou os resultados obtidos por ele no estudo de CV com os de Schere (1978) que estudou a concordância nominal, em parte do *corpus* do MOBREAL, atinente à fala de informantes mais jovens, e também de mais quatro informantes de faixa sócio-econômica alta. Verificou que também a regra de concordância nominal está desaparecendo no atual português do Brasil, e tem uma distribuição sócio-econômica bem mais ampla, à proporção que a variação dos morfemas de plural atinge também o grupo de falantes de mais alto nível escolar que, via de regra, aplica a regra padrão de CV. O princípio de difusão ao longo do eixo da saliência revelou-se apropriado para esclarecer essa mudança em curso no português do Brasil.

Na conclusão de seu trabalho, Naro ressalta a idéia de que a perda da CV começa no ponto zero de diferenciação de superfície entre os sistemas velho e novo, com a “atuação” da regra de desnasalação das vogais átonas finais, e se espalha através da língua na proporção inversa ao grau de saliência das diferenças de superfície entre sistemas em cada contexto particular. O princípio da saliência, provavelmente com outros princípios universais ou restrições lingüísticas particulares, rege a introdução de novos elementos.

Rather, the principle of saliency, possibly along with other universal principles or language - particular restrictions governs the introduction of new elements (Naro 1981:97)

3.2.3 A concordância verbal no português popular em São Paulo

Rodrigues (1987) analisa o comportamento de concordância verbal na língua falada de duas comunidades da periferia de São Paulo, com vistas a “um estudo da língua portuguesa em seu contexto social com o propósito de definir uma sistematização das relações entre organização sociocultural e uso lingüístico (p.1).

Sua hipótese era que a aplicação da regra de concordância de falantes analfabetos e semi-analfabetos, obviamente, seria diferente da aplicação: (1) da língua padrão escrita, (2) da fala normal das classes educadas ou estratos sócio-econômicos superiores, (3) dos veículos de comunicação de massa: rádio e televisão, situação em que a regra aplicada é, ou deve ser, a preconizada pela gramática normativa.

Seu trabalho desenvolveu-se em dois momentos: no primeiro, ocupou-se da caracterização da língua popular e da descrição das comunidades subsidiadoras de suas reflexões atinentes a essa variedade lingüística; no segundo, do estudo da regra de concordância do verbo com o sujeito plural na língua falada de São Paulo, na condição variável, portanto, facultativa.

Para conceituar comunidade e língua popular, Rodrigues coloca que, nos grandes conglomerados das periferias urbanas, é possível identificar um grupo social extenso cujas características só podem ser definidas em contraste com outro grupo social. Seus integrantes se caracterizam pelo baixo nível sócio-econômico, pelo baixo nível de escolaridade (predominam os analfabetos e os que freqüentaram, no máximo, o antigo curso primário) e por formarem um enorme contingente de-mão-de-obra desqualificada. Refere-se à existência, na capital paulistana, de uma vasta comunidade lingüística rotulada de popular cujos membros compartilham de uma variedade comum. Desse modo, para ela, a própria noção de língua popular se constrói com base em parâmetros socioculturais. Concebe, então, a língua popular como uma variedade de língua de menor prestígio.

Os moradores das favelas são pessoas que comungam dos mesmos problemas, tais como falta de moradia ou moradia insalubre, instabilidade ou falta de emprego, ou salário irrisório, alimentação e vestuário precários, intranqüilidade decorrente da importunação de marginais.

A pesquisa desenvolveu-se em duas favelas, muito próximas uma da outra. Uma situada no Alto de Carombé, norte de São Paulo, considerada como oficial, por ter respaldo legal da prefeitura. A outra, considerada como clandestina, com área 703,8 m².

Em ambas as favelas realizaram-se 40 entrevistas de 30 minutos de duração com cada um dos informantes, escolhidos aleatoriamente, através de conversas espontâneas no próprio barraco, sem roteiro preestabelecido, com temas livres, num clima de descontração e confiança mútua, avançando para o grau de informalidade do diálogo, o que favoreceu a aliciação de dados semelhantes entre os interlocutores.

Para a seleção dos 40 informantes adultos, foram considerados quatro fatores sociais, a saber: os dois sexos (1) masculino, (2) feminino; dois níveis de escolaridade: (0) nula. (1) 1^a até a 4^a série do 1^o grau; 3 faixas etárias: (1) 20 a 35 anos, (2) 36 a 50 anos, (3) mais de 50 anos; procedência: (1) São Paulo, (2) noroeste de São Paulo e norte do Estado do Paraná, (3) norte de Minas Gerais e sul da Bahia, (4) Nordeste, Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Ceará.

Rodrigues concebe a CV como uma área particular da gramática intimamente entrelaçada com os domínios social e cultural, por isso acha fundamental depreender os fatores condicionantes da aplicação de uma regra variável e avaliar a importância de cada um deles, calculando a probabilidade com que a regra se aplica. Em vista disso, concordando com Labov, admite que o estudo da variação lingüística é necessariamente quantitativo, e a análise quantitativa compreende cálculos de frequência e probabilidade de aplicação da regra em questão.

Postula, por outro lado, que falantes não escolarizados ou com baixo nível de escolaridade tendem a não aplicar a regra de concordância do verbo com sujeito; segundo ela, a regra padrão está passando por um processo de mudança ou quase eliminação da gramática popular.

Como seu objetivo é explicar os fatores lingüísticos e extralingüísticos que regem a sistematicidade da variação na concordância verbo/sujeito de 1ª e 3ª pessoas do plural na língua popular paulistana, faz uma análise dos fatores lingüísticos e extralingüísticos. Codificou os sujeitos de 1ª pessoa como P4 e os de 3ª como P6.

Quanto aos fatores lingüísticos, coloca inicialmente a posição da gramática normativa de português, ou seja, explica que o verbo concorda em número e pessoa com seu sujeito, venha ele claro ou subentendido. Sendo o sujeito eu acompanhado de uma ou mais pessoas, ou simples representado pelo pronome nós, ou composto em que figure um pronome de 1ª pessoa, o verbo vai para a 1ª pessoa do plural. Compete ao sufixo flexional número/pessoa -mos (marca geral de P4) indicar a concordância do verbo com seu respectivo sujeito; assim sendo, o item lexical em análise é, certamente, o verbo, a forma verbal que tem no morfema o verbo e sujeito.

Rodrigues concebe como aplicação da regra de concordância padrão aquela cujo elemento verbal analisado tiver uma marca formal, padrão ou não-padrão ([-mos/ -mo] [mus/mu]) de 1ª pessoa do plural, referente, respectivamente, a uma sílaba travada por /s/ ou a uma sílaba livre. Cita, como exemplo,(1) e (2)

(1) *nós ficamos déis dias em Belo Horizonte* (8-6b)

(2) *eu mais minha colega fomo pra Itapevi.* (6-5a)

Desse modo, o uso de formas verbais marcadas pelo morfema (mos) confirma a aplicação da regra padrão, já as formas verbais não-padrão serão as de 3ª pessoa do singular, geralmente, com morfema {∅} ou {u}, no pretérito do indicativo, como em(3).

(3) *lá nós não contava com essa insegurança* (M-15)

Para analisar as variáveis lingüísticas tomadas como fatores relevantes na aplicação da regra de concordância verbo/sujeito de 1ª pessoa do plural, elegeram-se duas: uma de cunho morfofonêmico e a outra, morfossintático. Na primeira, foi levada em conta a diferença fônica entre as formas padrão: (1) palavra paroxítona como falamos ; (2) palavra proparoxítona como falávamos. Ambas correspondentes a formas arrizotônicas, as mais freqüentes em português. Na segunda variável, foi considerada a possibilidade de se estabelecer relação entre aplicação da regra e presença/ausência do sujeito pronominal nós na oração representada pelo pronome nos. Dessa forma, os sujeitos foram classificados em: (0) não pronominal; (1) pronominal explícito; (2) pronominal não explícito. Assim, Rodrigues pôde constatar, pelos cálculos estatísticos, que esses dois processos interferem na realização da regra de CV.

Do ponto de vista da variável morfofonêmica, a autora hipotetiza que a desinência -mos seria perceptível e, em face disso, mais freqüente nas formas paroxítonas, em contraste com o menor grau de perceptibilidade nas formas proparoxítonas, embora os contextos (1) e (2) correspondam a sílabas átonas finais.

Rodrigues pôde comprovar que a concordância verbo /sujeito da 1ª pessoal do plural, a bem dizer, não se realiza quando a forma esperada é proparoxítona, isto é, em tal situação a regra da não concordância é quase categórica. Essa foi a sua hipótese.

No concernente à variável morfossintática, a autora postula que, na referência à 1ª pessoa do plural, quando o sujeito é oculto, mas o verbo está na primeira pessoa do plural, a própria desinência define formal e semanticamente o sujeito da oração. Assim, sua hipótese é de que o sujeito oculto favorece a aplicação da regra padrão; ao contrário, as formas verbais não-padrão (de 3ª pessoa do singular) seriam, preferentemente, usadas com sujeito pronominal explícito, a fim de evitar ambigüidade, visto que, qualquer sujeito da 3ª pessoa do

discurso no singular e alguns da 2ª exigem o verbo na 3ª pessoa gramatical. Os resultados alcançados levou-a às seguintes conclusões:

(1) O sujeito de 1ª pessoa do plural é preferencialmente preenchido pelo pronome nós.

(2) A ausência física do sujeito nós favorece decisivamente o uso de forma verbal marcada, ficando, pois, evidente que a categoria vazia pronominal está ligada à concordância na fala popular de São Paulo. Essa também foi a hipótese formulada pela pesquisadora.

Outra hipótese formulada e confirmada é esta: quando o sujeito nós está oculto e o verbo com ele não concorda, trata-se de sujeito já referido anteriormente, que corresponde a um antecedente sintático discursivo (p.155).

Com isso a autora se convence de que a concordância não constitui mecanismo gramatical para a identificação clara do sujeito semântico que pode ser recuperado facilmente, estabelecendo-se ligações extra-sentenciais (p.156).

Rodrigues cruzou os resultados das duas variáveis e constatou, através dos resultados obtidos, que, com o sujeito representado por nome + eu ou pronome nós, explícito ou apagado, as formas verbais da 1ª pessoa do plural, quando proparoxítonas, não se realizam na fala popular de São Paulo. A tonicidade da forma padrão tem peso decisivo na preferência do falante popular. Conseqüentemente, a regra de concordância verbal nunca se aplica se a forma verbal esperada for exdrúxula. Por outro lado, a regra encontra-se em variação quando a forma verbal padrão é paroxítona, sendo maior a probabilidade de aplicação quando o sujeito é oculto.

Assim sendo, pressupôs a existência do princípio de natureza funcional interagindo com o princípio da saliência fônica para explicar a realização da regra de concordância do verbo com o sujeito de 1ª pessoa do plural.

Em se referindo ao sujeito de 3ª pessoa de plural, Rodrigues afirma que a marca do plural dessa pessoa é |N|, escrito -m, que pode apresentar alomorfa fonologicamente condicionada |^hN| escrito precedido de |a|.

Esse sufixo número-pessoal funde-se, em tese, ou com o sufixo modo-temporal, como em *venderam*, ou com a vogal temática, como em *vendem*, *cantam*.

Assim, na fala dos escolarizados, ou de estratos sócio-econômicos superiores, bem como nos veículos de comunicação de massa, o segmento vocálico tônico átono final das formas verbais de 3ª pessoa do plural corresponde a ditongos decrescentes nasais. Assim sendo, via de regra, as formas de 3ª pessoa do plural são marcadas pela nasalidade final como no exemplo abaixo (p. 57)

(1) *e lá eles traziam sempre empregada para São Paulo.* (x- 20b)

(2) *meus vizinhos são muitos bons.* (8 - B)

(3) *eles nasceram aqui* (R - 18a)

Na fala popular, contudo, pares como faz/faze, canta/cantu, falava/falavu, falô/ falaru, trouxe/trouxeru, correspondem a pares opostos de 3ª pessoa do singular/3ª pessoa do plural. As segundas formas, ainda que não apresentem ditongo nasal final, são diferentes das de 3ª pessoa do singular; o sufixo flexional popular -u, ou ligado diretamente ao radical, como em falu, ou ao sufixo modo-temporal, como em falaru, caracteriza formas verbais de 3ª pessoa do plural. Desse modo, constitui marca formal não-padrão, que, de qualquer maneira, distingue uma forma de plural de uma do singular, como ocorre nos seguintes exemplos:

(4) *e é por donde eles pega e (eles) dize assi* (-20b)

(5) *elas chegavu sempre tão cansada* (x -20b)

(6) *ai ele chamô ai eles conversaru* (7 - 6a)

(7) *depois meus irmão vieru* (8- 6b)

Considera, assim, a aplicação da regra padrão de concordância verbal quando o elemento verbal analisado tiver uma marca formal, padrão com marca de 3ª pessoa de plural |N|, escrito -m, como em *falaram* ou quando apresenta alomorfia fonológica: |^uN| em vez de |N|, escrito -m precedido de |a |, como em *falarum*, ou também sem a nasalização como em *falaru*. Foram consideradas formas verbais não padrão aquelas de 3ª pessoa do singular, portanto, não marcadas, como se depreende em (8), (9) e (10).

(8) *os fregueses se comunica com lá no serviço dele né?* (w - 17b)

(9) *agora os filo já veio de lá pequeno* (Q -17b)

(10) *onte mesmo dois foi pra o passeio né?* (u -19b)

Avaliaram-se três grupos de fatores lingüísticos que operam no sentido de tornar mais ou menos provável a aplicação da regra de CV: (1) posição do sujeito com relação ao verbo; (2) saliência fônica da oposição singular/plural; (3) classe morfológica do sujeito.

1. Variável posicional - considerou-se a posição do sujeito com relação ao verbo dentro de uma única frase, levando-se em conta as categorias subseqüentes e desconsiderando-se as ocorrências de sujeito oculto.

(a) sujeito imediatamente antes do verbo;

(b) sujeito imediatamente depois do verbo;

(c) sujeito distante do verbo (anteposto ou posposto).

2. Variável morfofonêmica - levou em conta a crescente saliência fônica da oposição singular/plural. Empregou-se uma hierarquia de categoria para refletir a saliência oposicional crescente, definida por Lemle & Naro em Competências, por eles rotulados de 'old', como se pode observar em:

R - fala /falam; come /comem

V - faz /fazem; quer /querem

L - dá / dão; está /estão

E - falou /falaram; partiu /partiram

F - fez /fizeram; disse /disseram

W - é /são

3. Variável morfossintática - estabeleceu uma relação entre a aplicação da regra padrão e a presença/ausência do sujeito pronominal eles /elas. Os sujeitos foram caracterizados em:

0 - não pronominal

1 - pronominal

2 pronominal não explícito

O procedimento do exame dos fatores lingüísticos compreendeu duas etapas. Primeiro foram considerados os três grupos de fatores sem estabelecer nenhuma relação entre eles. Depois foi analisada a maneira como os efeitos de cada força se combinam para produzir o efeito total no contexto em que estão presentes em conjunto.

À semelhança de Lemle & Naro, Rodrigues aventou que os vínculos sintáticos entre sujeito e verbo ficam mais salientes quando o sujeito determinante antecede imediatamente o verbo determinado, candidato à concordância, o que corresponde à ordem preceitual do português (SV). Em contrapartida, a categoria menos saliente é aquela em que o sujeito segue ao seu verbo e, então, o elemento

determinante da concordância sucede ao elemento determinado, tornando a falta de concordância menos óbvia.

Estabeleceu-se a seguinte ordenação da categoria posicional, se verificada dentro de um só segmento frasal.

1. Sujeito pré-verbal (imediatamente anteposto)

(1.1) *depois meus irmão vieru eu fui morá só com meus irmãos.*
(8-4)

2. Sujeito pós-verbal (imediatamente posposto ao verbo)
(12) *não, ficava todos iguais* (M - 15b)

3. Sujeito distante (pré ou pós-verbal)

(13) *esses moradô que tinha casa emprestô* (A - 8a)

Rodrigues teve confirmada sua hipótese, segundo a qual a categoria posicional mais saliente favorece a aplicação da regra padrão enquanto a menos saliente a desfavorece, o que a gramática tradicional antevê.

Rodrigues dividiu a hierarquia de saliência fônica em seis classes, agrupada em dois níveis, devido à intensidade dos segmentos fonéticos que realizam a oposição: quando átonos, menos salientes, terão menor probabilidade de realização, em contraste com os tônicos, mais salientes, e por isso mesmo mais usados.

O 1º nível compreende duas classes correspondentes aos pares cujos segmentos fonéticos que realizaram a oposição são inacentuados em ambos os membros, visto que o acento recai no radical. Ver classes R e V.

CLASSES:

R - Verbo regular. Diferença entre singular e plural reside na nasalidade (apenas nasalização e/ou mudança de qualidade vocálica) como **come/comem** ([/i / /ĩ, /i]); **fala/falam** ([/ã / /u, /u]).

V - A diferença singular e plural reside numa vogal final átona, possivelmente nasalizada (nasalização e adição de segmento) como em **faz/fazem** ([-ø / -ĩ, -i]).

O 2º nível compreende quatro classes correspondentes aos pares cujos segmentos fonéticos com valor mórfico são acentuados em pelo menos um membro da oposição. Aceita essa distinção fundamental em termos de intensidade, todas as oposições do 1º nível são menos salientes que qualquer uma do 2º nível. Ver classes L, E, F e W, que se ordenam em função da diferenciação material da oposição singular/plural.

CLASSES:

L - elemento vocálico tônico oral no singular, em contraste com ditongo nasal plural (nasalização e mudança de qualidade) **está/estão** ([-á / -á̃w]), **vai/vão; dá/dão**.

E - Pretéritos perfeitos regulares: independentemente da conjugação, o acento recai na vogal temática; exemplos: **falou/falaram** ([-aru, -aru]); **vendeu /venderam** ([-éru, -éru;]) **partiu/partiram** ([-íru, -íru]).

F - Pretéritos perfeitos irregulares, com variação de abertura da vogal tônica em ambas as formas de singular e plural: **trouxe/trouxeram** ([-Éru, Éru]).

W - Forma totalmente distinta no singular e no plural. Caso único: **é/são**.

Os resultados da pesquisa de Rodrigues mostraram que a falta de concordância ocorre, com alta frequência, nas classes do primeiro nível, em que a diferença material entre singular e plural é menos saliente. Ao contrário, a probabilidade de aplicação da regra padrão é acentuadamente alta nas classes em que a forma plural se distingue totalmente da do singular.

Com relação à classe morfológica, os resultados levam a pesquisadora a inferir que a ausência ou presença do pronome sujeito **eles/elas** interfere de maneira discreta na realização da regra de concordância verbal, por isso não constitui fator decisivo para o uso de formas marcadas por parte do falante.

Detectou também o peso indiscutível da variável morfofonêmica para a realização da regra de CV, o que foi interpretado através do cruzamento dos resultados obtidos, processo que, inclusive, revelou que a variável posicional ocupa o 2º lugar numa hierarquia de fatores lingüísticos.

Rodrigues fez um avaliação conjunta dos fatores lingüísticos considerados relevantes para a aplicação da regra na 1ª e 3ª pessoas do plural. Viu que os índices de frequência de não concordância são, sem dúvida, mais elevados quando o sujeito é de 3ª pessoa do plural. Tal resultado aponta para uma tendência à anulação das marcas de flexão nos verbos em P6, o que demonstra estar essa regra passando por um processo de eliminação da gramática dos falantes analfabetos ou semi-analfabetos. Essa mudança se evidencia mais na 3ª pessoa do plural, pois, com relação à 1ª pessoa de plural, a regra se encontra em variação mais ou menos estável.

Ademais, comprovou-se a relevância de condicionamentos lingüísticos de diferentes tipos, atuando sobre a aplicação da regra de concordância verbal na língua popular em São Paulo, fornecendo pistas favoráveis a uma abordagem dessa regra sob diferentes prismas.

1. - Aspectos fônicos: detectou-se a possibilidade de se estabelecer uma acentuada relação entre fatores fônicos e realização da regra de concordância verbal, tanto na primeira quanto na terceira pessoa do plural: considerou-se que a forma desnasalizada, não marcada de 3ª pessoa da categoria R, foi uma constante na fala popular, fato que estimulou o uso das formas de 3ª pessoa do singular, fenômeno de natureza analógica, em conseqüência de um impulso de natureza

mórfica. Consagra-se, então, o uso da forma de 3ª pessoa do singular, inclusive na 1ª pessoa do plural, caso a forma esperada seja proparoxítona.

Numa possível explicação funcional, a autora concebe que a perda de marcas de flexão verbal na língua popular de São Paulo teria alguma relação com outras estratégias destinadas a compensar a perda do conteúdo informacional dos dados de flexão, o que provavelmente possibilitaria estabelecer uma relação entre processos de pronominalização e CV.

Os dados obtidos confirmam que há uma tendência de o falante popular, em São Paulo, usar o pronome pessoal em função de sujeito, ou sujeito preenchido pelos pronomes nós, em P4 e eles/ elas em P6. Ademais, a aplicação da regra não-padrão é favorecida pela explicitação do pronome, ao passo que a ausência física do sujeito pronominal tende a favorecer a concordância.

Constata-se, por outro lado, que os pronomes nós e eles/ elas não têm o mesmo peso na aplicação da regra de CV. Em P4, a ausência do pronome nós favorece, de modo decisivo, o uso de formas verbais marcadas. Contrariamente, a presença do sujeito pronominal nós favorece a não concordância. De outro modo, em P6 o fator presença/ausência do pronome eles/elas interfere discretamente na realização da regra de CV. Assim, para o falante popular de São Paulo a noção de oposição entre a 1ª e 3ª pessoas gramaticais é mais saliente do que a oposição singular/plural.

Assim sendo, não só o índice de retenção de nós é mais elevado do que o de eles/elas, como também sua presença tende a tornar desnecessária a flexão verbal; ao contrário, sua ausência requer a forma verbal flexionada. Em P6, não se impõe a presença nem do pronome nem da forma verbal marcada quando o contexto esclarece o referente, uma vez que a noção de plural é menos saliente.

Outro fato considerado, do ponto de vista do verbo, foi a análise da redundância que se revelou como fator relevante nas perdas das marcas de plural no verbo, sobretudo em P4. A distinção entre os índices de probabilidade de

aplicação da regra com sujeito explícito ou oculto é significativa. Assim, as marcas de flexão número-pessoal, na 1ª pessoa de plural, tendem a ser anuladas pelo falante popular em São Paulo, visto que as noções gramaticais por eles vinculadas já estão inseridas na forma pronominal nós.

Quanto à ordem dos constituintes, a pesquisadora constata que a ordem dos constituintes da frase verbal revelou-se como fator relevante para a realização da CV. A localização ocupada pelo pronome subjetivo anteposto ao verbo, tanto em P4 como em P6, é mais saliente, razão por que favorece a aplicação da regra padrão, ao passo que o sujeito posposto ao verbo favorece de modo decisivo a realização da regra não-padrão.

Ao analisar, conjuntamente, as variáveis sociais consideradas relevantes na aplicação da regra de concordância verbo/sujeito de 1ª e 3ª pessoas do plural, Rodrigues chegou às seguintes conclusões.

O fator sexo revelou-se inoperante na 3ª pessoa do plural. Em se tratando da 1ª pessoa do plural, são os homens da favela que tendem a usar as formas verbais flexionadas, e não as mulheres, como havia hipotetizado. Atribui essa atitude ao fato de o mercado de trabalho ser bem menos diversificado para as mulheres, nas grandes metrópoles, restringindo-lhes as oportunidades de interação com outras esferas populacionais.

Diante das exposições acima, fica evidente que a relevância dos condicionamentos lingüísticos foi confirmada pelos resultados fornecidos na análise do *corpus* de língua falada popular em São Paulo.

Com relação à realização das variáveis sociais, Rodrigues investigou em que medida a aplicação da regra de concordância reflete a organização de uma comunidade de falantes rotulados de popular, na periferia de um centro avançado como São Paulo. Assim, analisou as variáveis sociais: sexo, idade, grau de escolaridade e procedência dos falantes nas comunidades estudadas, no que diz

respeito à aplicação da regra de concordância verbo/sujeito de 1ª e 3ª pessoas do plural .

A variável escolaridade revelou-se relevante para a aplicação da regra em P4, mas em P6 foi considerada inoperante.

A variável procedência do informante revelou-se significativa para a realização da regra de CV, tanto em P4 quanto em P6. Essa, aliás, foi a mais relevante das variáveis sociais correlacionadas com o sujeito de terceira pessoa do plural. Os informantes nascidos na capital paulistana são os que mais tendem a efetuar a concordância com o sujeito de 3ª pessoa do plural. Com relação a P4, a concordância do verbo com o sujeito de 1ª pessoa do plural é regra praticada pelos paulistanos de nula ou baixa escolaridade, assimilada no contato cotidiano na cidade grande, que funciona como elemento divulgador de um padrão de desempenho correspondente ao imposto pela escola. Isso leva Rodrigues a afirmar que tal regra constitui um traço do vernáculo popular da cidade grande, isto é, ratificou-se a hipótese de “erro”, em P4, ter nos grandes centros urbanos do Sul um sentido diferente do “erro” em P6, uma vez que identifica o falante oriundo da zona rural.

Os resultados quanto à variável idade demonstraram que os de pesos relativos correspondentes à não aplicação da regra, seja em P4, seja em P6, por parte dos falantes de meia ou de avançada idade, são quase os mesmos, porém vagamente mais baixas que os obtidos por adultos mais jovens. Contudo, a probabilidade de os falantes da 1ª faixa etária cometerem “erro” de CV tanto em P4 como em P6 é, a bem dizer, mais acentuada do que a das outras faixas etárias..

Ao cruzar os dados concernentes à idade dos informantes com outros fatores sociais, a autora detectou outras informações, a saber:

1) Idade x escolaridade. O resultado, em P4, demonstrou que as mulheres de qualquer idade optam pela não concordância verbo/sujeito. Já os homens mais velhos foram mais propensos ao uso da regra de CV de maior

aceitação social. Isto porque homens e mulheres de baixo nível de escolaridade não têm, na cidade grande, o mesmo estatuto social. Em P6, as mulheres se mostram um pouco mais sensíveis aos padrões de prestígio a partir da meia idade.

2) Idade x procedência: Idade

a) Os resultados obtidos, no que tange à 3ª pessoa de plural, demonstraram que os adultos jovens tendem a “errar” com mais frequência, independentemente de sua procedência, do que os mais velhos.

b) Já os resultados correspondentes à 1ª pessoa do plural comprovam uma outra realidade sociolingüística: são os paulistanos, independentemente de sua faixa etária, que demonstram índices mais altos de aplicação da regra de concordância verbal mais aceita socialmente.

Realizando a análise dos dados em tempo aparente, Rodrigues pôde confirmar que, no vernáculo popular, a aplicação da regra da não concordância está muito mais disseminada na 3ª do que na 1ª pessoa do plural, porquanto, sob as pressões sociais, o falante adulto de baixa escolaridade, nos grandes centros urbanos, é forçado a empregar as formas verbais de 1ª pessoa do plural de maior prestígio social.

Quanto às abordagens dos três trabalhos, ora resenhados, pudemos observar que eles evidenciam preocupação em investigar a língua popular, baseados nos estudos sociolingüísticos quantitativos. Todavia, enquanto Lemle & Naro (1977) e Naro (1981) investigaram a CV envolvendo sujeito de 3ª pessoa de plural na fala carioca, Rodrigues (1987), além de analisar esse fenômeno, investiga também o comportamento da CV com sujeito de 1ª pessoa de plural na língua falada em São Paulo com informantes procedentes de outras regiões do Brasil. Embora não pretendamos trabalhar com o aspecto de mudança em tempo aparente, pois o nosso propósito é estudar a regra variável na língua falada em Rio Branco,

achamos conveniente resenhar “The Social and Structural Dimensions of a Syntactic Change” de Naro (1981), pelo fato de este autor ter incluído, nesse trabalho, outras variáveis sociais e algumas alterações na categorização morfológica, além de ser um trabalho de grande repercussão na literatura sociolingüística quantitativa.

Finalmente, vale ressaltar que fizemos atentas leituras em obras de outros pesquisadores que desenvolveram importantes trabalhos cujos conteúdos muito contribuem para o estudo da variação da concordância verbal. Porém, para não nos prolongarmos nestes pressupostos teóricos, não os resenhamos aqui. Contudo, foram reservados para respaldar nossas análises. Assim, os pontos selecionados foram explicitados sempre que se fizeram necessários para elucidação dos fenômenos lingüísticos enfocados.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nossa linha de trabalho está respaldada no modelo de variação sociolinguística desenvolvido por Labov, nos meados da década de sessenta. Espelhamo-nos nos vários estudiosos que, enveredando por esse caminho, têm alcançado sucesso em suas investigações e descrições de línguas naturais, pois, a partir de Labov, desenvolve-se uma “Sociolinguística precisa, rigorosa, em síntese, científica”. (cf. Mollica, 1992).

Nesta pesquisa, utilizamos 24 inquéritos que compõem o *corpus* do **Projeto Estudo da Fala de Rio Branco - EFURB**, do qual fazemos parte. Esse Projeto consiste em um banco de dados inicial referente a 30 horas de gravação da fala de riobranquenses do Estado do Acre. A idéia de sua criação se deve a uma sugestão de nossa orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Maria Luiza Braga - UNICAMP, para que nós (Prof^ª Raimunda Coelho de Carvalho e eu) vinculássemos ao Departamento de Letras -DL - da Universidade Federal do Acre - UFAC - os dados que iriam subsidiar nossas pesquisas para Dissertação de Mestrado. Essa idéia não só foi acatada por nós, como também aprovada em assembléia do DL - UFAC. Assim, vinculado a essa Instituição, esse banco de dados tem como objetivo dar suporte a pesquisas científicas ou de Iniciação Científica para estudiosos que se propõem analisar a língua falada no Brasil.

O Projeto teve início em 1994 e reúne um grupo composto por professores da UFAC, consultores da UNICAMP e da UFAC e bolsistas alunos do DL. Duas, dentre esses bolsistas, têm bolsa financiada pela UFAC, uma outra conta com bolsa de Iniciação Científica do CNPq e, ainda, um outro ganha salário pago por professores orientadores do Projeto. As duas primeiras e o último contribuíram com as entrevistas e, principalmente, com as transcrições grafemáticas delas. A segunda, além de ter participado das entrevistas e das transcrições, escreveu dois artigos sobre os temas “Um estudo preliminar da

preposição PARA' na oposição 'PARA MIM/PARA EU' na fala urbana de Rio Branco" e "A preposição 'DE' precedendo oração infinitiva na fala urbana de Rio Branco", utilizando, para isso, o *corpus* do EFURB. Esses trabalhos foram apresentados à Comissão do CNPq tendo sido aprovados por ela. Como estudo mais aprofundado, o Projeto já deu origem, ainda, a duas dissertações de Mestrado: esta que ora apresentamos e a outra com o tema de "A concordância de número na fala urbana de Rio Branco", de autoria de Raimunda Coelho de Carvalho. Todos quatro são inéditos.

No delineamento desse Projeto, escolhemos o critério aleatório estratificado para a seleção dos informantes a comporem a amostra, distribuindo a população em "células", cada uma delas formada de quatro indivíduos com características sociais semelhantes, sorteando, ao mesmo tempo, um informante e um bairro da cidade de Rio Branco.

Os informantes selecionados, por sua vez, deveriam preencher os seguintes requisitos:

4.1. estar na faixa etária de 20 a 35 anos. Dada a impossibilidade de trabalhar com um *corpus* de maior abrangência, decidimos sacrificar, temporariamente, a variável idade, a fim de obter um número de células mais confiável. Entretanto, não descartamos a idéia de, para trabalhos futuros, estender o quadro dessa variável, abrangendo outras faixas etárias.

4.2. ter nascido em Rio Branco e não se ter ausentado dessa cidade por mais de dois anos ininterruptos antes da idade de 7 anos. Isso se justifica pelo fato de que, até essa faixa etária, a criança sofre mais influência da fala de outras pessoas; ao passo que, a partir dos oito anos, ela tende a preservar os hábitos lingüísticos adquiridos até então. Confessamos que foi difícil selecionar somente informantes riobranquenses natos, por isso pensamos em ampliar o nosso *corpus*, incluindo falantes procedentes de outras regiões brasileiras, que já moram há bastante tempo em Rio Branco e, desse modo, permitir, em outras

oportunidades, estudos comparativos, no que diz respeito à procedência de informantes moradores na cidade de Rio Branco.

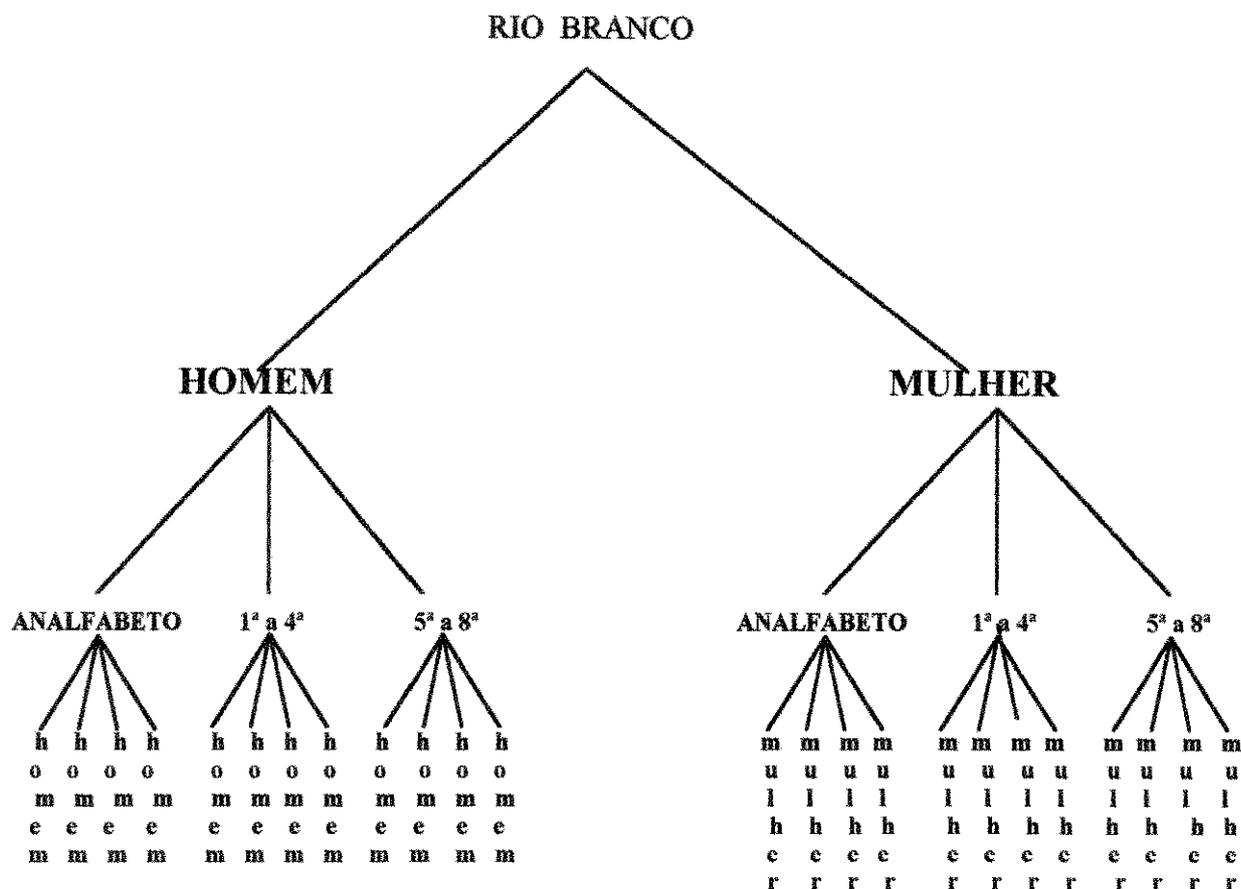
4.3. pertencer à classe sócio-econômica de baixa renda.

Com relação à classe social, temos consciência de que esse é, ainda, um assunto bastante polêmico. Nesse sentido, Naro (1986), in Rodrigues (1987), comenta que há “dificuldade de se definir claramente o conceito de classe social tal como ela se nos apresenta na sociedade brasileira”

Assim sendo, para estabelecer critérios na seleção de informantes da classe social de baixa renda, respaldamo-nos no “*Perfil sócio-econômico da cidade de Rio Branco - SEBRAE, 1991*”, segundo o qual tais critérios são assim considerados:

- escolaridade: ausência de escolarização e escolarizados até a 8ª série do 1º grau;
- local de estudo: escola pública;
- ocupação: trabalho / estudo;
- renda: 1 a 2 salários mínimos;
- local de moradia: bairros ou conjuntos.
- bens materiais - casa própria ou alugada, eletrodomésticos.

Considerando os critérios supramencionados, a amostra foi, portanto, calculada da seguinte maneira: $2 \times 3 \times 4 = 24$ informantes, correspondendo, aproximadamente, a 24 horas de gravação, como podemos observar na árvore seguinte:



Para a coleta dos dados, adotamos a metodologia privilegiada por Labov (1972), seguida pelos membros do Projeto PEUL Mollica (1992) e Tarallo (1986). Assim, os bairros e os informantes foram selecionados aleatoriamente. Optamos pela entrevista, como instrumento de pesquisa. Os documentadores (3 professores e alunos do Curso de Letras, conforme anexo 1) procuraram abordar o informante em dois momentos. No primeiro, foi solicitada a colaboração do informante a ser abordado, preenchida a sua FICHA SOCIAL (ver anexo 2), marcada a hora e local para a gravação da entrevista. Além disso, seguindo a orientação de Labov (1986), foi explicado ao informante que o trabalho tem como objetivo pesquisar as diferentes maneiras como as pessoas se comportam nos diversos bairros da cidade, quais suas dificuldades, necessidades e suas aspirações. Reservou-se o segundo momento para a coleta dos dados, a partir de um roteiro previamente elaborado pela equipe do EFURB, cujos temas abordados foram ao encontro dos interesses, do envolvimento e das experiências do entrevistado, tais

como eleições 94, esporte, Plano Real, festas familiares, características dos bairros em que residiam os informantes na cidade de Rio Branco, aquisição da casa própria, política (na ocasião das entrevistas a população acreana, como um todo, foi tomada por grande pânico, com o assassinato do então governador do Estado do Acre, em São Paulo), religião, esporte (ano do tetracampeonato brasileiro), dentre outros, como podem ser detectados no anexo 3.

Os três professores, acompanhados de seus auxiliares de pesquisa, conduziram a entrevista de forma natural, embora de certo modo dirigida, a fim de coletar diversas formas linguísticas como, por exemplo, as narrativas. As perguntas metalingüísticas, isto é, as perguntas que versassem sobre a língua portuguesa, foram dirigidas quase ao final da interação entre documentador e informante, quando este já estivesse falando mais descontraidamente.

Ao final de cada entrevista, os documentadores elaboraram um relatório, conforme o modelo no anexo 4.

Após a gravação e a audiência delas realizada em grupos, procedeu-se à transcrição grafemática dos diversos discursos, feita à mão e a lápis, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Projeto NURC, que podem ser identificados no anexo 05. Essa foi a fase mais estressante, pois, até hoje, o EFURB não dispõe de infra-estrutura que nos ofereçam condições mais favoráveis a uma tarefa dessa monta. Os gravadores são portáteis, por isso dificultam a percepção da fala do informante, o que nos custou tempo, fadiga e muita paciência. Como já foi dito, para esse desempenho, contamos com a diligente colaboração dos nossos bolsistas do Projeto Estudo da Fala Urbana de Rio Branco, aos quais nos referimos anteriormente. Entretanto, até hoje o *corpus* está por ser digitado em razão da falta de recursos técnico e financeiro, portanto, encontra-se arquivado em manuscrito.

Vencidas essas etapas, fizemos o levantamento de 1350 estruturas frasais, contendo formalmente sujeito de 3ª pessoa de plural, consideradas nos

níveis oracional e textual. Assim, de posse dessas estruturas e de acordo com os critérios adotados, pudemos proceder às análises pretendidas.

Isso feito, a partir de leituras atentas dos trabalhos empreendidos por Lemle & Naro (1977), Naro (1981) e Rodrigues (1987), entre outros, considerando tanto as forças de natureza lingüística como as de natureza extralingüística, hipotetizamos que a aplicação da regra de CV se correlaciona com a posição do sujeito, com o aspecto morfofonêmico do verbo na oposição singular/plural, com a constituição do sujeito e ainda com as características sociais do falante. Explicitando temos:

a) Quanto à posição do sujeito:

. Em língua portuguesa, estando o verbo imediatamente antecedido pelo sujeito, há mais chance de a concordância efetuar-se de acordo com os cânones preconizados pela gramática tradicional; ao passo que o caso de posposição do sujeito não se correlaciona com a aplicação dessa regra.

b) Quanto ao aspecto morfofonêmico do verbo:

. A maior freqüência de aplicação da regra padrão de CV ocorre nos casos em que a oposição singular plural das formas verbais é, do ponto de vista fonético, mais saliente.

c) Quanto à constituição morfológica do sujeito:

. A não explicitação do sujeito, isto é, o sujeito oculto correlaciona-se com a aplicação da CV exigida pela norma padrão do português, a fim de manter as relações extra-sentenciais.

d) Quanto às características sociais:

. As mulheres tendem a aplicar mais a regra de concordância verbal nos moldes da língua padrão do que os homens.

. Os falantes de maior grau de escolarização aplicam mais freqüentemente a regra prevista pela tradição gramatical.

. Quanto mais formal for o contexto situacional, tanto mais a regra de CV se aplica.

Segundo Tarallo (1986), numa comunidade de fala existem variantes, um conjunto de formas lingüísticas componentes de uma variável que estão constantemente em competição: conservadora/inovadora; padrão/ não-padrão; de prestígio/estigmatizadas. Um exemplo pode ser apreendido da oposição singular/plural no fenômeno da concordância do verbo com o sujeito de 3ª pessoa de plural, em que a nasalização é marca geral de desinência número-pessoal no uso da variante de prestígio, podendo apresentar alomorfa fonológica |uN| , em vez de escrito com -m precedido de |a| , como em falarum, ou sem nasalização como em falaru; ao contrário, as formas verbais não-padrão, portanto, estigmatizadas, nunca são flexionadas pela sinalização da nasal final, isto é, correspondem sempre a uma forma verbal de 3ª pessoa de singular. Desse modo, ao compararmos variantes da mesma natureza em línguas diferentes, temos um objetivo duplo em mente: 1) descrever, analisar e sistematizar o envelope de variação em cada uma das línguas; 2) comparar os resultados das análises com vistas à projeção de possíveis rumos que as variantes tomarão.

Nesta investigação, consideramos, como variável dependente, as variantes:

- . ausência de flexão verbal.
- . presença de flexão verbal.

Em nossa pesquisa, o conjunto de variáveis foi norteado, principalmente, pelos trabalhos de Lemle & Naro (1977), de Naro (1981) e de

Rodrigues (1987). Assim, assumimos a tarefa de analisar as variáveis lingüísticas e extralingüísticas que operam na explicação da regra de concordância verbal, procurando explicitá-las, no sentido de verificar como elas se correlacionam com a sistematicidade da variação de concordância verbo/sujeito de 3ª pessoa do plural na fala urbana de Rio Branco, integrando as seguintes variáveis:

1. Variável posicional.

Consideramos as seguintes posições do sujeito em relação ao verbo, as quais podem ser observadas no quadro 1:

VARIÁVEL	VARIANTE
Posição do Sujeito	- imediatamente antes do verbo - pré-verbal + ou - próximo do verbo - expresso em oração anterior - pré-verbal distante do verbo - pós-verbal

Quadro 1 - Variável posicional

2. Variável morfofonêmica.

Levando em conta a ascendente saliência fônica da oposição singular e plural, adotamos a seguinte hierarquia de categorias utilizadas por Lemle & Naro em *Competências* (1977) e seguida por Rodrigues (1978) entre outros: advertimos que essa escala será explicada na seção em que se analisa a variável morfofonêmica.

- . fala/falam, falava/falavam, come/comem, era/eram
- . faz/fazem, quer/querem, diz/dizem.
- . dá/dão, vai/vão está/estão
- . falou/falaram, vendeu/venderam, partiu/partiram
- . fez/fizeram, quis/quiseram, trouxe/trouxeram
- . é/são

3. Variável constituição do sujeito

A exemplo de Rodrigues, consideramos a possibilidade de se estabelecer uma relação entre a aplicação da regra padrão e presença/ausência do sujeito pronominal **eles/elas**. Entretanto, além de incorporar as três classes selecionadas pela pesquisadora: 0 - não-pronominal, 1- pronominal explícito e 2 - pronominal não-explícito, apresentamos outros que, gramaticalmente, constituem o sujeito. Assim, os sujeitos foram classificados de acordo com o quadro 2, a seguir.

VARIÁVEL	VARIANTES
Constituição	- oculto ou subentendido.
Morfológica	- núcleo pronome pessoal explícito: eles/elas
do	- núcleo substantivo plural com ou sem marca de plural no determinante: ex: os amigos.
Sujeito	- núcleo m marca de plural mas com determinante marcado. Ex.: meus filho.
	- Núcleo pronominal: indefinido, possessivo, demonstrativo, de tratamento. Inclui-se ainda nessa variante o numeral: todos, meus, essas, vocês, dois.
	- pronome relativo <i>que</i> com antecedente plural.
	- dois ou mais núcleos no singular ou no plural.

QUADRO 02: Variável morfossintática.

Foram excluídos de nossas análises os seguintes casos de CV:

1) Sujeito de forma verbal no infinitivo pessoal, em face de a concordância apresentar-se facultativa nos compêndios gramaticais, podendo, em certos casos, ajustar-se ou não ao número do primeiro. Os manuais de língua portuguesa não explicitam com maior propriedade um conjunto de regras capaz de justificar com precisão o uso de uma ou de outra forma (infinitivo pessoal flexionado e infinitivo pessoal não flexionado). Muitas vezes, tais flexões são

atribuídas a critérios de natureza enfática, eufônica e elucidativa. A despeito disso, é muito oportuna a observação de Câmara Jr. (1978: 65/66):

sabe-se como se tem debatido o emprego do infinitivo pessoal, em face do impessoal, com resultados clarificadores muito pouco proporcionados aos ingentes esforços para estabelecê-los. Seria o caso de nos perguntarmos se não se trata, do ponto de vista gramatical de uma variação livre, que o critério estilístico tomou à sua conta, pondo as formas pessoais a serviço exclusivo das necessidades da expressão, dos sentimentos e apelos.

O *corpus* apresenta grande número de verbos no infinitivo, como nos segmentos frásicos (1) e (2), oferecendo subsídios, um estudo acurado desse mecanismo de CV, voltado para a variação, a partir do uso da língua falada.

(1) ...meu dinheiro ainda num deu preu *comprá* uNa televisão pros meus filho *aprendê* coisa de aula que sai na televisão (004RBMEn)

(2) eles deviu se reuni e *fazê* assim alguNa coisa pra pra *tirá* esses menino de rua ... *procurá* assim colocá eles pra *trabalhare* pra *fazere* assim coisa... *aucupá* o tempo deles pra eles *dexare* de pensá na cola... no roubo... nessas coisa assim. (020RBMUI)

2. A locução de realce *é que* e derivados, dado o seu caráter invariável, efetuando-se normalmente a concordância entre o verbo e o sujeito explícito que o precede. Rocha Lima (1978: 374) lembra que essa locução é idiotismo português de grande poder expressivo. É o caso dos exemplos 3 e 4:

(3) eles pres... *foi que* me prestarum socorro... (006RBHUD)

(4) eles *é que* é os marginais (015RBMAG)

3. As formas verbais de oposição do tipo *tem/têm, vem/vêm*, porque ambas singular e plural se confundem na pronúncia por serem homófonas ou quase homófonas, como em (5) e (6):

(5) é o único meio que eles (os professores) *tem*... pro governo olhá pra eles (002RBMUM)

(6) mesmo eu tendo mim afastado da igreja eles sempre *vem* aqui em casa (023RBMUI)

4. Verbos que indicam não explicitude do sujeito, embora o *corpus* tenha revelado inúmeros desses verbos, principalmente, os de 3ª pessoa de plural, como em (7). Nosso interesse é verificar como se processa a concordância do verbo com o sujeito quando este está fisicamente presente na oração ou na cadeia textual. Ressaltamos que consideramos tanto a presença lexical quanto a pronominal do sujeito.

(7) *mataru* um rapaz *mataru* de paulada e depois ainda passou com o carro em cima dele (JRN)

Outros exemplos de inexistência do sujeito detectados no *corpus* com os seguintes verbos:

5. Verbos existenciais que indicam inexistência do sujeito, também muito encontrados no *corpus* sob análise como:

. **HVER** com acepção de existir, acontecer, suceder, ter decorrido, como em (8) e (9):

(8) *há* vários tipos de lasanha (002RBMUM)

(9) Meu pai já é falecido *há* seis ano... (005RBHAV)

. **TER**, quando usado em lugar de *haver* ou *existir*. Embora desabonada pela gramática da norma culta, essa substituição é muito freqüente na língua falada. Vejamos o exemplo (10):

(10) também... ele saiu *teve* uNas confusão por lá negócio de trabalho pagamento aí num deu certo ele saiu (MLS)

. **SER**, com referência a horas, a tempos e a fenômeno da natureza, etc, como em 11 e 12.

(11) não *foi* só seis ano (019RBMUN)

(12) quando *eram* umas horas (017RBMUF)

6. Verbo no plural com referência a sujeito coletivo no singular, como em 13.

(13) "... aí o pessoal... da auto-escola (pegarum) *viNerum* pra mim prestá socorro. (006RBHUD)

7. Verbo que se relaciona com o sujeito do tipo *um dos que*, porque apresenta dupla forma de flexão: singular ou plural, como em 14, sendo que a forma flexionada é a de maior aceitação devido à eufonia.

(14) a Marina era uNa das que *tava* com seu mandato seguro (003RBHUj)

8. Verbo que se refere a uma expressão quantitativa acompanhada de nome ou pronome no plural, do tipo *a maioria de*, ou equivalente cuja liberdade de flexionar-se ou não encontra respaldo nos compêndios gramaticais, como em 15:

(15) a maioria dos deputados... num *pensaru* na gente sofrê por causa do salaro... *pegaru*... ainda *foru* votá favô dele ficá.

Em se tratando das variáveis sociais, estudos que precederam este trabalho mostram que fatores internos estão em interação constante com fatores externos de natureza social e situacional, desse modo, a variação lingüística só é apreendida na sua sistematicidade quando vista em relação ao contexto social, pois segundo Sankoff (1974: 19),

the distribution of linguistic features cannot be understood solely in terms of their internal relationships within grammar, but must be seen as part of the broader sociocultural context in which they occur⁵

Apoiar-nos-emos nesse pressuposto para analisar as variáveis extralingüísticas que se correlacionam com a aplicação da regra de CV com sujeito de 3ª pessoa do plural na fala urbana de Rio Branco. Desse modo, pretendemos depreender padrões de comportamento relevantes, a partir de um corpo de fatores sociais estratificado, tais como: sexo, grau de escolaridade e grau de formalismo dos falantes da sociedade em estudo.

Como grupo de fatores sociais, privilegiamos as variáveis sociais: (1) sexo: masculino e feminino; (2) escolaridade; de um lado, informantes da 1ª à 4ª série e da 5ª à 8ª série do 1º grau; de outro, informantes não-escolarizados.

Sob esse ângulo, desenvolveremos uma análise de cada uma dessas variáveis sociais na realização do fenômeno em estudo.

1. Variável sexo

Estudos realizados mostram que, nas comunidades urbanas, há uma tendência de as mulheres usarem a variedade lingüística de prestígio, ou dela se aproximarem, com mais freqüência do que os homens.

⁵ a distinção dos traços lingüísticos não pode ser entendida somente em termos de suas relações internas na gramática, mas deve ser vista como parte do contexto sociocultural mais amplo no qual eles ocorrem. (Tradução nossa)

A respeito disso, Trudgill (1974) argumenta que:

This is a reflection of the fact, generally speaking, that more 'correct' social behaviour is expected of woman⁶.

Com respaldo nesse pressuposto, consideramos relevante averiguar que influência a variável sexo exerce sobre o desempenho lingüístico do falante riobranquense, no tocante a CV. Esperamos, assim, testar nossa hipótese de que as mulheres tendem a aplicar mais a regra de CV do que os homens. Portanto a pesquisa abrange:

- . fala dos homens
- . fala das mulheres

2 . Variável grau de escolaridade

Sabendo-se que a escola tem como proposta o uso do padrão culto para a realização da regra de concordância verbal, procuramos investigar as correlações entre o grau de escolaridade e a CV. Nesse sentido, trabalhos empreendidos por cientistas da língua têm revelado que a escola exerce forte pressão ao impor um padrão culto para a realização da regra de CV que, de acordo com Carone (1976), *apud* Rodrigues (1987: 205), os alunos tendem a absorver até a conclusão do 2º grau.

Por outro lado, empenhada nessa tarefa de mudar os hábitos lingüísticos dos usuários da variante não padrão, principalmente, quando se trata da articulação dos fenômenos das concordâncias verbal e nominal, a própria escola estigmatiza os usuários da variante rotulada não-padrão.

⁶ Isto é um reflexo do fato, geralmente falando, de que um comportamento social mais "correto" é esperado de uma mulher. (Tradução nossa)

Na opinião de Graciosa (1991: 14), “parece que a sensibilidade em relação à concordância deriva da identificação que se faz do iletrado, particularmente, pela falta de pluralização de nomes e verbos: habitual em discursos. O preconceito lingüístico é apenas um ângulo da discriminação social.” A esse respeito, a autora cita então (Soares, 1982: 42).

“O uso da concordância verbal no dialeto-padrão e no dialeto não-padrão pode oferecer outro exemplo de que o julgamento das formas lingüísticas como ‘certas’ ou ‘erradas’ é de natureza puramente social e preconceituosa.”

Em nosso trabalho, postulamos que a aplicação da regra de concordância do verbo com o seu sujeito prevista pela tradição gramatical se correlaciona com a escolarização em nível crescente e, conseqüentemente, quanto menos escolarizado for o falante, menores serão suas chances de aplicar a regra do padrão de prestígio.

Assim, investigamos, como já explicitamos anteriormente, o desempenho lingüístico de falantes não escolarizados ou com razoável grau de escolaridade: os analfabetos, os da 1^a à 4^a, e os da 5^a à 8^a série.

3. Variável grau de formalismo.

Achamos, por outro lado, relevante trabalhar com o grau de formalismo do discurso na fala dos riobranquenses, sem, no entanto, ignorar que essa é uma tarefa árdua. Nosso propósito é verificar se os momentos mais tensos das entrevistas desencadeiam índices mais elevados de aplicação da regra de CV em detrimento da sua não-aplicação em circunstâncias mais descontraídas. Para isso, elaboramos um questionário com perguntas que suscitasse respostas capazes de oferecer variedades lingüísticas, certamente, motivadas pela empatia entre os interactantes do discurso oral e durante a entrevista. Além disso, essas

perguntas devem estimular o informante a proferir narrativas de suas próprias experiências.

Deixamos para o final as perguntas de natureza metalingüística - aquelas com vistas à coleta de dados referentes a um uso lingüístico mais cuidado - pois tínhamos como estratégia observar a fala dessa clientela em dois momentos opostos. O primeiro voltado para a situação informal, através das narrativas, quando o informante se envolveria emocionalmente em seus relatos mais íntimos e afetivos, desprender-se-ia de sua condição de entrevistado. O segundo, certamente, despertaria reação diferente das situações mais controladas, durante a entrevista, principalmente no início dela, ocasião em que possivelmente o informante demonstraria preocupação com a formalidade da entrevista e com a presença do gravador.

Labov admite a possibilidade de três estilos no decorrer das gravações: o casual, o espontâneo e o cuidado. O casual se identifica como aquele momento em que o informante em situações informais, expressa-se sem revelar qualquer preocupação com a sua linguagem. O estilo espontâneo se revela pela emoção que se apodera do informante, durante as narrativas, de modo que ele quase ou totalmente esquece seu envolvimento com o contexto da entrevista. O estilo cuidado é aquele em que o entrevistado demonstra preocupação com o seu desempenho lingüístico (Cf. Motta, 1979: 67/68).

Labov, no entanto, sabendo que não é tão fácil conseguir a mudança de contexto numa entrevista, recomenda que o entrevistador crie condições que se adaptem à obtenção da variação estilística na produção lingüística do entrevistado. (cf. Motta, 1979: 67/68). O grau de formalismo compreende dois fatores:

- **estilo casual** → **situação informal**
- **estilo formal** → **situação formal**

O quadro 3, a seguir, apresenta um perfil geral dos informantes:

007RBHAC	ACS	H	25	analfabeto	Nova Esperança
005RBHAV	JFS	H	35	analfabeto	Conj. Tangará
024RBHEB	JBP	H	35	1ª à 4ª	Xavier Maia
001RBHEA	AFL	H	22	1ª à 4ª	Sobral
009RBHEQ	LQS	H	24	1ª à 4ª	Cidade Nova
010RBHEL	MCL	H	35	1ª à 4ª	Abraão Alab
003RBHUj	JFF	H	30	5ª à 8ª	Novo Horizonte
014RBHUr	RCS	H	23	5ª à 8ª	Preventório
006RBHUD	VTD	H	29	5ª à 8ª	Alto Alegre
016RBHUJ	JNR	H	20	5ª à 8ª	Distrito Industrial
011RBMAG	MGC	M	35	analfabeta	Areal
012RBMAR	RBC	M	28	analfabeta	LBA
020RBMAn	MNL	M	22	analfabeta	Oscar Passos II
015RBMAG	MGM	M	22	analfabeta	Vitória
004RBMEm	MSF	M	28	1ª à 4ª	João Eduardo
018RBMEv	MVS	M	25	1ª à 4ª	Santa Inês
021RBMES	RAS	M	26	1ª à 4ª	José Augusto
022RBMEO	JOB	M	30	1ª à 4ª	João Eduardo
002RBMUM	MLS	M	21	5ª à 8ª	Centro
017RBMUF	MFL	M	29	5ª à 8ª	Manoel Julião
019RBMUN	MNV	M	30	5ª à 8ª	Invernada
023RBMUI	MLF	M	25	5ª à 8ª	Taquari

QUADRO 03: dados pessoais e residenciais dos informantes.

Labov (1969: 715-762) propôs regras variáveis, ou seja, propôs incorporar o conceito de variação sistemática à descrição e à teoria lingüística. Para ele, a heterogeneidade lingüística, do mesmo modo que a homogeneidade, é governada por leis, não é livre como se pensava até então.

Sankoff, G. (1969, *apud* Rodrigues, 1987) defende que os traços lingüísticos não podem ser entendidos apenas em termos de suas relações internas na gramática, mas devem ser vistos como parte de um contexto sociocultural mais amplo, no qual eles ocorrem. Assim, concordando com Rodrigues (*op. cit.*), acreditamos que a CV é uma área particular da gramática intimamente entrelaçada com os domínios social e cultural.

Para Rodrigues, é fundamental depreender os fatores condicionantes da aplicação de uma regra variável e avaliar a importância relativa de cada um deles,

calculando a probabilidade com que a regra se aplica, independentemente, da amostragem definida, para toda a configuração dos contextos pertinentes. Assim, um dos objetivos da análise da regra variável é avaliar a contribuição de cada fator postulado para aplicação ou não aplicação de uma lei da gramática.

Para o tratamento estatístico dos dados, utilizamos o modelo logístico que forma a base do pacote de programas computacionais VARBRUL da versão desenvolvida para computador VAX/VMS (cf. Pintzuk, 1986, 1987, 1988, *apud* Scherre & Naro, 1993). Esse pacote está respaldado em Labov (1975), Cedergren & Sankoff (1974), Guy (1975), Russeau & Sankoff (1978), dentre outros. Através do modelo logístico, as probabilidades medem o peso relativo que cada um dos fatores tem sobre a regra analisada e são números ou valores entre .0 (zero) e 1.0.

Através da utilização do programa VARBRUL 2S, obtivemos as seguintes informações:

1. cálculo percentual e peso relativo de aplicação da regra em face de cada fator proposto.
2. seleção, por ordem de importância, dos grupos de fatores pertinentes “loglikelihood test”, que confirmam a relevância estatística das categorias escolhidas.
3. fatores desconsiderados por não se correlacionarem com a aplicação da regra;
4. efeitos do cruzamento de grupos de fatores.

Variável dependente		Ausência de flexão verbal
		Presença de flexão verbal
	Posição do sujeito	sujeito imediatamente antes do verbo sujeito anteposto e distante do verbo sujeito posposto ao verbo sujeito expresso em oração anterior
V A R I Á V E	Constituição morfofonêmica da morfema verbal	([-'a / -'ũ, -u]) : fala/falam - ([-'i / -'ĩ, -'i]) : come/comem, etc. ([-'Ø / -'ĩ, -'i]) : faz/fazem - quer/querem ([-'á / -'ãw]) : dá/dão - vai/vão ([-'árũ, -'áru]) : falou/falaram ; ([-'érũ, -'eru]) : vendeu/venderam ([-'írũ, -'íru]) : partiu/partiram ([-'éru, -'éru]) : fez/fizeram; trouxe/trouxeram é/são - caso único
L I N D E P E N D E N T E	Constituição morfológica do sujeito	apagado pronominal pessoal: eles/elas núcleo substantivo ou equivalente marcado nome singular com determinante marcado outros pronomes: indefinido, demonstrativo, de tratamento, possessivo e numeral pronomes relativos <i>que</i> com precedente plural dois ou mais núcleos
	Grau de escolaridade	analfabeto 1ª à 4ª série 5ª à 8ª série
	Sexo	homem mulher
	Grau de escolaridade	estilo casual → situação informal estilo formal → situação formal
	Informante	H
		M
		<p>001RBHEA - AFL 005RBHAV - JFS 006RBHUD - VTD 007RBHAC - ACS 008RBHAa - ACD 008RBHEQ - LQS 010RBHEL - MCL 013RBHAE - EVS 014RBHUr - RCS 016RBHUJ - JNR 024RBHEB - JBP 003RBHUj - JFF</p> <p>002RBMUM - MLS 004RBMEu - MSF 011RBMAG - MGC 012RBMAR - RBC 015RBMAG - MGM 017RBMUF - MFL 018RBMEv - MVS 023RBMU/ - MLF 020RBMAn - MNV 020RBMAn - MNL 022RBMEO - JBO 021RBMES - RAS</p>

QUADRO 04 - Resumo de sete variáveis e de vinte e sete variantes atinentes à análise da CV.

5. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO DO ACRE, A CIDADE DE RIO BRANCO E ALGUNS DE SEUS BAIRROS

O Estado do Acre localiza-se a sudoeste da região amazônica, na parte ocidental do Brasil. Abrange uma área de 153.449,9km² quase totalmente coberta por florestas, cerca de 78% são preservadas. Faz fronteira com o Peru, Bolívia, e os estados do Amazonas e Rondônia. O Acre é cortado por rios, sendo os principais Juruá, Purus, Acre, Tarauacá, Envira, Xapuri, Muru, Iaco e Abunã. Os dois primeiros são afluentes do Rio Amazonas. Avultam ainda os igarapés. O relevo é formado, na sua maior proporção, por uma plataforma regular que desce suavemente em cotas da ordem de 300 metros nas fronteiras. O clima é tropical quente e úmido.

Distribuída por 22 municípios, às margens dos rios vive uma população de cerca de 483.726 habitantes, descendentes de índios, de nordestinos - especialmente cearenses - e brasileiros de outras regiões. Ainda corre nas veias do povo acreano o sangue de sírio-libanês, português e espanhol.

No estado do Acre existem ainda 23 áreas indígenas, áreas de preservação permanente e reserva legal. A população indígena do Acre é expressiva e está distribuída em quatorze etnias: Kaxinawas, Jaminawas, Poyanawas, Yawanawas, Xanenawas ou Katukinas, Manchinei, Kaxarari, Apurinã, Araras, Kampas, Kulinas, Nuquini, Jamamadi e Kenamary.(FUNAI, 1993).

A atividade econômica do Acre é principalmente extrativista, especificamente a borracha, a castanha e a madeira. Em 1990, este Estado foi o principal produtor do látex (matéria prima da borracha) de floresta nativa. Participou com 51,7% da produção nacional de borracha silvestre e contribuiu com 2,69% da arrecadação de impostos.

Entretanto, nos últimos anos, o declínio da borracha vem agravando a situação sócio-econômica das comunidades extrativistas, em virtude do

crescimento da produção dos seringais de cultivo do sudeste do país (conforme dados adquiridos do “site” NOSSA TERRA, via Internet).

Rio Branco é a capital do Acre, foi fundada em 28 de dezembro de 1882 pelo cearense Neutel Newton Maia. Inicialmente, era o simples seringal “Empresa” situado às margens de um estreito rio de águas barrentas, afluente do Purus, denominado pelos índios apurinãs de Üiakiri, termo que evoluiu para Acre. O então Seringal Empresa prosperou rapidamente em população e importância, graças à ação do comércio intenso de borracha, o famoso “ouro negro” na indústria européia. Hoje é a cidade mais populosa do Estado com cerca de 228.990 habitantes, ocupando uma superfície de 9.992,4km² (cf. dados adquiridos de “Contagem da População, 1996 / IBGE). Conta com cerca de 117 bairros distribuídos em áreas nobres, médias e precárias no que diz respeito a suas infra-estruturas.

Quantitativamente, prevalecem os bairros de áreas mais precárias, em razão de estes se terem formado pela ação intensa de invasões provocadas por diversos fatores. Um deles é o êxodo rural motivado pela desativação dos seringais a partir da década de 70, quando se realizaram vários investimentos em pecuária de corte. Outro é a causa principal do êxodo - o fluxo migratório, tanto nas cidades como nos seringais, com a chegada de pessoas oriundas de outras regiões brasileiras, buscando, principalmente, a comercialização madeireira e atividades pecuárias, entre outras.

São vinte e dois os bairros alvo desta pesquisa que juntos abrigam mais de 47.492 habitantes. Embora não fosse essa a nossa intenção, coincidentemente, os bairros mais pobres foram, aleatoriamente, os mais escolhidos. Assim sendo, referir-nos-emos, especialmente, a eles a seguir.

A verdade é que a cidade não estava preparada para abrigar um grande contingente humano. Desse modo, formaram-se bairros desordenadamente, com péssimas condições de vida, como já dissemos antes. Muitos não dispõem de

abastecimento de água e, quando o têm, esse é feito em dias alternados. Boa parte da população obtém o precioso líquido pela generosidade dos vizinhos; outros tantos possuem poço nos quintais, sem boas condições ou com condições precárias de higiene.

A coleta de lixo é realizada uma vez por semana. Nas invasões mais recentes, joga-se o lixo em terrenos baldios ou, raramente, ele é coletado pelas carroças de boi.

Predominam as casas de madeira, na maioria, de qualidade inferior (de segunda), tipo palafita, muitas vezes localizadas em áreas alagadiças nas margens de rios, igarapés e bueiros. Grande parte da população possui casa própria. Nos 22 bairros existem cerca de 14.724 casas.

Na maioria das casas, faltam instalações sanitárias completas com descargas. Os dejetos são lançados em esgoto que cobre pequena parte dos bairros, ou são jogados em esgoto a céu aberto, ou ainda em fossas negras.

A maioria da população depende de ônibus, bicicletas ou anda a pé. Poucos possuem carro próprio.

Finalmente, quanto aos moradores desses bairros menos urbanizados, podemos constatar que em grande maioria partilham de problemas sociais similares, como desqualificação profissional, moradias insalubres, baixos salários, falta ou instabilidade de emprego. Destacam-se alguns funcionários públicos, pequenos açougueiros, donos de bar, panificadoras, sorveterias, modestos supermercados, borracharias e pequenos comerciantes.

A seguir, apresentamos o quadro 05, que exhibe dados sobre os bairros envolvidos na pesquisa.

BAIRROS ENVOLVIDOS NESTA PESQUISA

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	Nº DE CASAS	POPULAÇÃO
035	Sobral I	1154	4.237
025	Centro	898	836
088	Novo Horizonte	385	1.259
046	João Eduardo	1.718	6.079
100	Conj. Tangará	530	2.189
090	Alto Alegre	391	883
068	Nova Esperança	524	1.486
027	Cidade Nova	1305	8.808
007	Abraão Alab	477	1.565
-	Areal	-	-
-	LBA	161	687
047	São Francisco	1153	2.589
054	Preventório	214	591
-	Vitória	930	4.650
002	Distrito Industrial	115	53
099	Manoel Julião	846	1.491
017	Santa Inês	484	631
038	Invernada	192	422
009	Oscar Passos	265	982
010	José Augusto	233	744
076	Taquari	1.557	7.122
096	Xavier Maia	547	835

Quadro 5: dados sobre os bairros envolvidos na pesquisa

6. ANÁLISE DOS DADOS

6.1 Notas introdutórias

Para caracterização número-pessoal e modo-temporal dos sujeitos de 3ª pessoa de plural, considerados como padrão ou não-padrão, seguimos as pegadas de Rodrigues (1987: 157-158), adotando os mesmos critérios traçados por ela, como podem ser observados no item 3.2.2.7, resenhada neste trabalho. Assim, consideramos aplicação da regra padrão de CV o elemento verbal analisado cuja desinência tiver marca formal padrão de 3ª de plural |N|, escrito -m, como em *falaram*, mesmo que esta marca apresente alomorfia fonológica: [ʰN] em vez de |N|, escrito -m, precedido de |a|, como em, *falarum*, podendo essa desinência se apresentar também desnasalizada, como em *falaru*. As formas verbais não-padrão serão as de 3ª pessoa do singular, não marcadas, como poderemos observar no exemplo 16, mais adiante.

6.2. Variável posicional

6.2.1. Esclarecimentos prévios

Escolhemos iniciar nossa análise pela variável posicional relacionada à posição que o sujeito ocupa na oração. Nesse sentido, é importante explicitar as diversas características com relação ao sujeito, ou seja, é relevante saber se ele está ou não explícito. Caso esteja, é necessário saber se está anteposto ou posposto ao verbo. Se estiver anteposto, convém verificar a que distância ele se encontra do verbo. Em nosso trabalho, conforme expusemos nos pressupostos metodológicos no quadro 01, distribuimos essa variável em cinco fatores, a fim de verificar que posição ou posições se correlacionam ou não se correlacionam com a aplicação da regra de concordância entre o sujeito de terceira pessoa do plural e a sua correspondente forma verbal na fala dos riobranquenses. Antes de tudo, cumpre-nos esclarecer os critérios adotados na seleção desses fatores, a saber:

6.2.1.1. **Sujeito imediatamente antes do verbo.** O sujeito é considerado imediatamente antes do verbo, quando entre este e o núcleo do primeiro não permeia qualquer palavra, mesmo que seja de uma única sílaba, com exceção dos pronomes oblíquos átonos, porque foram considerados clíticos verbais. Os segmentos oracionais detectados do *corpus* sob análise em 16, 17, 18, 19 e 20, servem de exemplo de contigüidade do sujeito ao seu verbo.

(16) *eles* se *ajunta* assim com essas outras criança
(004RBMESFm)

(17) *eles começaram* a fazê parte lá da igreja (014RBHUr)

(18) as *coisa fica* tudo muito difícil. (023RBMUI)

(19) que todas *pessoas teNam* dignidade na vida ... (002RBMUM)

(20) os ôtros *moram aqui* (020RBMan)

6.2.1.2. **Sujeito pré-verbal +/- próximo.** O critério adotado para caracterizar o núcleo do sujeito mais ou menos próximo do verbo foi o de que entre esses dois elementos se intercalam pausa precedida ou seguida de palavra de uma ou até três sílabas, palavra ou palavras com o máximo de quatro sílabas, e ainda oração com até quatro sílabas, como se pode depreender dos segmentos oracionais em 21, 22, 23, 24 e 25.

(21) meus *pais* mermo já *morreru*. (004RBMEN)

(22) os *jogos* da copa.. *foi* bom (007RBHAC)

(23) As *pessoas* ...num *gostu* muito (014RBHUr)

(24) Meus *programa* preferido *é* só o jornal mermo (013RBHAE)

(25) muitos *dele* [que entende] *diz* (012RBMAR)

6.2.1.3. **Sujeito pré-verbal e distante.** Para caracterizar o sujeito distante e pré-verbal, estabelecemos que entre este e a correspondente forma verbal interpõe-se palavra ou conjunto de palavras ou, ainda, oração intercalada a partir de cinco sílabas, como em 26, 27 28, 29 e 30.

(26) as *segurança* hoje em dia em lugar mais nenhum ... *existe* Né?
(017RBMUF)

(27) e as *pessoas* boas geralmente *sofrem* atentados
(002RBMUM)

(28) muitos *coNicido* que trabalha aí num *mora* aqui não
(011RBMAG)

(29) as *meninas* de hoje em dia só *qué* sabê dos escuro...
(012RBHAE)

(30) essas *coisa* assim dos ôtos canto *é* muito pió (022RBMEO)

6.2.2.4. **Sujeito Expresso em oração anterior.** Estabelecemos dois critérios para caracterizar o núcleo do sujeito expresso em oração anterior. O primeiro deles diz respeito ao sujeito, fisicamente, ausente numa oração cujas formas verbais se referem a um sujeito explícito em oração anterior - o caso do sujeito subentendido ou oculto. O segundo critério refere-se ao sujeito representado pelo relativo *que*, substituindo algum termo, não obrigatoriamente sujeito, precedente em outra oração, podendo ser anterior ou não, como no caso da oração intercalada. Há, desse modo, um ponto em comum entre os dois critérios caracterizados pela co-referência dos respectivos sujeitos oculto e relativo com termo antecedente expresso em outra oração. Nas seqüências oracionais de 31 a 32, 34 a 37, 39 a 40 temos exemplos do primeiro caso.

(16) *eles* se *ajunta* assim com essas outas criança (31) *jogu*
pedrada na cara um do outro (32) *atiru* com brincaderiNa (004RBMEem)

(33) *dois queria* batê nele (34) e *correru* pra trás (35) *pegaru* uma ripa (36) no que *voltaru* (37) quando *sáiru* nas ruas de novo... (013RBHAE)

(38) *eles ficu...* doidão aí... (39) *invade* a casa gente (40) *roba* as coisa... tudo. (010RBHEL)

Observamos que as formas verbais *jogu* e *atiru*, respectivamente, nas orações 31 e 32, referem-se ao sujeito *eles* da primeira oração. De igual modo, as formas verbais *correru*, *pegaru*, *voltaru* e *sáiru* em 34, 35, 36 e 37 correspondem ao sujeito *dois* da oração antecedente, bem como *ficu*, *invade* e *roba* em 39 e 40 concernem ao sujeito *eles* da oração precedente.

Chamamos a atenção para o fato de que não se incluem, nas ocorrências selecionadas para sujeito exposto em oração anterior, respostas em que se repete a forma verbal da pergunta feita pelo entrevistador, porque julgamos ser provável que a fala deste exerça, muitas vezes, influência para aplicação da regra por parte do informante, o que encontra respaldo em Scherre (1989: 17 *apud* Graciosa (1991: 69), para quem “o (sujeito) que tem a forma explicitada na fala do entrevistador favorece-a (a concordância)”. A autora verificou que, em casos dessa natureza, o peso relativo é de .79. A seguir, um dos exemplos dentre outros encontrados no *corpus* desta pesquisa, tal como se depreende em 41 e 42.

(41) Os *professores* lá *são* bons? (Entrevistador)

(42) *São...* (012RBMAR)

Vale observar, também, que as seqüências lingüísticas entre colchetes apresentam orações nas quais o relativo *que*, com função de sujeito, substitui um sujeito ou um termo qualquer exposto anteriormente em outra oração, o que pode ser conferido em 43, 44, 46, 48, 50, e 52.

(43) as *própis* pessoas lá (44) [*que* num *são* político] acha que nois
(010RBHEL)

(45) pessoas aí (46) [*que tão* gaNando diNêro] são parente de
político (010RBHEA)

(47) dos que eu coNeço... tem bem *três* (48) [*que pegô* também
dessas pessoa] (013RBHAE)

(49) os *poderosos*... (50) [*que humilha* os mais humildes] *mostra*
tudo (002RBMUM)

51) com o tetra-campeão o Brasil levantô bastante com outro
esportes aí (52) [*que já gaNô* muito] (003RBHUj)

6.2.1.5. **Sujeito pós-verbal.** Consideramos, por fim, que o núcleo do
sujeito pós-verbal abrange tanto o que está imediatamente posposto como em 53 e
57, ou posposto mais ou menos próximo do verbo, conforme 55 e 56, ou ainda, o
que está distante como em 54, mesmo porque foram detectados apenas cinco
casos de sujeito posposto distante do seu verbo.

(53) mais *mora dois* em Brasília (012RBMAR)

(54) *é* muito interessante *esses livro* (002RBMUM)

(55) que *acabaru* com tudo os *vagabundo*. (012RBMAR)

(56) se *esconde* lá uns *marginais* de todos os bairro (008RBHAa)

(57) e *morreu muitos* (criminosos marginais) (009RBHEQ)

6.2.2. Resultados das análises e comparações com outras pesquisas de outras regiões.

Feitos esses esclarecimentos, apresentamos, na tabela 01, os
resultados em percentual e em peso relativo concernentes à posição do sujeito em
relação ao seu verbo:

Tabela 01: Variável Posicional: frequência e peso relativo da aplicação da regra de CV.

VARIANTE	FREQÜÊNCIA	P. R.
- sujeito imediatamente antes do verbo	355 / 536 = 66 %	.60
- sujeito preposto +/- próximo do verbo	91 / 155 = 59 %	.51
- sujeito pré-verbal distante do verbo	22 / 48 = 46 %	.49
- sujeito exposto em outra oração	297 / 515 = 58 %	.45
- sujeito pós-verbal	18 / 87 = 21 %	.20

INPUT .61
SIGNIFICANCE= .000

Os resultados detectados na tabela 01 revelam um peso relativo muito baixo para a situação em que o sujeito ocupa posição pós-verbal, tornando mais difíceis as correlações entre este e a concordância verbal. Talvez isso aconteça porque essa não seja a posição prototípica do sujeito e o falante conceba este constituinte como objeto direto, porquanto “a conclusão, a respeito do chamado sujeito posposto, é que ele não tem as características que tipificam o sujeito em português, a não ser a concordância verbal, no registro escrito, formal que é imposto pela gramática e o ensino escolar.” (Pontes, 1986: 172). Já em posições pré-verbais, a tendência à CV aumenta, não havendo diferenças quantitativamente acentuadas entre as variantes. Todavia, quanto mais próximo está o sujeito do verbo, maiores são as chances de a concordância verbal se realizar.

Como as duas primeiras posições respectivamente sujeito imediatamente antes do verbo e sujeito mais ou menos próximo do verbo não tenham apresentado diferença significativa entre si, amalgamamos as duas variantes correspondentes a essas duas posições, respectivamente sujeito imediatamente e sujeito preposto + ou - próximo do verbo. Os resultados dessa amalgamação podem ser encontrados na tabela 2.

Tabela 02: Variável posicional: frequência e peso relativo aplicação da regra de CV

VARIANTE	FREQÜÊNCIA	P. R.
- sujeito imediatamente antes do verbo	446 / 691 = 65 %	.58
- sujeito pré-verbal distante do verbo	22 / 48 = 46 %	.50
- sujeito expresso em oração anterior	297 / 515 = 58 %	.45
- sujeito pós-verbal	18 / 87 = 21 %	.20

.INPUT .61

SIGNIFICANCE = .000

Observando as tabelas 01 e 02, notamos que os resultados obtidos através dessa amalgamação não determinou mudança radical em peso percentual e tampouco em relativo. Além disso, a distribuição dos outros fatores permaneceu praticamente a mesma, uma vez que houve apenas um acréscimo de .01 de peso relativo referente ao sujeito pré-verbal distante do verbo. Em vista disso, essa amalgamação foi desfeita e, em vez dela, foram amalgamadas as variantes: sujeito mais ou menos próximo do verbo, sujeito expresso em oração anterior e sujeito anteposto e distante do verbo, porquanto, na tabela 01, essas variantes apresentam resultados muito próximos entre si. Assim, esses três fatores passam a ser considerados apenas como sujeito anteposto e separado do verbo. Nesse caso “há uma distância física com a correspondente demora temporal, entre determinante e determinado”, Lemle & Naro (1977). Os resultados dessa nova amalgamação são os que constam na tabela 03.

Tabela 03 variável posicional: frequência, percentagem e peso relativo da aplicação de CV.

VARIANTE	FREQÜÊNCIA	P.R.
. Sujeito imediatamente antes do verbo	354 / 535 = 66 %	.58
. Sujeito anteposto e separado do verbo	414 / 766 = 57 %	.49
. Sujeito pós-verbal	18 / 89 = 20 %	.17

INPUT .61
SIGNIFICANCE= .045

Pela tabela 03, observamos que, nesta terceira rodada, o peso relativo da variante sujeito pós-verbal baixou um pouco mais ainda do que nas duas rodadas anteriores. Por sua vez, a variante sujeito imediatamente antes do verbo mantém o mesmo peso relativo da rodada anterior, exposto na tabela 02. Assim sendo, temos ratificada a hipótese, segundo a qual as correlações de CV aumentam se o verbo está imediatamente precedido pelo sujeito. De igual modo, o baixo índice de peso relativo obtido, como resultado do caso em que o sujeito é posposto, condiz com o nosso postulado, qual seja: há muito menos concordância verbal nas orações em que o sujeito ocupa posição pós-verbal. Com o sujeito antes e separado do verbo, a concordância se realiza, embora de modo pouco significativo.

Como já colocamos anteriormente, é possível que as correlações com a falta de CV, em se tratando da posposição do sujeito, deva-se ao fato de esse elemento preencher, na sentença, o lugar reservado ao objeto direto e, em razão disso, absorver, muitas vezes, as características desse objeto. Embora não tenhamos trabalhado com tais características, nossa suposição está respaldada em Pontes (1986:173), pois, segundo essa pesquisadora:

“Se examinarmos os objetos diretos em português, veremos que o SN posposto tem mais traços de objeto do que de sujeito. Em primeiro lugar a posição pós-verbal. Além disso, semanticamente, está

mais para paciente do que para agente: tipicamente inanimado, indefinido”.

Vale ressaltar que fizemos, à parte, um levantamento dos verbos que integram o elenco de casos de inversão do sujeito cujos resultados em percentuais podem ser vistos na tabela 04.

TABELA 04: Tipos de verbos quanto à predicação verbal nas ocorrências de inversão do sujeito na aplicação da regra de CV

VARIANTE	OCORRÊNCIA	PERCENTUAL
Intransitivo	60	68,96
De ligação	14	16,10
Pronominal	06	6,90
Passiva analítica	06	6,90
Transitivo direto	01	1,14
TOTAL	87	100%

Constatamos, através da tabela 03, que de um total de 87 ocorrências, 68,96 % se realizam com verbos intransitivos, notadamente com os unipessoais, fato que já mereceu a atenção de alguns gramáticos, tendo em vista que “em princípio os verbos intransitivos podem vir sempre antepostos ao seu sujeito,” (Cunha, 1976: 115) . Isso pode ser ilustrado através dos exemplos em 58, 59, 60, 61 e 62, a seguir.

(58) que *acabe essas greve* (019RBHEA)

(59) num *entra* aquelas *pessoa* (013RBHAE)

(60) *tá faltano várias coisa* aqui no bairro (018RBMEv)

(61) porque *aparece* muitas *mulheres* bonita (012RBMAR)

(62) *vei* uns *policial* lá em casa (004RBMEem)

A despeito da falta de CV em casos de posposição do sujeito, há evidências de que, até em alguns escritos em português arcaico, nem sempre a flexão do verbo, em posição pós-verbal, ajustava-se ao sujeito. Vejamos, por exemplo, dois excertos de textos antigos:

Excerto 1, extraído dos Livros de Linhagem:

E esta dona era muy fermosa e mui bem feita em todo seu corpo, saluando que auia huu pee forcado, como pee de cabra. *E viuerom gram tempo e ouuerom dous filhos e huu ouue nome Enheguez Guerra e a outra foi molher e ouue dona ...*” (grifo nosso) .

(José Joaquim Nunes, *Crestomatia Arcaica*. 3ª ed., cit., págs. 18-19 (Séc.XV?) in LINS, Álvaro e HOLLANDA, A. Buarque de. *Roteiro literário de Portugal e do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.)

Excerto 2:

...grossas manilhas polos braços, e pernas douradas, que cuidavam que eram douro, e cheos de cascavéis douradas, e muito bem concertados, cousa mui bem feita, e de muito custo por serem tantos, e em que se gastou muita sêda, e ouro, e faziam tamanho roído com muitos cascavéis que traziam, ...

(Por RESENDE, Garcia de. *Do primeiro banquete de cea, que el, rei deu na Sala da Madeira*. Crônica del-Rei Dom João II. Coimbra, 1798, págs 173-175 in LINS, Álvaro e HOLLANDA, A. Buarque de. *Roteiro literário de Portugal e do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.)

Como se vê, esse hábito lingüístico não é moderno, vem-se arrastando até hoje, reagindo aos preceitos da forma culta. Arriscamos a sugerir que, quanto

a esse tipo de comportamento, o emissor parece estar muito mais concentrado na informação ou no acontecimento do que no agente, resultando disso que o verbo não se ajuste ao número do sujeito. Nesse sentido, Silveira (1960: 218) alerta que o verbo tende a “ficar no singular, como se, empregando primeiro o predicado, a pessoa que fala o deixasse no singular, por ainda não ter pensado em que número vai dizer o respectivo sujeito.

Pontes (1986: 33) reconhece que o mais significativo na posposição do sujeito é a classe de verbos (intransitivos). Além disso, adverte (*op. cit.*: 73) que os verbos com que ocorre (o sujeito pós-verbal) não são de ação, mas de acontecimento: *sumiu, apareceu, aconteceu etc.*” E, mais adiante, completa: “É preciso ainda não esquecer que há casos em que o SN (com certos verbos) aparece obrigatoriamente posposto”, e cita como exemplo a frase “*Aconteceu um acidente*”. No nosso *corpus*, encontramos vários casos de posposição do sujeito a verbos dessa natureza, dentre eles apresentamos exemplos em 63, 64, 65 e 66.

(63) que já *aconteceu fatos* aí... (003RBHUj)

(64) na miNa rua *acontece* poucos *caso* de violência...
(005RBHAV)

(65) *ocorreu crimes*... violento aqui... (R003RBHUj)

(66) *aconteceu... uns cinco caso* (015RBMAg)

Em segundo lugar, aparece o verbo de ligação que representa 16,10% nas ocorrências de posposição do sujeito. Aliás, quanto à concordância, não é nenhuma novidade que a forma verbal deve, em certos casos, concordar com o predicativo e não com o sujeito. É o que observa Pontes (*ibidem*: 120), segundo a qual

“a própria gramática aponta casos em que o verbo concorda com o predicativo (ou outro termo), não com o sujeito.”

Nos exemplos em 54 e 67, o verbo concorda com o predicativo, embora de forma não recomendada pela tradição gramatical. Ao contrário, em 68 e 69, a concordância verbal se faz com o sujeito, acontecendo a não concordância apenas entre o sujeito e o seu predicativo.

(54) *é* muito interessante *esses livro* (002RBMUM)

(67) pelo meno *é* pôca *as criança* (024RBHEB)

(68) *são* ótimo mesmo pra mim todos *eles* (023RBMUI)

(69) *são* muito bom mesmo meus *filhos* (023RBMUI)

O sujeito posposto na passiva analítica obteve o mesmo percentual que a passiva pronominal incluindo-se nesta última a de sentido reflexivo. Ambos com 6,90 % cada, como aparecem, respectivamente, em 70-71 e 72-73.

(70) já *foi feita* várias *investigações* (003RBHUj)

(71) no bairro já *foi* contestado vários *casos* de violência
(005RBHAV)

(72) se *amu* os *dois* (005RBHAV)

(73) que se *acabe as guerra* também (005RBHAV)

Ocorreu apenas um caso de posposição do sujeito com o verbo transitivo, correspondendo a 1,14 %. Esse fato não é de se estranhar, pois há lingüista, como por exemplo Bittencourt (1982, *apud* Pontes, 1986: 43), que nega a possibilidade da posposição do sujeito com verbos transitivos. Esse postulado não é respaldado por Pontes (*ibidem*), que assim pondera: “Não é que não seja possível, é rara, a posposição”, mas adverte que Bitencourt não nega a asserção de que os SNs pospostos deixam de ser sujeito. Acredita Pontes que essa posição com verbo transitivo deve ser considerada como um fato distinto da ocorrência

de SN posposto a verbo intransitivo. Pelo menos, o único caso de posposição rastreado no *corpus*, em estudo, não deixa de ser mais um elemento a comprovar que essa ocorrência não é descartada, não obstante, escassa, como se pode conferir em 74:

(74) *Começar* a briga lá... *os cara* (020RBMAN)

Fica, pois, evidenciado, em nossa análise, que os verbos intransitivos são os que mais ocorrem quando o sujeito de terceira pessoa do plural se coloca em posição pós-verbal, aumentando, desse modo, a falta de CV.

Da abordagem em torno da posição do sujeito de terceira pessoa de plural em relação ao seu verbo na oração, chegamos às seguintes conclusões, no que diz respeito à fala dos riobranquenses:

1. Os falantes de Rio Branco aplicam mais a regra de CV nos segmentos lingüísticos em que o sujeito se coloca antes do verbo com o qual se relaciona. Contudo, a CV aumenta mais ainda se o sujeito ocupa posição imediatamente antes do verbo.

2. As correlações de CV são mais difíceis quando se trata de sujeito em posição pós-verbal.

Como se pôde observar, os riobranquenses usam, com mais frequência, o sujeito em posição pré-verbal, ou seja, a ordem prototípica do sujeito. Isso fica evidenciado quando, somando 535 ocorrências correspondentes ao fator sujeito imediatamente antes do verbo com 766 correspondentes ao fator sujeito anteposto e separado do verbo, obtemos um total de 1301, equivalente a 93,41%, do total de 1350 casos computados. Ao contrário, o baixo índice das ocorrências de posposição do sujeito ao verbo na presente pesquisa, num total de 89, em torno de 6,59 evidencia uma baixa produtividade da inversão do sujeito na fala dos riobranquenses. Assim sendo, a ordem direta no que diz respeito à colocação do sujeito é regra quase categórica.

A variável posicional pode, muitas vezes, ser explicada sob bases funcionalistas, tendo em vista que, a partir dos primeiros decênios deste século, surgem as primeiras abordagens funcionalistas em torno das inter-relações entre ordem e significado, quando Mathesius (1939, *apud* Firbas, 1987) faz um estudo detalhado envolvendo a interdependência entre (1) posição e (2) tema e rema. Seguem-se, posteriormente, outras tantas dessas abordagens de outros lingüistas e dentre estes, podem ser citados: a) Halliday (1985) que levanta a hipótese da existência de um estreito inter-relacionamento entre posição e *status* temáticos, partindo do pressuposto de que o tema seja identificado a partir de critérios posicionais. b) Dick (1989), seguindo as pegadas de Halliday, para caracterizar as funções pragmáticas, toma como ponto de partida critérios posicionais.

Sob outro ângulo, a abordagem de Carvalho (1997) mostra a relevância da posição, ressaltando que:

a posição cruzada com Tonicidade, Número de sílabas, Classe gramatical, até mesmo com Marcas precedentes apresenta resultados bastante interessantes, no sentido da aplicação da regra de plural no SN, evidenciando uma tendência de que a marca formal de plural ocorre mais no primeiro elemento do SN, possivelmente devido à sua relevância para o processamento da informação.

Após analisarmos os dados atinentes à posição ocupada pelo sujeito numa oração, no que diz respeito à aplicação da regra de concordância, houvermos por bem submetê-los a um confronto com resultados obtidos em outros lugares do Brasil. Para isso, recorreremos aos trabalhos de Lemle e Naro (1977), Nicolau (1984), Rodrigues (1987) e Naro & Scherre em cujas pesquisas buscamos parâmetros para o empreendimento desta análise da concordância verbal. Ressaltamos que a amostra fornecida por Naro & Scherre considera informantes de 1 a 11 anos de escolarização que “consiste em estabelecer uma escala com mais

categorias e, além disso, confirmar a regularidade do efeito desta variável em amostras diferentes”.

Para efeito dessa comparação, decidimos lançar mão dos resultados obtidos na tabela 03, na qual estão amalgamados os três fatores: sujeito mais ou menos próximo do verbo, sujeito expresso em oração anterior e sujeito anteposto e separado. Desse modo, conseguimos um número de fatores com características semelhantes aos dos autores selecionados acima. Como duas pesquisadoras, Nicolau e Rodrigues, apresentaram resultados cujos valores correspondem à não-aplicação da regra, ocorreu-nos adaptar tais valores, como o fez Rodrigues, de modo a encontrarmos resultados correspondentes à aplicação da regra, compatibilizando-os com os nossos e, assim, permitindo-nos, estabelecer o paralelo pretendido. Optamos por um confronto em termo de peso relativo por ser considerado o mais confiável. Os resultados de todos os autores bem como o desta pesquisa podem ser identificados na tabela 05, a seguir:

TABELA 05: Pesos relativos da aplicação da regra de CV segundo a posição do sujeito, obtidos por diferentes pesquisadores.

VARIANTE	Este trabalho	Lemle & Naro	Nicolau	Rodrigues	Naro & Scherre
	P.R.	P.R.	P.R.	P.R.	P.R.
- Sujeito imediatamente anteposto ao verbo	58	.70	.71	.69	.63
- Sujeito pré-verbal e separado do verbo	.49	.44	.74	55	35
- Sujeito pós-verbal	.17	.22	.14	.12	.08

Para fins didáticos, optamos pela comparação de cada fator isoladamente. Começamos pelo sujeito imediatamente antes do verbo, que pode ser conferido na tabela 06.

TABELA 06: Pesos relativos de aplicação regra de CV referentes ao sujeito imediatamente antes do verbo, obtidos por cinco pesquisadores

VARIANTE	Este trabalho	Lemle & Naro	Nicolau	Rodrigues	Naro & Scherre
	P.R.	P.R.	P.R.	P.R.	P.R.
Sujeito imediatamente antes do verbo	.58	.70	.71	.69	.63

Pela tabela 06, podemos perceber que, embora o peso relativo deste trabalho seja mais baixo do que os das outras pesquisadoras, existe um consenso entre os resultados obtidos pelas cinco pesquisas, havendo, pois, maior tendência ao uso das formas verbais pluralizadas, quando são precedidas imediatamente pelo sujeito de terceira pessoa do plural, reafirmando, assim, o que professam Lemle & Naro, isto é, “o caso mais saliente é aquele do sujeito pré-posto, quando o sujeito plural antecede imediatamente ao verbo candidato à concordância”. A esse respeito, Naro & Scherre dizem que “o maior uso de marcas explícitas de plural é mais freqüente quando a relação sujeito/verbo é mais óbvia, ou seja, quando estes dois constituintes estão adjacentes.” Nicolau, por sua vez, conclui que “a ausência de concordância é altamente desfavorecida pelo sujeito expresso na oração e anteposto ao verbo”, e Rodrigues também declara que “os vínculos sintáticos entre o sujeito e o verbo ficam mais salientes quando o sujeito determinante antecede o verbo determinado”.

Com relação ao fator sujeito pré-verbal e separado do verbo, os resultados de quatro pesquisas podem ser detectados na tabela 07, a seguir.

TABELA 07: Pesos relativos da aplicação da regra de CV segundo a posição do sujeito pré-verbal e separado obtidos por quatro pesquisadores.

VARIANTE	Este trabalho	Lemle & Naro	Nicolau	Rodrigues
	P.R.	P.R.	P.R.	P.R.
Sujeito pré-verbal e separado do verbo	.49	.44	.74	.55

Com relação à variante que se refere ao distanciamento entre o sujeito e o seu verbo, Lemle & Naro (p. 44) postulam que “no caso do sujeito separado há uma distância física, com a correspondente demora temporal, entre determinante e determinado”. Nesta pesquisa, o resultado obtido coloca-se, de um lado, um pouco acima do de Naro & Lemle e, de outro, um pouco abaixo do de Rodrigues, que, por sua vez, apresenta .11 de peso relativo a mais do que o de Lemle & Naro. Já o resultado alcançado por Nicolau é bastante elevado, o que demonstra que em Belo Horizonte as correlações de CV aumentam quando o sujeito se coloca em posição pré-verbal e distante do verbo. Segundo Nicolau, “a ausência de concordância é altamente desfavorecida pelo sujeito exposto e anteposto ao verbo”.

A seguir, a tabela 8 evidencia os resultados obtidos por cinco pesquisadores, segundo a posição do sujeito:

Tabela 08: Pesos relativos da aplicação da regra de CV segundo a posição do sujeito pós-verbal, obtidos por outros pesquisadores

VARIANTE	Este trabalho	Lemle & Naro	Nicolau	Rodrigues	Naro & Scherre
	P.R.	P.R.	P.R.	P.R.	P.R.
Sujeito pós-verbal	.17	.22	.14	.12	.08

Pela tabela 8, percebemos que, com relação ao fator atinente ao sujeito pós-verbal, nosso resultado condiz com o de Lemle & Naro (1977: 43), segundo os quais “a categoria menos saliente é aquela em que o sujeito segue ao

seu verbo. Nesse caso, o elemento determinante segue ao elemento determinado, fazendo com que a falta de concordância seja menos óbvia”. Condiz também tanto com o resultado de Nicolau (1984:138), para quem “a ausência de concordância é altamente favorecida pelo sujeito exposto e posposto ao verbo na oração”, como com o de Rodrigues (1987: 163) para quem “A não-concordância do sujeito posposto (VS) com o verbo a que se refere tende a se tornar categórica.” O mais baixo índice foi apresentado por Naro & Scherre, segundo os quais a concordância “se torna mais difícil de se processar (...) quando está posposto ao verbo”. Isto posto, constatamos que os cinco resultados convergem para um denominador comum, qual seja, a posposição do sujeito ao verbo implica o não processamento da regra de concordância, como mostram os baixos pesos relativos para aplicação da regra.

Finalmente, concluindo esta comparação, fica bastante evidente que a variável posicional interage sobremaneira na fala urbana dos riobranquenses, assim como ocorre com as falas dos cariocas, paulistanos e belorizontinos, como evidenciam as pesquisas, respectivamente, de responsabilidade de Lemle & Naro, Nicolau, Rodrigues e Naro & Scherre.

Discorreremos, a seguir, sobre o cruzamento dessa variável com a variável grau de escolaridade, cujos resultados aparecem na tabela 09.

TABELA 09: Frequência da aplicação da regra de CV segundo a posição do sujeito e o grau de escolaridade

VARIANTE	ANALFABETO	1ª À 4ª SÉRIE	5ª À 8ª SÉRIE
Sujeito imediatamente antes do verbo	92 / 164 = 56%	122 / 195 = 63%	140 / 176 = 80%
Sujeito pré-verbal e separado do verbo	112 / 241 = 46%	119 / 228 = 52%	183 / 257 = 71
Sujeito pós-verbal	9 / 36 = 25%	4 / 31 = 13%	54 / 20 = 23%

CHI-SQUARE FOR TOTALS = 7.601

SIGNIFICANCE = .008

Pela tabela 09, podemos constatar que, de modo geral, à medida que cresce o grau de escolaridade, crescem também as chances para aplicação da regra de CV, em todas as posições em que o sujeito aparece na oração, excetuando-se a posição pós-verbal, que apresenta baixa frequência nos três graus. Verificamos também, de um lado, que as diferenças entre os analfabetos e os escolarizados de até a quarta série do primeiro grau são pouco significativas em todas as situações da variável posicional. De outro lado, constatamos que as diferenças crescem significativamente quando se trata de escolarizados das últimas quatro séries. Os resultados mostram também que as marcas de flexão verbal aumentam quando se trata de sujeito imediatamente antes do verbo nos três casos de escolarização

6. 3. A variável morfofonêmica

6. 3. 1. Esclarecimentos prévios

Sob o rótulo variável morfofonêmica, reunimos os fatores, tomando por base a crescente saliência fônica da oposição singular/plural das formas

verbais, especificamente, as de terceira pessoa. Para isso, utilizamo-nos de uma hierarquia de categorias, a exemplo de Lemle & Naro (1977), que a estrearam com o nome de “old” em **Competências Básicas do Português**. Desse modo, cada subfator corresponde a uma variante - classe de verbo, segundo as características evidenciadas nos diferentes tipos de oposição, como a escala a seguir:

- fala /falam; come /comem
- faz /fazem; quer /querem
- dá / dão; está /estão
- falou /falaram; partiu /partiram
- fez /fizeram; disse /disseram
- é /são

explicitada na seção 4 que trata dos procedimentos metodológicos adotados nesta dissertação.

Partindo do princípio proposto por Lemle & Naro (1977: 43), segundo o qual “quanto mais saliente for a diferença fônica entre singular e plural, mais provável será a concordância, isto é, a falta de concordância ocorre tanto mais, quanto menos ela se faz sentir”, dividimos essa hierarquia em dois níveis, como o fizeram Lemle & Naro (1977) e Rodrigues (1987). Assim, agrupamos as seis classes em dois níveis, de acordo com a acentuação dos segmentos fonéticos que estabelecem o contraste entre singular e plural.

6.3.1.1. Classes do 1º nível. Neste nível, constam os pares, cujo elemento diferenciador, a desinência, é átona, coincidindo, portanto, o acento na raiz de ambas as formas singular e plural. São duas as classes de verbos componentes desse nível que se caracterizam segundo a crescente diferenciação do material fônico da oposição singular plural, como se pode depreender do quadro 06.

1º nível	VARIANTE
Acento	. Classe de verbo regular: a oposição se realiza pela presença de vogal oral no singular e da vogal ou ditongo nasal ou alternância vocálica no plural, em ambas as desinências átonas: come/comem ([-'i / -'ĩ, -'i]); fala/falam, falava/falavam ([-'a / -'ũ, -'u])
na	
Raiz	. Oposição realizada pela adição de uma vogal possivelmente nasalizada ou ditongo nasal átonos à forma verbal do singular: faz/fazem ([-'Ø / -'ĩ, -'i])

Quadro 06: Variável morfofonêmica, fatores - classes do 1º nível e descrição.

Para melhor ilustração, transcrevemos, a seguir, exemplos extraídos do *corpus* que correspondem às classes do primeiro nível. Para fins didáticos, os tipos de pares verbais serão sempre tratados de subfatores.

. Acentuação no radical, nasalização da vogal átona final - subfatores:

(75) as vezes eles *fala* (012RBMAR)

(76) eles logo *falam*... essa tem estudo (002RBMUM)

(77) os dois *mora* em Boca do Acre (013 RBHAE)

(20) os ôtros *moram* aqui (020RBMAAn)

(78) sempre *pode* ocorrê essas briga (002RBMUM)

(79) mas elas *podem* sê melhó do que eles também (002RBMUM)

(80) eles *tavam* quereno elegê esse Flaviano Melo (001RBHEA)

(81) as pessoas que *tarra* perto deles... (015RB Mag)

(82) e os ói dele já *era* aí quano (012 RBMAR)

(83) mas os melhores momentos *eram* quano faziam o gol
(017RBMUF)

. Acentuação no radical, presença ou ausência da vogal nasal átona final - subfatores:

(84) elas não *quere* eh... o cara não... (001RBHEA)

(85) elas *qué* sabê se o cara tem diNêro (001RBHEA)

- (86) que eles *fazem* uNa campanha direcionada a alguém
(003RBHUj)
- (87) eles num *faz* nada (012RBMER)

6.3.1.2. **Classes do 2º nível.** Neste nível, encontram-se os pares cujos segmentos fonéticos recebem acento em pelo menos um dos morfemas do elemento diferenciador. O 2º nível compreende quatro classes ordenadas com o crescente grau de saliência fônica. Como vimos, é através desse aspecto acentual que podemos identificar a distinção entre os dois níveis. O quadro 07 apresenta as descrições dos quatro fatores do nível 2.

2º nível	VARIANTE
A C E N T O	. Nos pares, uma vogal tônica oral no singular se opõe a um ditongo tônico nasal no plural: dá/dão; está/estão ([-á / -ã̃]);
D E S I N E N C I A L	. Formas de pretéritos perfeitos regulares em que o acento recai na desinência no singular e na vogal temática no plural: falou/falaram ([-árũ, -áru]); vendeu/venderam ([-érũ, -éru]); partiu/partiram ([-írũ, -íru]).
	. Formas de pretérito irregulares cuja oposição se realiza pelo deslocamento do acento tônico do radical no singular para a vogal temática no plural, com variação do grau de abertura da vogal tônica: fez/fizeram, quis/quiseram trouxe/trouxeram, ([-érũ, -éru])
	. Singular e plural se distinguem completamente. Caso único: é/são.

Quadro 07: Variável morfofonêmica, descrição dos fatores - classes do 2º nível.

Os exemplos dessas classes, conforme constam em nosso *corpus*, são os seguintes:

. Vogal tônica oral no singular vs. ditongo tônico nasal no plural - subfatores:

(88) esses usos de droga *tá* MATANO (004RBMEm)

(89) todos eles *estão* estudano (004RBMEm)

(90) as crianças também num *vai* vivê só presa (017RBMUF)

(91) alunos (...) *vão* correno pra Delegacia de Menó (017RBMUF)

. Acentuação na terminação, desinências distintas - subfatores:

(92) todos os momentos *foram* bons (014RBHUr)

(93) eles dois *foi* muito importante (002RBMUM)

(94) que *morreru* muitas pessoas (009 RBHEQ)

(57) e *morreu* muitos (009RBHEQ)

(48) três que... *pegô* também dessa pessoa (013RBHAE)

(95) pai e filho [] *pegaru* um carro (007RBHAC)

. Acentuação na terminação, desinências distintas com variação de grau de abertura da vogal tônica - subfatores:

(96) os médico *tiveru* que depois (004RBMEn)

(97) meus filhiNo não *teve* ropa nova (004RBMEn)

(98) que eles *fez* aí... o último gol (012RBMAR)

(99) té agora eles ainda num *fizéru* nada (020man)

. Monossílabos, formas completamente distintas - subfatores:

(100) os melhores momentos da nossa seleção *é* os gol (005RBHAV)

(101) ôtos *são* mais cara fechada (006RBHUD)

6.3.1.3. Outros esclarecimentos:

Elucidadas as características das classes morfofonêmicas, restam alguns esclarecimentos, que faremos em seguida.

5.3.1.3 1. Experiências de pesquisadores que nos precederam mostram que as formas verbais *come* e *falam*, comumente, revezam-se fonética e respectivamente com as formas [kõmĩ] ou [kõmi], [fálũ] ou [fálu] na modalidade falada, fato que constatamos, como esperávamos, na fala do riobranquense. Por isso, a exemplo de Rodrigues (1984: 166), entre outros, optamos por incluir na classe de verbos que contêm acentuação no radical e nasalização da vogal átona final, tanto os verbos de 1ª conjugação, quanto os da 2ª e 3ª conjugações, mesmo consciente de que a diferença destes últimos aconteça só pela nasalidade, enquanto

entre os da 1ª, além da nasalização ocorre também a substituição de [a] por [ũ] ou por [u], como bem demonstram Lemle & Naro (1977: 42). Ainda estão incluídos na classe do tipo **fala/falam** os pares arrizotônicos **falava/falavam**, **vendia/vendiam**, **partia/partiam**, uma vez que também apresentam alternância vocálica [ĩ] ou [u] em vez de [a].

6.3.1.3.2. As formas **foi/foram** incluíram-se na classe que apresenta acentuação na terminação, porém desinências distintas, pois apesar de serem rizotônicas, mantêm o acento tônico na vogal temática das formas pluralizadas, igualmente como ocorre com as formas **falou/falaram**.

6.3.1.3.3. Resultados das análises e comparações atinentes à variável morfofonêmica.

Após esses esclarecimentos, reportamo-nos aos resultados obtidos pelas classes que compõem a variável morfofonêmica, no que se relaciona à aplicação da regra, como consta na tabela 10:

TABELA 10: Frequência e peso relativo da aplicação da regra de CV em face da saliência fônica na oposição singular/plural.

SUBFATORES	FREQÜÊNCIA	PESO RELATIVO
. fez/fizeram, quis/quiseram	39 / 44 = 89 %	.87
. falou/falaram	128 / 171 = 75 %	.77
. dá/dão, está/estão	133 / 173 = 77 %	.74
. é/são	100 / 136 = 74 %	.70
. faz/fazem, quer/querem	57 / 107 = 53 %	.35
. fala/falam, come/ comem	326 / 710 = 46 %	.32

INPUT .61
SIGNIFICANCE= .000

Pela tabela 10, verificamos um minúsculo enviesamento entre os pesos relativos e os percentuais correspondentes às classes verbais do tipo

falou/falaram e do tipo **dá/dão**, de forma que o peso relativo **.77** de **falou/falaram** é igual ao valor percentual **77%** de **dá/dão**. De igual modo, o peso relativo **.74** da variante **dá/dão** é quase igual ao percentual **75%** de **falou/falaram**, como pode ser visto no esquema abaixo:

VARIANTE	PERCENTAGEM	PESO RELATIVO
falou/falaram	75 %	.77
dá/dão	77 %	.74

Além disso, as duas classes de verbos, respectivamente, vogal tônica oral no singular vs ditongoônico nasal no plural e monossílabos com formas completamente distintas, revelaram-se muito próximos. Por isso, foi feita uma outra rodada em que foram amalgamados esses dois fatores. Os resultados dessa rodada podem ser detectados na tabela 11.

TABELA 11: Frequência e peso relativo da aplicação da regra de CV em face da saliência fônica na oposição singular/plural

SUBFATOR	FREQÜÊNCIA	P.R.
. fez /fizeram, quis /quiseram	39 /44 = 89 %	.88
. falou/ falaram, vendeu/venderam, foi/foram	129 / 172 = 75 %	.78
. dá /dão, está /estão, é/são, vai/vão	234 /311 = 75 %	.73
. faz/fazem, quer/querem, diz /dizem	57 / 107 = 53 %	.36
. fala /falam, vende /vendem, falava/falavam	327 / 716 = 46 %	.32

INPUT .61
SIGNIFICANCE= .045

As frequências e os pesos percentuais e relativos detectados na tabela 11 e resultantes da rodada supramencionada não revelam mudança radical, porém

estão mais bem distribuídas, pois já não aparece o ligeiro enviesamento apresentado na tabela 10. Do ponto de vista de peso relativo, no tocante à aplicação da regra de concordância, a primeira posição coube à classe de pretéritos irregulares cuja oposição se realiza pelo avanço do acento tônico do radical para a desinência - subfator, *quis/quiseram* com a variação do grau de abertura da vogal tônica, como explicitam as seqüências nos exemplos em 102, 103, 104 e 105.

(102) que *eles fizeru* muito tipo de bandagem (018RBMEv)

(103) toda vida *eles suberu* me tratá (018RBMEv)

(104) té agora *eles* ainda num *fizeru* nada (020RBMAAn)

(105) *disseru* (os policiais) pra ele (023RBMUI)

A segunda posição coube à classe que caracteriza as formas verbais de pretéritos regulares de 3ª pessoa nas quais a tonicidade incide na vogal temática, como nos exemplos em 106, 107, 108 e 109.

(106) as *peessoas* conceituadas... que *frequentaram* boas escolas (02RBMUM)

(107) como *eles* já *caíru* já duas vez (004RBMEem)

(108) quase *todos* já *fôrum* acidentado (005RBHAV)

(109) *pai e dois filho matarum* um senhô (007RBHAC)

Em terceira posição, ficaram os fatores amalgamados, ou seja, a classe de verbos em que o acento tônico recai na vogal oral no singular em oposição ao plural, cujo acento tônico recai na vogal nasal e a classe em que a oposição singular/plural é completamente distinta, caso único, como se pode observar nos exemplos em 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116 e 117.

(110) Todas *duas* agora *tão* estudano em Boca do Acre (013RBHEL)

(111) *queelas menina* lá *vão...* se prostituí com aqueles cara
(008RBHAa)

(112) os *problemas serão* resolvidos... (014RBHUr)

(113) *eles* mim *dão* as coisa (023 RBMUL)

(114) os meus... *familiares são* católico (007RBHAC)

(115) *vocês são* meu amigo (008RBHAa)

(116) (*cânticos e louvores*) que *são* entoados (010RBHEL)

(117) (*eles*) que na verdade *são* criminoso (015RBMAg)

A quarta posição foi destinada à classe de verbos em que a oposição singular/plural se faz pela adição de uma vogal ou ditongo nasalizados à forma do singular, como se pode depreender das seqüências de fala em 118, 119, 120 e 121.

(118) hoje... *eles* só *quere* sabê mesmo de prostituição (010RBHEL)

(119) *eles* *faze* vários tipo de coisa (018RBMEv)

(120) e as *peessoas* que *fazem* ruindade aqui (023RBMUI)

(121) *querem* (os homens) *elas* (as mulheres) sempre aos pés deles
(002RBMUM)

Finalmente na última posição está a classe cujas formas verbais com desinências átonas orais no singular se opõem às formas com vogal ou ditongo nasais no plural. Vejam-se os exemplos em 122, 123, 27 e 1124.

(122) os *brasilêros* *mereciam...* uma grande vitória
(002RBMUM)

(123) *uns moru* lá pra esse tal de Conjunto Universitário
(015RBMAg)

(27) e as *peessoas* boas geralmente *sofrem* atentados...
(002RBMUM)

(124) os *problemas* que *acontecem* no Brasil... (016RBHUI)

Observamos que há mais correlações de CV entre os determinantes sujeitos de 3ª pessoa do plural e os seus verbos determinados nas situações em que esses verbos pertencem ao 2º nível (acento desinencial). Nesse nível, estão as classes verbais que compreendem os pares cujos segmentos fonéticos recebem acento de intensidade em, pelo menos, uma das sílabas do elemento diferenciador. Além disso, podemos observar que as correlações se elevam, ainda mais, quando se trata dos pares cuja oposição se realiza pelo deslocamento do acento tônico do radical no singular para a vogal temática no plural, com variação do grau de abertura da vogal tônica, por exemplo **fez/fizeram**. Assim, quanto maior for a diferença fônica, tanto mais se realiza a aplicação da regra de CV. Observamos, inclusive, uma diferença de .15 entre os subfatores **dá/dão** e **quis/quiseram**. Desse modo, ratifica-se a hipótese de que a maior frequência da aplicação da regra de concordância verbal ocorre nos casos em que a oposição singular/plural é, do ponto de vista fonético, mais saliente.

Por outro lado, verificamos que foram baixos os pesos associados aos fatores atinentes ao primeiro nível, isto é, às classes de verbos correspondentes aos pares cujo elemento diferenciador é átono, incidindo, portanto, o acento tônico na raiz de ambas as formas singular e plural, havendo uma diferença irrelevante de .04 entre ambas. Nesse caso, as correlações de CV diminuem, isto é, a regra de concordância entre sujeito de 3ª pessoa e a sua correspondente forma verbal quase não se realizam. Assim sendo, confirma-se a hipótese de que quanto menor é o grau de saliência fônica, menos provável é a aplicação da regra.

Verificamos, também, que as diferenças crescem mais ainda quando se trata do peso de um nível para outro. Com efeito, o maior P.R. correspondente ao subfator **faz/fazem** do 1º nível apresenta uma diferença de .37 a menos do que o menor subfator **dá/dão** do 2º nível, como se pode conferir na tabela 11.

De outro modo, vasculhando as especificidades lingüísticas, os dados ainda da tabela 11 revelam que há uma estreita ligação entre fatores fônicos e prática da regra de CV com sujeito de 3ª pessoa de plural. Portanto a variável morfofonêmica se correlaciona radicalmente com a aplicação da regra de CV.

A nosso ver, a maior freqüência de falta de concordância verificada nos pares verbais das classes do 1º nível, por exemplo, **fala/falam**, **vende/vendem**, ocorre pelo fato de a nasalidade ser a única marca de pluralidade dos verbos correspondentes a sujeitos de terceira pessoa do plural. Disso decorre o cancelamento de CV. Com efeito, a supressão da vogal nasal no final de palavras é em fenômeno muito freqüente não só em verbos, mas em outras palavras da língua portuguesa falada no Brasil. O próprio *corpus*, em estudo, apresenta casos desse fenômeno, quais sejam *home* ao invés de *homem*, *jove* em vez de *jovem*, *bandidage* em lugar de *bandidagem*. Todavia, no caso dos nomes, não há implicações sintáticas, pois a marca de plural aparece no determinante.

Isso posto, decidimos comparar os resultados obtidos na pesquisa da cidade de Rio Branco com os alcançados na grande São Paulo por Rodrigues, tomando como ponto de referência os valores equivalentes aos pesos relativos, como podem ser observados na tabela 12.

TABELA 12: Variável morfofonêmica: peso relativo da aplicação da regra de CV em Rio Branco e São Paulo.

SUBFATORES	Rio Branco	São Paulo
	P.R.	P.R.
. fez/fizeram, disse/disseram	.87	.74
. falou/falaram, vendeu/venderam	.78	.66
. dá/dão, está/estão, vai/vão	.73	.65
. é/são	-	.80
. faz/fazem, quer/querem	.36	.23
.- fala/falam, come/comem	.32	.07

Pela tabela 12, verificamos que em São Paulo o processamento de CV se intensifica ainda mais quando se trata do fator cuja classe verbal é um monossílabo tônico em que a forma de plural se distingue totalmente do singular, ou seja, o caso único *é/são*. Aliás esse fato está respaldado na pesquisa de Lemle & Naro (1977: 42) que afirmam “chegamos à maior diferenciação possível: não há nenhum segmento em comum entre *é* e *são*”, grifo nosso. Ressaltamos que isso não aconteceu em nossa pesquisa, em que esse fator, antes de ser amalgamado ao fator correspondente à classe verbal cuja vogal tônica oral no singular se opõe a um ditongo tônico nasal no plural, atingiu o menor P.R. (.70) entre as classes componentes do 2º nível. Desse modo, em Rio Branco, há fortes correlações com a aplicação da CV nos casos de verbos cuja oposição se faz pelo deslocamento do acento tônico do radical no singular para a vogal temática no plural, com variação de abertura da vogal tônica, por exemplo, *quis/quiseram*. Portanto, há uma ordenação diferenciada nos fatores componentes do 2º nível para Rio Branco e São Paulo. Todavia, as diferenças no que concerne aos pesos relativos não são tão acentuadas entre as duas cidades. Além do mais, há um ponto relevante em comum entre os resultados de ambas as cidades: todas as classes incluídas do 2º nível são as que obtiveram maior peso relativo. Assim sendo, “quanto mais irregular for o verbo, mais aumenta a chance de o verbo vir a concordar com o sujeito, pois sua manifestação fonética é óbvia”. (Graciosa, 1991: 51).

Por outro lado, as classes componentes do 1º nível, exatamente aquelas em que o elemento distintivo é inacentuado, ocupam as mesmas posições nas duas cidades, São Paulo e Rio Branco. Os pesos relativos obtidos por essas classes, embora apresentem diferenças, são igualmente baixos em ambas as cidades. Desse modo, as classes do 1º nível se correlacionam negativamente com a aplicação da regra de concordância, em vista de a oposição se processar de modo mais simples, ou seja, a falta de concordância ocorre tanto mais quanto menos perceptível for a diferença fônica.

Finalmente, observamos que houve equilíbrio entre os resultados obtidos nesta pesquisa e os atingidos por Rodrigues, pois, em ambos, a variável morfofonêmica teve papel relevante na regra de variação da concordância verbal, dependendo da maior ou menor perceptibilidade da diferença do material fônico entre as formas de plural e singular do verbo.

Realizada essa etapa, achamos conveniente cruzar os resultados atinentes às variáveis posicional e morfofonêmica. Os resultados desse cruzamento podem ser identificados na tabela 13.

TABELA 13: Frequência da aplicação da regra de CV segundo a classe dos verbos e a posição do sujeito

Saliência fônica	Posição do sujeito	Frequência
. fez/fizeram	imediatamente antes do verbo	17 / 18 = 94%
	pré-verbal e separado	21 / 23 = 91%
	pós-verbal	1 / 3 = 33%
. falou/falaram	imediatamente antes do verbo	49 / 58 = 84%
	pré-verbal e separado	76 / 92 = 83%
	pós-verbal	4 / 21 = 19%
. dá/dão	imediatamente antes do verbo	97 / 109 = 89%
	pré-verbal e separado	128 / 182 = 70%
	pós-verbal	9 / 20 = 45%
. faz / fazem	imediatamente antes do verbo	33 / 54 = 61%
	pré-verbal e separado	24 / 51 = 47%
	pós-verbal	0 / 2 = 0%
. fala / falam	imediatamente antes do verbo	158 / 268 = 53%
	pré-verbal e separado	165 / 378 = 44%
	pós-verbal	4 / 42 = 10%

CHI SQUARE FOR TOTALS = 23.309
SIGNIFICANCE = .000

Verificamos, através da tabela 13, que o fator sujeito em posição pós-verbal não se correlaciona com a aplicação da regra de CV em todos os fatores correspondentes à escala de saliência fônica, seja no 1º nível, seja no 2º. Observamos, por outro lado, que os pesos percentuais estão muito próximos entre si, inclusive bem elevados, nas posições em que o sujeito se coloca imediatamente antes do verbo e em que está antes do verbo mas dele separado, quando relacionados com os pares verbais dos tipos *fez/fizeram*, *falou/falaram* e *fala/falam*. Ao contrário, a diferença entre esses dois fatores posicionais aumenta quando se relacionam com os fatores correspondentes aos subfatores *dá/dão* e *faz/fazem*. Nesses dois casos, as correlações com a CV ficam mais fortes, se o sujeito estiver em posição imediatamente antes do verbo.

Consideramos, ainda, proveitoso proceder ao cruzamento dos resultados referentes a essa variável morfofonêmica e os obtidos pela variável grau de escolaridade, com o intuito de averiguar como se comportam os informantes, separadamente, por nível escolar, para a aplicação da regra de concordância a partir da maior ou da menor distintividade fônica. Os resultados desse procedimento podem ser encontrados na tabela 14.

TABELA 14: Frequência da aplicação da regra de CV segundo a saliência fônica dos verbos e grau de escolaridade.

Saliência Fônica	Escolaridade	Frequência
. fez / fizeram	Analfabeto	14 / 15 = 93%
	1ª à 4ª série	16 / 18 = 89%
	5ª à 8ª série	9 / 11 = 82%
. falou / falaram	Analfabeto	50 / 71 = 70%
	1ª à 4ª série	33 / 45 = 73%
	5ª à 8ª série	46 / 56 = 82%
. dá / dão	Analfabeto	72 / 92 = 78%
	1ª à 4ª série	72 / 106 = 68%
	5ª à 8ª série	90 / 113 = 80%
. faz / fazem	Analfabeto	7 / 33 = 21%
	1ª à 4ª série	24 / 42 = 57%
	5ª à 8ª série	26 / 32 = 81%
. fala / falam	Analfabeto	70 / 230 = 30%
	1ª à 4ª série	100 / 243 = 41%
	5ª à 8ª série	157 / 243 = 65%

CHI - SQUARE FOR TOTALS = 11.767

SIGNIFICANCE = .001

Através da tabela 14, observamos, com relação às classes verbais do 1º nível, que, à medida que o informante cresce em escolaridade, tanto mais ele aplica a regra de CV, como mostram os resultados correspondentes aos subfatores *faz/fazem, fala/falam*. Em se tratando, porém, do 2º nível, essa proporcionalidade por escolaridade permanece, apenas, nos pares verbais do tipo *falou/falaram*, inclusive os pesos percentuais foram bastante expressivos. Já em relação às demais classes deste nível, os pesos percentuais oscilam: ora são os analfabetos que

aplicam mais a regra de CV, ora são os escolarizados das quatro últimas séries do 1º grau. Excetuando-se o caso das produções verbais do tipo **falou/falaram** no 2º nível, os analfabetos usaram um pouco mais as formas verbais flexionadas de 3ª pessoa de plural do que os falantes de até a 4ª série do 1º grau. Talvez o treinamento para o exercício da aplicação da regra pela escola gere uma certa insegurança nesses escolarizados, levando-os à hipercorreção, tendo como resultado o enfraquecimento da percepção do contraste fônico. Apesar das mínimas diferenças detectadas, constatamos que em todas as classes do 2º nível, seja qual for o grau de escolaridade a aplicação da regra se processou significativamente.

De acordo com esses resultados, **grosso modo**, a escolarização não se apresenta tão relevante para a aplicação da regra de CV, quando se trata do maior grau de distintividade fônica; ao contrário, parece que o falante, na maioria dos casos, já traz de seu grupo o hábito de flexionar, convenientemente, os verbos característicos do 2º nível. Isso pode ser comprovado através dos resultados atinentes ao subfator **fez/fizeram**, em que a saliência fônica é mais distintiva para os analfabetos que culminam com 93% de aplicação da regra de CV nos moldes do padrão culto. Aliás, os analfabetos flexionaram, significativamente, as formas verbais que apresentam maior grau de perceptibilidade fônica na oposição singular/plural (as classes verbais do 2º nível). A explicação desse comportamento lingüístico se explica pelo Princípio da Saliência Fônica que defende a tese de que “as formas mais salientes e, por essa razão, mais perceptíveis são mais prováveis de serem marcadas do que as menos salientes”. (Lemle & Naro, 1976/1977).

Por outro lado, a escolarização, em nível crescente, apresenta-se notavelmente relevante para a aplicação da regra de CV, quando esta se realiza com as classes verbais do 1º nível (com acento na raiz), em que os resultados aparecem em ordem crescente. Como se percebe, com relação à classe **faz/fazem**,

há uma diferença muito elevada, em torno de 60%, entre os analfabetos e os escolarizados de 5ª à 8ª série. De igual modo, a diferença de 33% é relevante entre esses mesmos falantes, quando relacionada ao subfator **fala/falam**. Ainda em relação à classe da variante **fez/fazem**, é significativa a diferença de 36% entre analfabetos e escolarizados de até a 4ª série.

Em vista do que foi exposto, tudo nos leva a crer que a escola parece tornar o falante consciente da regra de CV do padrão culto, cuja correlação se faz sentir mais fortemente com verbos relacionados à classe do 1º nível. Em outras palavras, a escola parece facultar ao aluno a ampliação de sua capacidade de expressão em relação aos mecanismos de CV, especialmente os do padrão de maior prestígio social.

6. 4. VARIÁVEL CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO

6.4.1. Esclarecimentos prévios

A variável constituição do sujeito (morfofossintática) reúne os fatores que dizem respeito à natureza morfológica do sujeito. No *corpus* desta pesquisa, procedemos ao levantamento de sete variantes correspondentes às formas de sujeito de terceira pessoa do plural, de acordo com o quadro 04 constante da seção correspondente aos procedimentos metodológicos.

Antes de iniciarmos a análise desses dados, são necessários alguns esclarecimentos.

6.4.1.1. Não foi considerado o sujeito indeterminado, embora tenhamos observado freqüentes casos de formas verbais marcadas sem referências a sujeitos explícitos na oração ou em oração anterior, como na seqüência de fala em 125.

(125) aí uNa viziNa gritô e disse assim Joelina eu acho que já *mataru* o teu marido lá na outra rua.

6.4.1.2. Foram desconsiderados os casos de sujeito coletivo no singular, mas levados em conta os coletivos pluralizados, seja o núcleo, seja o determinante, como em 126.

(126) *os pessoal é* tudo já.... maldano (013RBHAE)

6.4.1.3. Quando o sujeito não foi realizado na oração, consideramos a concordância da forma verbal com o sujeito a que se refere na oração anterior, conforme foi amplamente explicitado no item que trata da posição do sujeito.

6.4.2. Resultados e comparações dos dados pertinentes à variável constituição do sujeito

Os resultados obtidos pertinentes à aplicação da regra encontram-se registrados na tabela 15.

TABELA 15: Frequência e peso relativo da aplicação da regra de concordância verbal, de acordo com a variável constituição do sujeito.

FATORES	FREQÜÊNCIA	P. R.
. pronome pessoal : eles/elas	335 / 461 = 73 %	.64
. oculo: Ø	198 / 339 = 58 %	.56
. Relativo <i>que</i> com antecedente plural	100 / 176 = 57 %	.52
. Outros pronomes e numeral	36 / 79 = 46 %	.40
. Núcleo substantivo plural com marca em determinante	60 / 112 = 54 %	.36
. Só determinante com marca de plural	52 / 115 = 34 %	.21
. Dois ou mais núcleos	2 / 19 = 11 %	.06

INPUT .61
SIGNIFICANCE = .000

Pela tabela 15, observamos que os resultados concernentes aos fatores sujeito oculo e relativo *que* com antecedente plural se apresentam muito

próximos um do outro, do mesmo modo como estão bastante próximos os resultados relacionados aos fatores outros pronomes ou numeral e núcleos substantivos plurais com marca em determinante. À vista disso, amalgamamos esses fatores da seguinte forma: o fator relativo *que* foi incorporado ao fator sujeito oculto; o fator outros pronomes foi incorporado ao fator núcleo substantivo plural com marca em determinante. As freqüências e respectivos pesos resultantes dessa amalgamação podem ser encontrados na tabela 16:

TABELA 16: Freqüência e peso relativo da aplicação da regra de concordância verbal, de acordo com a constituição do sujeito.

VARIANTE	FREQÜÊNCIA	P.R.
. pronome pessoal eles /elas	337 / 464 = 73 %	.65
. sujeito oculto ou apagado: \emptyset	298 / 515 = 58 %	.51
. núcleos plurais com determinantes marcados	96 / 199 = 49 %	.42
. SNS com marcas de plural só em determinantes	52 / 157 = 33 %	.22
. sujeito com dois ou mais núcleos	.3 / 20 = 15 %	.11

INPUT .61
SIGNIFICANCE= .045

Conforme a tabela 16, em se tratando do peso relativo, foi o sujeito constituído de pronome pessoais *eles/elas* que obteve o maior peso relativo para aplicação da regra de concordância verbal. Em segunda posição, ficou o sujeito \emptyset , ou seja, o sujeito oculto. Em terceiro lugar, aparece o sujeito cujo núcleo é substantivo ou palavra substantivada no plural com determinantes marcados. O quarto lugar foi ocupado pelo SN com marca de plural só no determinante. A última posição foi reservada ao sujeito constituído de dois ou mais núcleos.

A partir desses resultados, chegamos às seguintes conclusões:

As correlações de CV são mais óbvias quando o sujeito aparece representado, na oração, pelo anafórico *eles/elas*, como demonstram os exemplos em 80, 127, 128, 129 e 130.

(80) *eles tavam* quero elegê esse Flaviano Melo (001RBHEA)

(127) *eles* num *quere* nem sabê (023RBMUI)

(128) *elas fizeru* alguma coisa de errado (021RBMES)

(129) *eles* já *teriam* votado seu impeachment (014RBHUr)

(130) *elas* tudim mim *consideru* como parente (013RBHAE)

Inicialmente, aventamos a hipótese de que a não explicitação do sujeito na oração, o caso do sujeito oculto, fosse o que mais se correlacionasse com a aplicação da CV, pois, segundo Rodrigues (1987: 169), “se o sujeito não se encontra na frase, a desinência verbal não é redundante, e as relações entre o verbo e o seu sujeito extra-sentencial só podem ser estabelecidas por meio da concordância”. Entretanto, nesta pesquisa, os resultados demonstraram que as correlações de CV são menos freqüentes nos casos em que o sujeito está ausente na oração do que quando está presente e representado pelo pronome *eles/elas*. Observem-se alguns exemplos do fator sujeito oculto na oração em 19, 131, 132 e 133.

(19) *começaram* a fazê parte da igreja (014RBHUr)

(131) *machucaru* a cabeça dele toda (023RbMUI)

(132) *pegaru* o bujão dela (97) dêxaru lá do lado de fora (020RBMAAn)

(133) *quere* mandá nos filho da mulhé (019RBMUN)

Considerando que a esse fator está incorporado o fator pronome relativo *que* com antecedente plural, apresentamos mais alguns exemplos 106, 134, 135, 136 e 137.

(106) (as pessoas conceituadas...) *que freqüentaram* boas escolas
(002RBMUM)

(134) (vários casos) *que chamou* atenção da gente (009RBHEQ)

(135) (amigos) *que gostam* de puxá o saco. (003RBHUj)

(136) (pessoas) *que tão* precisano de apoio (008RBHAa)

(137) (as pessoas) *que praticu* o aborto (009RBHEQ)

Por outro lado, as correlações de aplicação da regra de CV diminuem bastante quando se trata dos dois fatores amalgamados, respectivamente, outros pronomes ou numeral e substantivos ou palavras substantivadas com marca no determinante, isto é, nesses casos, a marca de pluralidade no verbo com referência à terceira pessoa de plural geralmente desaparece. A seguir, transcrevemos exemplos correspondentes a outros pronomes: indefinido, possessivo, demonstrativo, de tratamento, a numeral, respectivamente, em 138, 139, 140, 141, 142 e 143.

(138) aí *os otos fica* curioso (024RBHEB)

(139) *ur meu* pelo meno *era* (002 RBMUM)

(140) *esses* aí pra mim *foi* os melhores (017RBMUF)

(141) *ceis quere* tomar um refrigerante? (001RBHEA)

(142) *dois* queria batê nele todos (OAK7HAE)

Com relação às variantes núcleo substantivo plural (com todos os elementos do SNs marcados) e só determinante com marca de plural, verificamos que, embora seus respectivos pesos relativos sejam irrelevantes como mostra a tabela 16, os falantes tendem a aplicar mais a regra padrão quando todos os elementos do SNS são marcados, como em 143, 144, 145, 71 e 27, do que quando

só o determinante leva marca de plural, como em 146, 147, 148, 149 e 150, com uma diferença de .20 entre ambos os fatores. Isso só ratifica o princípio de que marcas levam a marcas, defendido por Scherre (1988: 517). Vejam-se os exemplos:

(143) minhas *irmãs* todas já *eram* tudo casada (021RBMES)

(144) que todas as *pessoas* tenham dignidade na vida.
(002RBMUM)

(145) os meus *irmãos* (...) *participum* daquela igreja (014RBHUr)

(27) e *as* pessoas *boas* geralmente *sofrem* atentados (002RBMUM)

Com marca só no determinante:

(146) *essas* criança que *vive* passano fome (010RBHEL)

(147) e quando *os* crente *chega* na miNa casa né? (011RBMAG)

(148) *todas* reivindicação *foi* pu bolso deles (010RBHEL)

(159) sempre geralmente *os* filho *pune* pelo pai (019RBMUN)

(150) *os* jogadô *dos ôtos país* (...) *machucava* um da GENTE...
(017RBMUF)

Também os resultados apresentados por Naro & Scherre (1993: 7) mostram que há maior tendência ao uso da forma verbal marcada, quando os SNs apresentam a marca de plural explícita (-S) no último elemento não inserido em um sintagma preposicional (SPrep). Os pesquisadores detectaram que nesse caso o peso relativo é igual a .56. Constataram, por outro lado, que quando os SNs apresentam forma de plural zero no elemento não inserido em um sintagma preposicional (SPrep), o peso relativo baixa para .17. Portanto, a diferença entre os dois fatores, na pesquisa dos dois autores, é muito mais elevada, em torno de .39, do que a deste trabalho que é de .20 .

Por fim, observamos que prevalecem as formas verbais não marcadas, quando se trata de sujeito constituído de dois ou mais núcleos, o que nos faz supor, de imediato, que essa variante não se correlaciona com a concordância verbal. Entretanto, verificando a posição do sujeito nessa circunstância, constatamos que, nas 19 ocorrências, em dez casos, os sujeitos são pós-verbais e, entre estes, em apenas um caso o primeiro elemento aparece no plural. Assim, a concordância se faz com o núcleo mais próximo, fato considerado facultativo pela gramática normativa no caso de posposição do sujeito composto (vide Lima, 1978: 355). Sirvam de exemplos de concordância facultativa os fragmentos de fala em 151, 152, 153 e obrigatória em 109, por se tratar de núcleos pré-verbais:

- (151) que se *acabe a miséria e a fome* (005RBHAV)
 (152) *morreu* minha *mãe* e meu *pai* (004RBMEEm)
 (153) *foi* jogá o *Brasil* e a *Rússia* (016 RBHUIJ)
 (109) inclusive *ia delegado... juiz* essas pessoas (015RBMAg)

Explicitados os fatores que se correlacionam positiva ou negativamente com a aplicação da regra de concordância, no que tange à constituição do sujeito, selecionamos, neste trabalho, para efeito de comparação, apenas os resultados concernentes aos fatores representados por pronomes e por ausência de pronomes, portanto compatíveis com as de outras pesquisas de autoria de Nicolau e Rodrigues, respectivamente em Belo Horizonte e São Paulo. É que, enquanto os fatores selecionados para análise da variável constituição do Sujeito em São Paulo se restringem à oposição presença/ausência do sujeito na oração ou na superfície textual, os de Rio Branco vão além, abrangendo não só presença/ausência mas também as várias classes gramaticais que representam o sujeito na oração ou na cadeia do texto. Nicolau, por sua vez, também aborda as classes que representam o sujeito, mas adota critérios diferentes da pesquisa de Rio Branco.

Portanto, resta-nos comparar os fatores sujeito pronome pessoal *eles/elas*, que aparecem nos trabalhos dos três pesquisadores, e sujeito oculto que fazem parte do elenco de fatores nas duas cidades, Rio Branco e São Paulo. Lembramos que os resultados desses pesquisadores estão sempre sendo adaptados, a fim de tornar possível a comparação. A tabela 17 exhibe os três resultados.

TABELA 17: Variável constituição do sujeito: peso relativo em Rio Branco, Belo Horizonte e São Paulo.

VARIANTE	Rio Branco P.R.	Belo Horizonte P.R.	São Paulo P.R.
. Pronome pessoal	.65	.64	.55
. Oculito	.51	–	.62

Como se pode observar, os pesos relativos atinentes ao sujeito constituído de pronome pessoal foram a bem dizer os mesmos em Rio Branco e em Belo Horizonte e mais elevados do que em São Paulo. Nas três cidades ocorrem marcas de flexão verbal quando se trata dessa Variante, ou seja, a aplicação da regra de CV se realiza. Por outro lado, com o fator sujeito oculto, as correlações de CV são maiores em São Paulo do que em Rio Branco.

Nesse sentido, vale lembrar as considerações de Rodrigues (1987: 117), segundo as quais a ausência ou elipse do sujeito formal corresponde a um fenômeno sintático possível em português que, em tese, pode ocorrer quando o verbo é marcado em pessoa e número. Nesse caso: 1) a referência do sujeito \emptyset tem a ver com a flexão do verbo; 2) o sujeito vazio será sempre pronominal. Essa idéia está baseada em Gaves (1984:19), que, por sua vez, se baseou em Huang (1983: 26), com a asserção de que “*o que qualifica, em certas línguas, a*

categoria vazia do sujeito como pronominal é a presença nessas línguas de um elemento de concordância”.

Com relação a isso, também Carone (1976), baseada em Hjelmslev (1986: 61), observa que “as categorias de número e pessoa, que se encontram cumulativamente em um só morfema verbal, não pertencem ao verbo, mas ao sujeito; repetem-se no verbo por empréstimo, gerando a concordância, evidência mórfica de uma relação sintática. A não concordância entre sujeito e verbo não altera a conexão entre estes constituintes da frase, mas anula a redundância. Nesse caso, a redundância seria o fator relevante do apagamento das marcas de plural no verbo”.

Apoiada nessas leituras sobre ausência e presença do sujeito, revisamos a tabela 16 deste trabalho que exhibe os resultados da variável constituição do sujeito de 3ª pessoa de plural, selecionando os fatores presença de pronome-sujeito *eles/elas* e ausência desse pronome/sujeito para avaliá-los na perspectiva funcionalista. Assim, verificamos que a presença do pronome *eles/elas* se correlaciona mais com aplicação da regra do que a sua ausência. Os resultados correspondentes à presença dos pronomes foram os mais altos: $337/464 = 75\%$ e P.R. = .65. Isso demonstra a preferência pela presença de um sujeito físico na oração ou na cadeia textual, por parte de Rio Branco. Esse preenchimento vem ao encontro da constatação de Rodrigues (1987: 118/119), de que o falante popular de São Paulo tende a usar o pronome lexical em posição de sujeito, o que corresponde a uma nítida opção pelo sujeito fisicamente presente na frase, sujeito preenchido pelos pronomes *nós*, na primeira pessoa do plural, *eles/elas* na 3ª pessoa do plural. Além disso, deve ser levado em conta que a preferência pela presença física do sujeito pronome pessoal na superfície textual, no *corpus* de Rio Branco, seja uma característica do Português falado no Brasil, o que foge ao “âmbito das gramáticas tradicionais do português, a ausência de pronome é que é apresentada como a norma. A existência de um sistema rico no verbo justificaria a

omissão do pronome, que só se tornaria necessário quando a *clareza* ou a *ênfase* assim o exigissem” (Silva, 1994: 59).

Por outro lado, é provável que o riobranquense opte pelo preenchimento do sujeito por meio do pronome pessoal *eles/elas*, por questões coesivas, considerando que esse anafórico funciona como intermediário entre o sujeito precedente e suas correspondentes formas verbais mais distantes. Nesse sentido, associando preenchimento a posicionamento, uma vez que no *corpus* sob análise o pronome *eles/elas* aparece mais freqüentemente em posição preverbal, há evidências de que as correlações de concordância entre os constituintes sujeito anafórico e verbo aumentam.

Já nos resultados de Rodrigues, a CV é mais óbvia quando o sujeito está apagado na oração, o que leva a pesquisadora à seguinte hipótese: “se o sujeito não se encontra na frase, a desinência verbal não é redundante, e as relações entre o verbo e o seu sujeito extrassentencial só podem ser estabelecidas por meio da concordância.”

Segundo Rodrigues (1987: 180-181), com quem concordamos, essa articulação envolvendo as perdas flexionadas dos verbos “não se trata de um fenômeno isolado, mas relacionado com outros fatores, ou estratégias que tendem a compensar a perda do conteúdo informacional dos dados de flexão.” Ao assumir uma posição funcionalista, Rodrigues, estabelecendo relações entre estrutura e comportamento lingüísticos, supõe que a necessidade de preservar o significado pressione o falante a utilizar outros procedimentos lingüísticos para que não haja comprometimento na informação que pretende veicular.

É provável, então, que, no concernente à CV, os resultados diferentes em Rio Branco, comparados com os de São Paulo, sejam explicados, mais uma vez, pelo Princípio de Processamento Paralelo defendido por Scherre (1988: 515): “na relação entre os elementos dentro de um SN e na relação entre SNs no discurso, marcas conduzem a marcas e zeros conduzem a zeros.” Assim sendo, os

nossos dados parecem constituir uma evidência a favor dessa hipótese, pois as marcas de plural são realizadas, redundantemente, no sujeito anafórico e no verbo.

Cumpre-nos, finalmente, ressaltar que a variável constituição do sujeito se correlaciona com a aplicação da regra de concordância verbal nas interações dos riobranquenses, assim como acontece em São Paulo e Belo Horizonte.

Cruzando-se a variável constituição do sujeito por grau de escolaridade, encontramos resultados extraídos do nosso *corpus* que se enfileiram na tabela 18.

TABELA 18: Frequência da aplicação da regra segundo a Constituição do sujeito e Grau de escolaridade.

VARIANTE	ESCOLARIDADE	FREQÜÊNCIA
. Pronome Pessoal	Analfabeto	77 / 125 = 62%
	1ª à 4ª série	120 / 177 = 68%
	5ª à 8ª série	138 / 161 = 86%
. Oculito	Analfabeto	89 / 178 = 50%
	1ª à 4ª série	82 / 157 = 52%
	5ª à 8ª série	127 / 180 = 71%
. N núcleo plural com determinantes marcados	Analfabeto	23 / 57 = 40%
	1ª à 4ª série	26 / 63 = 41%
	5ª à 8ª série	47 / 74 = 64%
. SN com marca de plural só em determinante	Analfabeto	22 / 71 = 31%
	1ª à 4ª série	16 / 51 = 31%
	5ª à 8ª série	14 / 35 = 40%
. sujeito com dois ou mais núcleos	Analfabeto	1 / 9 = 11%
	1ª à 4ª série	1 / 6 = 17%
	5ª à 8ª série	1 / 5 = 20%

CHI- SQUARE FOR TOTALS = 26.601
SIGNIFICANCE = .000

A tabela 18 mostra que, para a maioria das variantes, analfabetos e falantes de até a quarta série do primeiro grau tendem a apresentar os mesmos padrões no que diz respeito à aplicação da regra de CV, relacionada à variável constituição do sujeito. Ao contrário, o processamento da aplicação da regra de CV aumenta quando se trata de escolarizados da 5ª à 8ª série. Entretanto, os pesos percentuais são irrelevantes inclusive para os escolarizados de 5ª à 8ª série,

quando os fatores são SN com marca de plural só em determinante e sujeito com dois ou mais núcleos. Parece que, nesses casos, o falante perde a consciência de pluralidade, portanto, tornando a CV menos óbvia. Uma outra evidência é que, ainda aqui, o Princípio do Paralelismo “Marcas conduzem a marcas” pode estar agindo na CV. Vale ressaltar que, no caso de escolarização das últimas séries do 1º grau, os sujeitos compostos se processaram sempre em posição pós-verbal, e em apenas um caso, os núcleos no singular têm determinantes numerais, como 154. Nesse caso, esperava-se que esse comportamento lingüístico estivesse correlacionado com a repressão escolar, ou seja, ocorresse com a devida forma verbal marcada. Como vimos, isso não ocorreu. A CV também não se processou quando os núcleos apareceram no singular, como se pode observar em 155. Nesse caso, estamos diante de um fenômeno lingüístico cuja concordância é facultativa conforme a gramática normativa com a justificativa de que o verbo pode concordar com o sujeito mais próximo. A nosso ver e pelas conclusões a que chegamos, quando analisamos a variável posicional, o que se correlaciona aí com a não concordância é o fator posposição do sujeito. Apesar desses pequenos inconvenientes, acreditamos que, de modo geral, a variável escolarização se sobrepõe à variável morfossintática. Portanto, podemos concluir que o crescente grau de escolarização se correlaciona com aplicação da regra padrão de CV quando relacionado à variante constituição do sujeito.

(154) *mora seis* mulhé e dois home (012RBHAE)

(155) *foi jogá o Brasil e Rússia* (016RBHUJ)

Passemos a examinar como se comportam as variáveis sociais ou extralingüísticas no processamento ou no cancelamento da concordância verbal na fala dos riobranquenses de baixa renda e na faixa etária de 20 a 35 anos.

6. 5. VARIÁVEL SEXO

6.5.1. Resultados obtidos e comparações com outras pesquisas atinentes à variável sexo

Inicialmente, por ocasião das duas primeiras rodadas, a variável sexo foi descartada nos testes de relevância. Contudo, posteriormente, na terceira rodada, em que foram amalgamados alguns fatores das três variáveis lingüísticas, essa variável social foi selecionada. Assim, uma vez constatada a significância de todas as variáveis, passamos a considerar a variável sexo, em busca de definir como essa variável se comporta enquanto fator relevante para aplicação da regra de CV. Os resultados correspondentes à variável sexo podem ser identificados na tabela 19.

TABELA 19: Frequência e peso relativo da aplicação da regra de CV da variável sexo

VARIANTE	FREQÜÊNCIA	PESO RELATIVO
. homem	282 / 533 = 53 %	.46
. mulher	501 / 808 = 62 %	.53

INPUT .61
SIGNIFICANCE= .045

Conforme a tabela 19, os resultados demonstram que homens e mulheres apresentam resultados bastante aproximados, com uma pequena diferença de 9% em percentagem e .07 de P.R. a favor das mulheres. Embora essa diferença seja insignificante, julgamos precipitado desconsiderar a nossa hipótese, segundo a qual as mulheres tendem a aplicar mais a regra de concordância verbal do que os homens, pois precisaríamos, talvez, alargar o *corpus* desta pesquisa para um julgamento mais seguro. Mesmo assim, relendo as entrevistas, pudemos detectar, através dos depoimentos dos informantes, que as

mulheres vivem em grande maioria confinadas em seus lares, cuidando dos afazeres domésticos. Suas interações fora de casa são muito limitadas: atividades religiosas em igrejas, compras em feiras, postos de saúde, reuniões de pais e mestres, e, raramente, freqüentam escola. Seus laços de amizade se concentram entre parentes e vizinhos. Apenas três trabalham fora de casa. Os homens, por sua vez, todos trabalham fora de casa, mas suas profissões também não lhes conferem maiores privilégios.

A propósito disso, é importante salientar que Carvalho (1997:), em seu trabalho intitulado *A Concordância de Número no Sintagma Nominal na Fala Urbana de Rio Branco*, embora tenha explorado o mesmo *corpus*, utilizado por nós, obteve resultados inversos aos desta pesquisa, com uma pequena diferença, enquanto ela coletou 3001 dados, nós analisamos apenas 1350 construções, o máximo que o *corpus* nos permitiu. Além disso, três dentre os nossos informantes são outros que não os dela. Desse modo, para ela, são os homens que processam muito mais a aplicação da regra de concordância nominal do que as mulheres, em torno de .60 para os primeiros e .42 para as últimas. Isso levou a pesquisadora a fazer um levantamento da profissão de cada informante a fim de encontrar respostas que justificassem tais resultados. Feito isso, supôs que talvez “os homens se aproximam mais da forma de maior prestígio social, pelo fato de terem oportunidade de interagir com outros grupos sociais diferentemente das mulheres que, em sua maioria, vivem apenas para as lides domésticas, interagindo apenas com os vizinhos que também pertencem à classe social baixa”.

Para efeito de comparação, apresentamos, na tabela 20, os resultados obtidos em três cidades brasileiras, respectivamente, em Rio Branco, e São Paulo com Rodrigues e em Belo Horizonte com Nicolau.

TABELA 20: Peso relativo da aplicação da regra de CV de acordo com a variável sexo em Rio Branco, São Paulo e Belo Horizonte.

SEXO	Rio Branco P.R.	São Paulo P.R.	Belo Horizonte P.R.
HOMEM	.46	.47	.39
MULHER	.53	.53	.61

Verificamos, através da tabela 20, a coincidência entre os resultados em Rio Branco e em São Paulo, por isso concordamos com Rodrigues (1987), ao concluir que “a regra da não-concordância verbal está disseminada de maneira homogênea entre os usuários dos sexo masculino e feminino. Contudo, as correlações de CV se evidenciam um pouco mais, nessas duas cidades, quando se trata das mulheres. Já em Belo Horizonte, os resultados mostram que as correlações com a aplicação da regra de CV são bem mais fortes nas interações femininas em detrimento das masculinas, com uma diferença bastante elevada, em torno de .22 de peso relativo. Vale ressaltar que os resultados obtidos pela pesquisadora de Belo Horizonte são decorrentes da combinação de resultados concernentes a variáveis: classe social, estilo de fala e sexo. Assim, Nicolau conclui que as probabilidades de ausência de CV associadas aos homens são superiores às que se “associam as mulheres, nos grupos sociais considerados, e, em todos esses grupos, a diferença em relação ao sexo é significativa”, “apenas no grupo A (=alto padrão de vida) não se verifica diferença significativa em relação à variável sexo, ao se considerar cada estilo de fala isoladamente...” Nicolau (1984:155).

6. 6. VARIÁVEL GRAU DE ESCOLARIZAÇÃO

6.6.1. Resultados e comparações com outras pesquisas de outras regiões brasileiras

Reportando-nos à variável grau de escolaridade, encontramos os resultados na tabela 21 abaixo.

TABELA 21: Frequência e peso relativo da aplicação da regra de CV, de acordo com a Variável Grau de Escolaridade.

VARIANTE	FREQÜÊNCIA	P.R.
. 5ª à 8ª série	328 / 455 = 72 %	.66
. 1ª à 4ª série	245 / 459 = 54 %	.44
. Analfabetos	213 / 441 = 48 %	.40

INPUT .61
SIGNIFICANCE= .045

Os resultados registrados na tabela 21 evidenciam que os informantes das quatro últimas séries aplicam mais a regra de concordância do que os de até a 4ª série do 1º grau e os analfabetos. Como se pode observar, o índice de emprego da concordância entre os falantes dessas duas últimas faixas etárias é muito baixo, com uma irrelevante vantagem de .04 dos da 1ª à 4ª série sobre os analfabetos. De qualquer forma, os resultados vêm ao encontro da hipótese de que a escolarização em nível crescente se correlaciona com a aplicação da regra prevista pela tradição gramatical. Parece-nos convincente que quanto mais alto for o nível escolar, menores são as chances ao uso da variante socialmente estigmatizada, pois a escola se incumba de disseminar as formas de maior prestígio social. Isso foi demonstrado em nossa pesquisa, haja vista a diferença bastante sensível,

em torno de .22 a favor dos escolarizados das quatro últimas séries do primeiro grau, em detrimento das quatro primeiras.

A tabela 22 mostra os resultados de Rio Branco e os de São Paulo:

TABELA 22: Peso relativo da aplicação da regra de CV, de acordo com Grau de Escolaridade: em Rio Branco e em São Paulo.

Escolaridade	Rio Branco P.R.	São Paulo P.R.
. 5 ^a à 8 ^a série	.66	—
. 1 ^a à 4 ^a série	.44	.46
. Analfabetos	.39	.54

Pela tabela 22, constatamos que há equilíbrio entre os resultados obtidos pelos informantes de Rio Branco e de São Paulo, com escolaridade de até a quarta série do primeiro grau. Nesse caso, em ambas as cidades, a regra de CV não se aplica. Digno de atenção é o fato de os paulistanos analfabetos aplicarem um pouco mais a concordância do que os escolarizados das primeiras séries do primeiro grau, mesmo que de modo pouco significativo, o que faz Rodrigues (1987: 207) concluir que “a rápida passagem pela escola não é suficiente para que o falante aprenda as regras de concordância verbal que envolvem” pronome pessoal de terceira pessoa. Ao contrário, os riobranquenses analfabetos aplicam um pouquinho menos a regra do que os de pouca escolarização, mas não o suficiente para discordarmos da pesquisadora de São Paulo.

A seguir, apresentamos o cruzamento resultante das variáveis sexo e grau de escolaridade. Interessa-nos verificar se existe alguma correlação quanto ao processamento de CV entre ambas. Os resultados estão expostos na tabela 23.

TABELA 23: Frequência da aplicação da regra de CV, segundo o fator Sexo e o fator Grau de Escolarização.

VARIANTE	ANALFABETO	1ª a 4ª	4ª a 8ª
Homem	98 / 217 = 45%	95 / 185 = 51%	91 / 137 = 66%
Mulher	115 / 224 = 51%	150 / 269 = 56%	237 / 318 = 75%

CHI - SQUARE FOR TOTALS = 34.242
SIGNIFICANCE = .000

Pela tabela 23, percebemos que homens e mulheres aplicam tanto mais regra de CV do padrão privilegiado quanto mais se eleva o grau de escolarização. Comprovamos, desse modo, que o crescente grau de escolarização é fator que se correlaciona, sobremaneira, com a aplicação de regra de CV para ambos os sexos. Todavia, consistentemente, as mulheres da 5ª à 8ª série aplicam mais a regra do padrão culto de CV do que os homens.

6.7. Considerações sobre a impossibilidade de uma análise do grau de formalismo

Nosso *corpus* não propiciou demarcar a variação estilística pelo maior ou menor grau de formalismo, pois os informantes mantiveram a mesma postura do início ao fim da entrevista, numa conversa menos formal. Talvez isso se deva ao fato de nós pesquisadores (nós e outros) termo-nos concentrado exageradamente em descontrair os informantes, deixando-os muito à vontade, de tal forma que nos esquecemos de criar condições propícias às mudanças de contexto, durante a entrevista. Além do mais, nossos contatos com cada informante foram apenas dois, sendo que o primeiro foi muito rápido, à guisa de aproximação entre os interlocutores a fim de conquistar-lhe a confiança. Na pesquisa de Lemle & Naro, por exemplo, cada informante foi entrevistado até

sete vezes, em diferentes locais, e conseqüentemente em contextos variados. Deste modo foi-lhes permitido trabalhar com o grau de formalismo. Assim, para não comprometer o caráter científico desse trabalho, foi que excluimos essa variável de nossas análises.

A seguir, apresentamos a tabela 24 com os cálculos de aplicação de CV nas 1350 ocorrências das formas verbais correspondentes ao sujeito de 3ª pessoa de plural, após o processo de amalgamação. Esses cálculos passam a compreender agora 18 fatores e não mais 22.

Tabela 24: resultados gerais da aplicação da regra de CV nos 5 grupos de fatores.

Total de ocorrência: 1.350.

Total de frequência de aplicação da regra de CV: 783.

Total de porcentagem de aplicação da regra: 58%.

GRUPO	FATOR E/OU SUBFATOR	NÚMERO DE OCORRÊNCIA	NÚMERO DE APLICAÇÃO DA REGRA	F. APLICAÇÃO DA	PESO RELATIVO
Posição do sujeito	imediatamente antes do verbo	535	354	66	.58
	pré-verbal e separado do verbo	726	414	57	.49
	pós-verbal	89	18	20	.17
Constituição morfofonêmica do verbo	fez/fizeram - trouxe/trouxeram etc.	44	39	89	.88
	falou/falaram - partiu/partiram etc.	172	129	75	.78
	dá/dão - vai/vão - está/estão - é/são etc.	311	234	75	.73
	quer/querem - faz/fazem etc.	107	57	53	.36
	fala/falam - come/comem etc.	716	327	46	.32
Constituição do núcleo do sujeito	pronome pessoal: eles/elas	464	337	73	.65
	oculto: Ø	515	298	58	.51
	núcleos plurais com determinantes marcados	199	96	49	.42
	SNS com marca só no determinante	157	52	33	.22
	dois ou mais núcleos	03	20	15	.11
Sexo	homem	539	284	53	.46
	mulher	811	502	62	.53
Grau de escolaridade	da 5ª à 8ª	455	328	72	.66
	da 1ª à 4ª	454	245	54	.44
	analfabeto	441	213	48	.40

INPUT .61
SIGNIFICANCE= .045

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do português falado, em Rio Branco, por pessoas pertencentes à classe social de baixa renda, permitiu-nos observar que o verbo determinado por um sujeito determinante de 3ª pessoa do plural nem sempre se flexiona no plural, desviando-se dos cânones preconizados pelas gramáticas normativas. Observamos, também, que a falta da concordância está associada às seguintes motivações: posição do sujeito em relação ao verbo, classe morfológica dos verbos, constituição do sujeito, sexo e escolaridade do falante. Assim, a Concordância Verbal, na capital acreana, é regra variável correlacionada a variáveis lingüísticas e extralingüísticas:

1. Evidenciam-se como correlações com a aplicação da regra de Concordância Verbal na fala popular de Rio Branco as seguintes situações:

a) O processo da CV é muito freqüente se o sujeito estiver em posição prototípica SV.

b) Quanto mais próximo estiver o sujeito anteposto ao verbo que com ele se relaciona, tanto maiores são as chances de a Concordância Verbal se efetuar.

c) As formas verbais cujos segmentos fonéticos recebem acento em, pelo menos, um dos morfemas do elemento diferenciador, correlacionam-se fortemente com a aplicação da regra de Concordância Verbal. Essa correlação aumenta ainda mais quando se trata da classe verbal de pretérito irregular, em que a oposição número pessoal se realiza pelo avanço do acento tônico do radical para a vogal temática, com maior grau de abertura da vogal tônica, como em *fez/fizeram*.

d) A presença do pronome *eles/elas* em função subjetiva, no fragmento frasal, é fator que mais se correlaciona com a aplicação da regra de CV, quando se trata da variável constituição do sujeito.

e) A retenção das flexões verbais é mais óbvia quando o sintagma nominal sujeito tem, como núcleo, substantivo de plural ou palavras equivalentes com marcas em todos os seus elementos. Isso não vale para o item 1 quando relacionado aos falantes da 5ª à 8ª série.

2) Quanto aos fatores sociais:

a) A escolarização em nível mais elevado (nesta pesquisa, as quatro últimas séries do 1º grau) aumenta as chances de a CV se processar.

b) As mulheres aplicam mais a CV do que os homens, independentemente da ação escolar.

Por outro lado, correlacionam-se negativamente à aplicação da regra de CV, nas interações do riobranquense, as seguintes situações:

a) A posposição do sujeito se correlaciona fortemente com a não aplicação da regra culta de Concordância Verbal. Do ponto de vista funcional, considerando que há evidência de que a ordem predominante no português atual é SVO, é provável que a inversão do sujeito tenda a aumentar a falta de concordância por questões associadas a possíveis ambigüidades. É que essa inversão acontece, significativamente, com verbos intransitivos que, por sua vez, dispensam objeto, cujo lugar na oração é preenchido, muitas vezes, pelo sujeito. Assim, ocupando posição pós-verbal, o sujeito pode vir a ser interpretado como função de objeto, e se assim o fosse, obviamente, dispensaria a concordância.

b) As formas verbais com incidência tônica na raiz, cujo elemento diferenciador é a desinência átona, correlacionam-se significativamente com a não aplicação da regra padrão de Concordância Verbal. Ressalvam-se os casos que se relacionam com as últimas quatro séries do 1º grau.

Corrobora-se, assim, o princípio defendido por Naro (1980: 166): “o apagamento de um segmento morfêmico é mais provável do que o apagamento de um segmento não morfêmico, se o morfema é redundante”. Por outro lado, o

oposto é verdadeiro. Assim sendo, o princípio da redundância aplica-se, de forma evidente, nos verbos do tipo *fez/fizeram ou fizerum e fizeru*.

Procedendo ao cruzamento entre as variáveis lingüísticas e entre estas e as variáveis sociais, observamos que:

1. Os resultados provenientes do cruzamento entre as variáveis posição do sujeito e grau de escolarização mostram que os pesos percentuais aumentam significativamente nos casos em que o sujeito ocupa posição pré-verbal, notadamente, em posição imediatamente antes do verbo, quando associados aos falantes com escolarização da 5^a à 8^a série do primeiro grau.

2. Os pesos percentuais são bastante elevados e muito próximo entre si, nas posições sujeito imediatamente pré-verbal e sujeito separado, quando relacionados com os pares verbais do tipos *fez/fizeram e falou/falaram*. Ao contrário, a diferença entre essas variantes posicionais aumenta quando se relaciona com os subfatores *dá/dão* e *faz/fazem*. Nos dois casos, as correlações com a CV ficam mais fortes, se o sujeito se coloca imediatamente antes do verbo.

3. No cruzamento entre classe verbal e grau de escolaridade, o princípio da saliência (formas mais perceptíveis marcam formas verbais) se sobrepõe ao grau de escolarização, quando se trata das classes do segundo nível (com acento na desinência). Com efeito, até falantes analfabetos marcam, significativamente, as formas verbais, quando estas apresentam maior diferenciação fônica na oposição singular/plural. Entretanto, a variante escolarização em nível crescente, consistentemente, aumenta as correlações com a CV quando associada às classes verbais do nível com acento na raiz).

4. Homens e mulheres aplicam tanto mais a regra de concordância verbal privilegiada, quanto mais se eleva seu grau de escolarização. Comprovamos, desse modo, que o crescente grau de escolarização é fator que se correlaciona, sobremaneira, com a aplicação da regra de CV para ambos os sexos.

Todavia, consistentemente, as mulheres da 5ª à 8ª série tendem a usar mais a regra do padrão culto do que os homens com idêntico grau de escolarização.

Os dados estudados mostram que fatores internos estão em interação constante com fatores externos de natureza social e situacional. Desse modo, a variação lingüística só é apreendida na sua sistematicidade quando vista em relação ao contexto social. Portanto, a variação lingüística não é aleatória, mas determinada por forças internas e externas à língua.

Assumimos, neste trabalho, uma postura, segundo a qual, uma gramática não se restrinja à explicação de regras, ditando-as em benefício de si mesma; ao contrário, somos favoráveis a que essa gramática deve partir para uma explicação dessas regras, até onde for possível, em termos de funcionalidade no que se relaciona com o modo, segundo o qual elas são usadas para atingir o propósito desses usos. Igualmente, acatamos o postulado de que a língua serve para satisfazer as necessidades comunicativas do homem e que o modo pelo qual ela se organiza não é arbitrário.

As comparações realizadas ao final das análises de cada variável, entre os resultados obtidos nesta pesquisa de Rio Branco e os de Leme & Naro (1977), no Rio de Janeiro, de Nicolau (1984), em Belo Horizonte, de Rodrigues (1987), em São Paulo e de Naro & Scherre, Rio de Janeiro, mostram que, de modo geral, a concordância verbal é regra variável nessas regiões e que essa variação é decorrente de forças internas e externas à língua.

Vale ressaltar que essa comparação se restringe às variantes que foram compatíveis com as selecionadas nesta pesquisa. Assim, resguardadas as características regionais e os objetivos de cada pesquisa, constatamos que os resultados se aproximaram entre si. Todavia houve, também, pontos de discrepância entre eles.

Os resultados, ora apresentados, representam uma pequena amostra de um fato gramatical - a Concordância Verbal - realizada pelo riobranquense de

baixo poder aquisitivo. Através deles, é possível traçar um caminho que conduza a um método de ensino mais produtivo e menos frustrante da regra de Concordância Verbal do padrão culto, revertendo a prática contraproducente à qual o aluno é obrigado a se submeter, principalmente ao se deparar com construções totalmente alheias ao seu desempenho lingüístico. Por isso, endossamos as palavras de Possenti (1996): “O mesmo vale para a variedade padrão do português: mais vale que ela seja dominada, ainda que não descrita, do que apenas descrita”.

Espera-se, portanto, uma postura satisfatória ao ensino/aprendizagem por parte do docente de Língua Portuguesa, isto é, os professores devem tomar para si a incumbência de ampliar a capacidade de comunicação e de expressão do aluno, tarefa que deve ser desempenhada sem discriminar a língua que ele traz do seu grupo social, adquirida através de observação e de convivência, longe de ser ensinada através de regras gramaticais.

Sugerimos que os mecanismos de Concordância Verbal, no modelo elitizado, sejam repassados aos alunos através de freqüentes exercícios, com maior incidência nas questões que coincidem com as condições que não se correlacionam com a aplicação da regra desse modelo, cuja assimilação é indispensável. Por exemplo, insistir na concordância do verbo com o sujeito posposto, e com os subfatores *fala/falam* e *faz/fazem*, etc.

Quando o aluno mostrar mais segurança no domínio dos mecanismos do padrão culto, isto é, quando houver observado as diferentes opções para a realização da CV e estiver consciente de que é dono de uma variedade que se destaca de outra, aí, então os exercícios ou as leituras de texto motivadores para os mecanismos lingüísticos pretendidos pela escola devem ser voltados para as questões em que as correlações de concordância verbo/sujeito são mais óbvias. Por exemplo, os casos de anteposição do sujeito, entre outros. Cremos ser por aí que se deve começar.

7. ANEXOS

ANEXO 1

PESSOAL ENVOLVIDO NAS ENTREVISTAS:

PROFESSORES E ALUNOS DO 5º PERÍODO DE LETRAS

a) PROFESSORES:

1. Dinah de Araújo Rodrigues
2. Jacqueline Rodrigues Paiva
3. Raimunda Coelho de Carvalho

b) ALUNOS DE LETRAS/VERNÁCULO:

1. Aurinete Souza Brasil Freire
2. Ana Paula de Carvalho Medeiros
3. Carla Eliane Felício da Cruz
4. Cleide Bezerra Furtado
5. Disney Costa Dantas
6. Elena Feitosa de Oliveira
7. Eleonora Maria Leite Guimarães
8. Elisângela dos Santos
9. Elza Cristina L. Mesquita
10. Gilson Gomes Bardalles
11. Inês Domingos de Assis Souza
12. Jairo Castro da Penha
13. Lucinéia Aparecida Oliveira da Silva
14. Manoel Estébio Cavalcante da Cruz
15. Maria Auxiliadora Maia Cavalcante
16. Maria Elena Cassiano de Souza
17. Maria José da Cruz Gutierrez
18. Maria do Socorro de Oliveira
19. Marta Luana Moura do Nascimento

20. Maureen Ticiana de Oliveira Barroso

21. Pedro Paulo Rocha de Araújo

22. Regina Maura Lima dos Santos

23. Sheila Maria dos Santos Carvalho

24. Suely de França Vieira

25. Temístocles Batista dos Santos

26. Tércila Machado Lima

27. Vera Lúcia Pires

28. Verônica Coelho Dantas

c) ALUNOS DE LETRAS/INGLÊS:

29. Ana Clívia Leão de Oliveira

30. Aurilucijoni Valente Santana

31. Carlos André Alexandre de Melo

32. Catianregina Machado Alves Pinto

33. Cristine Kelly Figueiredo de Alencar

34. Elias de Lima

35. Francisco Osvanilson Dourado Veloso

36. Heitor de Oliveira da Silva

37. Jalmir Rufino Vieira

38. Janisléia Emília de Souza T.Machado

39. Wilson Azevedo de Souza

d) ALUNOS DE LETRAS/FRANCÊS

41. Carlos Afonso Martins de Lima

42. Danielle Maria Diógenes Leão

43. Elda Martins Silva

40. Francilene da Silva Coutinho

44. Francisca Chagas dos Santos

45. Francisca Jusclaine C. Dourado

47. Gerusa Arruda Rangel

46. Jane de Araújo Medeiros

48. Lea Silva Melo da Silva

ANEXO 2

FICHA DE CATALOGAÇÃO DO INFORMANTE

A) *Dados de identificação do inquérito*

Número: _____

Entrevistador (a): _____

Data de aplicação: _____

Rua: _____

Bairro: _____

B) *Dados fornecidos pelo informante*

1. O informante:

1.1. Nome completo: _____

1.2. Local de nascimento: _____

1.3. Tempo de residência em Rio Branco: _____

1.4. Sexo: _____ Idade: _____ Estado Civil: _____

1.5. Escolaridade:

 Analfabeto 1ª à 4ª série 5ª à 8ª série

1.6. Idade que foi para a escola: _____

1.7. Série (s) que repetiu: _____

1.8. Serviço militar: Prestou Não Prestou

Onde prestou: _____ Duração: _____

1.9. Residência fora de Rio Branco: Sim Não

1.10. Local e tempo de permanência fora de Rio Branco: _____

1.11. Experiência de trabalho: _____

1.12. Onde a exerce: _____

1.13. Renda mensal: _____

1.14. Casa própria: Sim Não

1.15. Tipo de lazer nas horas de folga: _____

OBS.: _____

2. O Pai:

2.1. Nome: _____

2.2. Local de nascimento: _____

2.3. Local de residência: _____

2.4. Profissão: _____

2.5. Ocupação atual: _____

Ocupações anteriores: _____

2.6. Instrução: _____

OBS.: _____

3. A Mãe:

3.1. Nome: _____

3.2. Local de nascimento: _____

3.3. Local de residência: _____

3.4. Profissão: _____

3.5. Ocupação atual: _____

Ocupações anteriores: _____

3.6. Instrução: _____

OBS.: _____

C) Assinatura do Entrevistador (a):

ANEXO 3

ROTEIRO PARA A ENTREVISTA

I. CIDADE E BAIRRO

- Você gosta de morar aqui? Por quê?
- O que falta em seu bairro? Por quê?
- Ah, acontece muitos casos de violência? Então, conta um desses casos para nós.
- E essa casa? É sua ou alugada?
- O aluguel é muito caro?
- Quantas pessoas moram aqui com você?
- Sim, e o seu pai trabalha fora? O que ele faz?
- E sua mãe também trabalha fora ou só em casa?
- E o que é que ela faz em casa? Todo o serviço?
- E você trabalha? Como é que é esse trabalho? Onde fica isso?
- E o patrão, você gosta dele?
- Você está satisfeito com seu salário? Por quê? Quanto você ganha?
- Esse dinheiro é suficiente para todas as despesas pessoais ou da casa?
- Sobra alguma coisa para a cerveja com os amigos no final de semana?
- E por falar em final de semana, o que você costuma fazer dia de domingo? Pesca? Caça?
- Ótimo. Então fala para nós como foi uma pescaria ou caçada ou passeio.
- Falando sobre a cidade de Rio Branco. Você acha que a violência é muito grande aqui? Lembra de algum caso que lhe deixou muito impressionado?

II. SITUAÇÃO ECONÔMICA, POLÍTICA E SOCIAL

- O que você está achando do PLANO REAL?
- Na sua opinião, esse PLANO vai dar certo? Por quê?
- Qual é sua opinião sobre o atraso de salários?
- O que você faria para melhorar a situação do Estado se fosse o próximo Governador?

- O que você está achando da cidade de Rio Branco? Você gosta de morar aqui? Por quê?
- O que você achou da eleição da Marina?
- O que você achou do desempenho do PT nas últimas eleições, principalmente em relação ao Tião e ao Lula?
- Você ficou contente com a eleição para Presidente da República? Por quê?

III. ESPORTE

- Você pratica algum tipo de esporte?
- E o tetra? Você acha que esse título foi importante para nós? Por quê?
- Onde e em companhia de quem você assistiu aos jogos da Copa do Mundo?
- Quais foram os melhores jogadores da Seleção Brasileira? Por quê?
- Quais os melhores momentos da nossa Seleção?
- Quais foram os momentos em que você mais sofreu?
- E o vôlei feminino, você achou justo o resultado final? Por quê?
- Este ano, infelizmente, o nosso esporte não teve só momentos de alegria, como a conquista do tetra. Você lembra da tragédia com o nosso tri-campeão, Ayrton Senna? Como você encarou a morte dele?
- E por falar nisso, você já passou por algum perigo de vida? Ou alguém de sua família?

IV. LAZER E FESTA EM FAMÍLIA

- O que você faz no final de semana?
- Conta como é lá?
- Como vocês comemoram as festas de final de ano?
- O que vocês fazem no Natal?
- Você sabe fazer alguma comida? O quê, por exemplo?
- Como você faz esse prato?

V. COMPORTAMENTO

- Você frequenta alguma igreja? Como é que é lá?
- Como é o movimento jovem (ou o trabalho das senhoras) em sua igreja?
- O que você acha do namoro de hoje?
- Você se preocupa com a AIDS?
- E o aborto? Você concorda? Por quê?
- O que você acha do uso de drogas entre os jovens?
- E a escola? Você acha importante estudar?
- E os professores? Como é que eles são?
- O que você acha do ensino em sua escola?
- Você gosta de Matemática? Por quê?
- Qual é a matéria mais difícil que você acha ou achava?
- O que você pensa sobre o ensino de Português?
- E você se dá bem com essa matéria?
- Você gosta de Português? Por quê?
- Quais são os seus programas preferidos da TV? Por quê?
- E os de rádio? Quais são os que você ouve? Por quê?

Observações para desenvolver o papo:

- Como é que é isso?
- Como isso aconteceu?
- Fale mais sobre isso.
- Ah! Então conta ...
- Legal.
- Ok!
- Sim. muito bem. Então fala.
- Isso é ótimo. Como é que foi mesmo?

ANEXO 4

RELATÓRIO INDIVIDUAL DO ENTREVISTADOR (A)

IDENTIFICAÇÃO DA FITA: Nº

DATA DA IDENTIFICAÇÃO DO INFORMANTE: ____ / ____ / ____

DATA DA REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA: ____ / ____ / ____

ENTREVISTADOR (ES): _____

OBSERVAÇÕES GERAIS:

ANEXO 5: NORMAS PARA TRANSCRIÇÃO

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLIFICAÇÃO*
** Incompreensão de palavras ou segmentos	()	do nível de renda ... () nível de renda nominal ...
** Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	(estou) meio preocupado (com o gravador)
Truncamento (havendo homografia, usa-se acento indicativo da tônica e/ou timbre)	/	e comé / e reinicia
** Entonação enfática	maiúscula	porque as pessoas reTÊM moeda
** Prolongamento de vogal e consoante (como s, r)	:: podendo aumentar para ::: ou mais	ao emprestarem os... éh:: ... o dinheiro
Silabação	-	por motivo tran-sa-ção
** Interrogação	?	e o Banco ... Central ... certo?
** Qualquer pausa	...	são três motivos ... ou três razões... que fazem com que se retenha a moeda ... existe uma ... retenção
** Comentários descritivos do transcritor	((minúscula))	((tossiu))
Comentários que quebram a seqüência temática da exposição; desvio temático	--	... a demanda de moeda -- vamos dar essa notação -- demanda de moeda por motivo
** Superposição, simultaneidade de vozes	ligando as linhas	A. Na _ casa de sua irmã. B. _ sexta-feira? A. fizeram lá ... B. _ cozinham lá?
** Indicação de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto. Não no seu início, por exemplo	(...)	(...) nós vimos que existem ...
Citações literais ou leituras de textos, durante a gravação	“ ”	Pedro Lima ... ah escreve na ocasião ... “O cinema em língua estrangeira não precisa de nenhuma barREira entre nós”...

* Exemplos retirados dos inquéritos NURC/SP nº 336 EF e D².

** Indicam as normas que foram utilizadas no presente trabalho.

OBSERVAÇÕES:

1. Iniciais maiúsculas: só para nomes próprios ou para siglas (USP etc.)
2. Fáticos: *ah, éh, eh, ahn, ehn, uhn, tá* (não por *está: tá? Você está brava?*)
3. Nomes de obras de obras ou nomes comuns estrangeiros são grifados.
4. Números: por extenso.
5. Não se indica o ponto de exclamação (frase exclamativa).
6. Não se anota o *cadenciamento da frase*.
7. Podem-se combinar sinais. Por exemplo: *oh:::...* (*alongamento e pausa*)
8. Não se utilizam sinais de *pausa*, típicos da língua escrita, como ponto-e-vírgula, ponto final, dois pontos, vírgula. As reticências marcam qualquer tipo de *pausa*, conforme referido na *Introdução*.

FONTE: PROJETO NURC/SP, 1993.

9. No presente trabalho, usa-se /N/ para marcar a despalatalização.
Ex.: colônia - coloNa, galinha - galiNa.

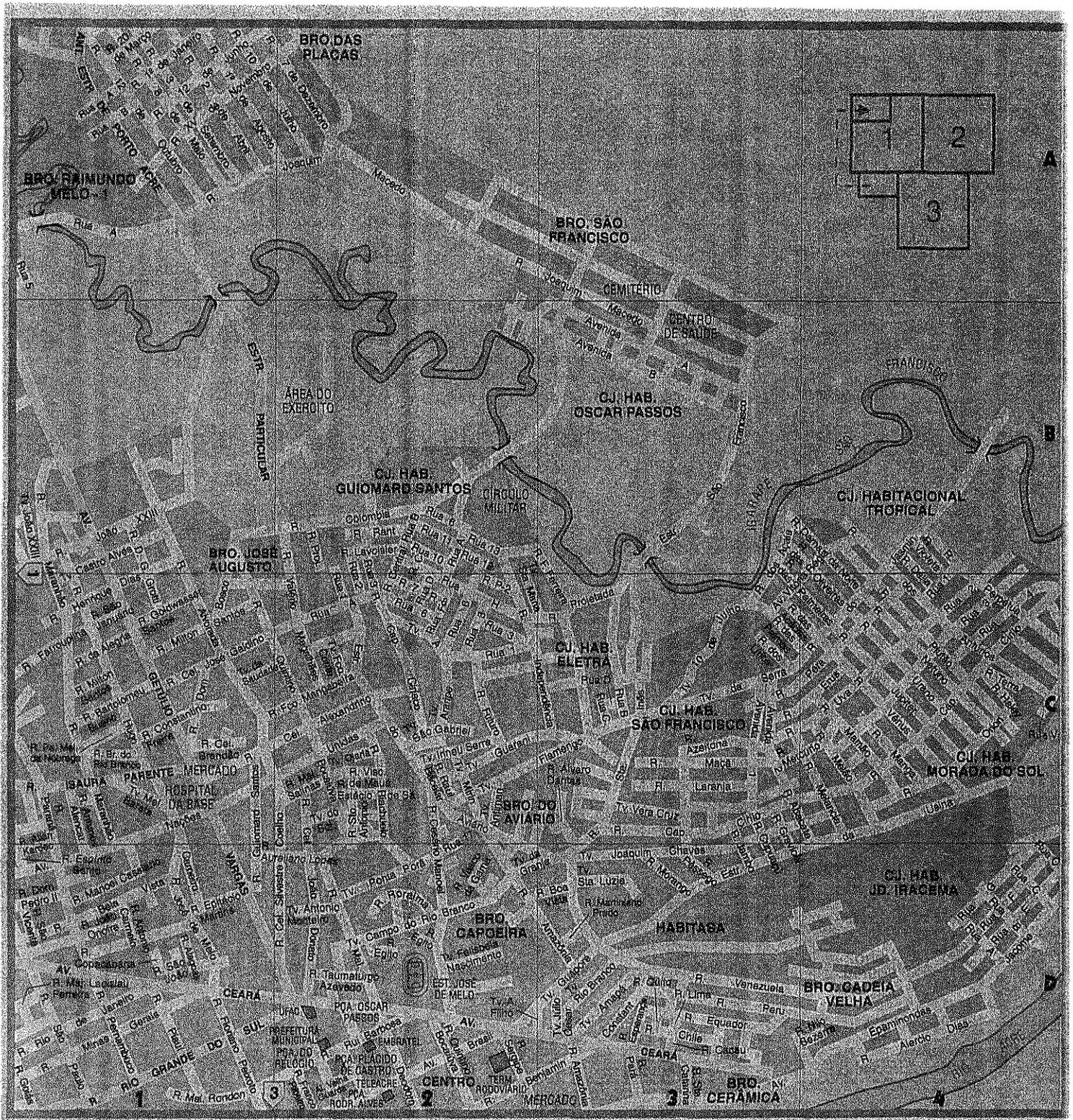
* RIO BRANCO *

* MAPA Nº 01 *



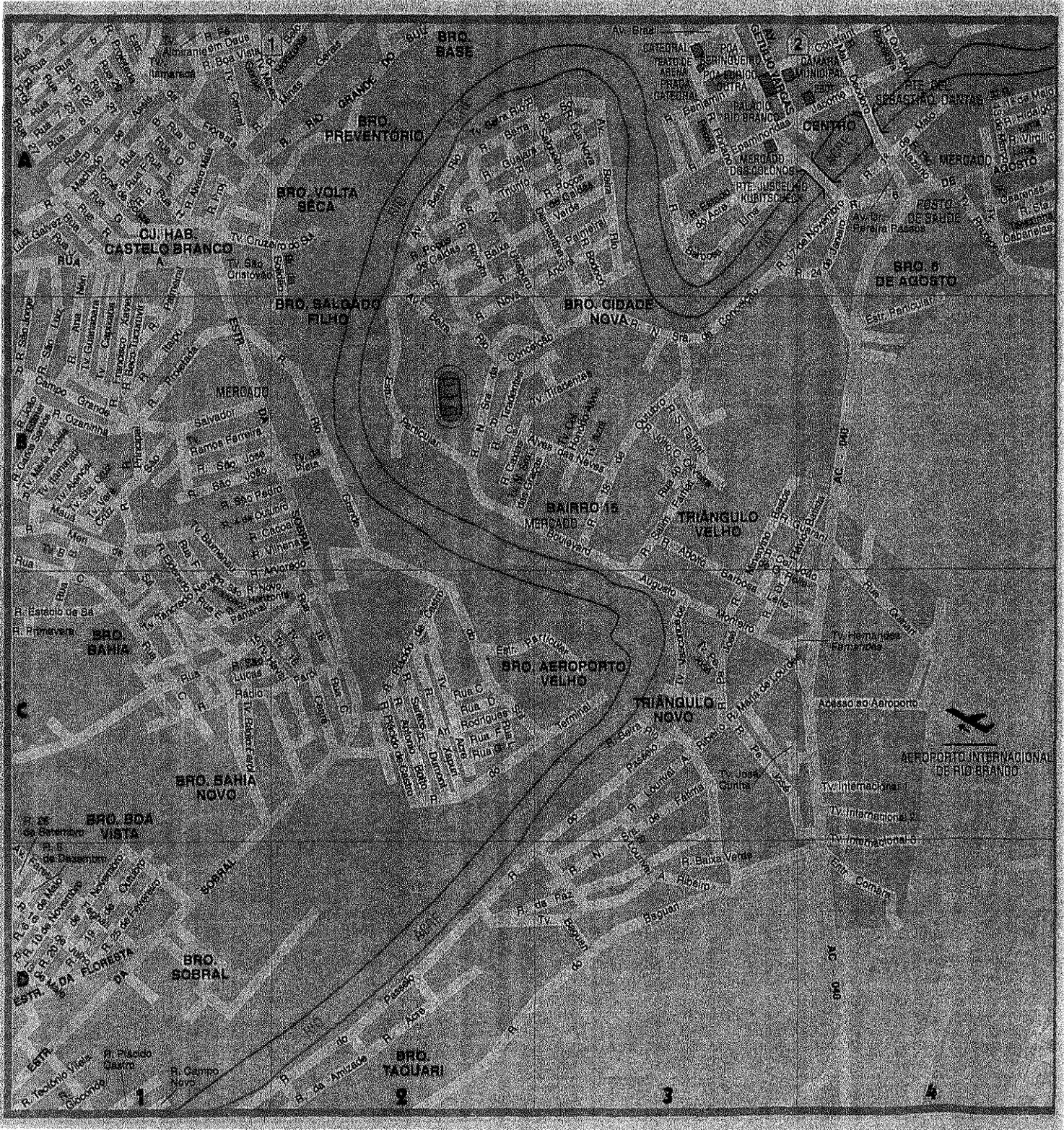
* RIO BRANCO *

* MAPA Nº 02 *



* RIO BRANCO *

* MAPA Nº 03 *



ESTADO DO ACRE - MAPA Nº 4

TÍTULO:
MAPA POLÍTICO

DATA: DEZEMBRO / 95

LEGENDA

LOCALIDADES

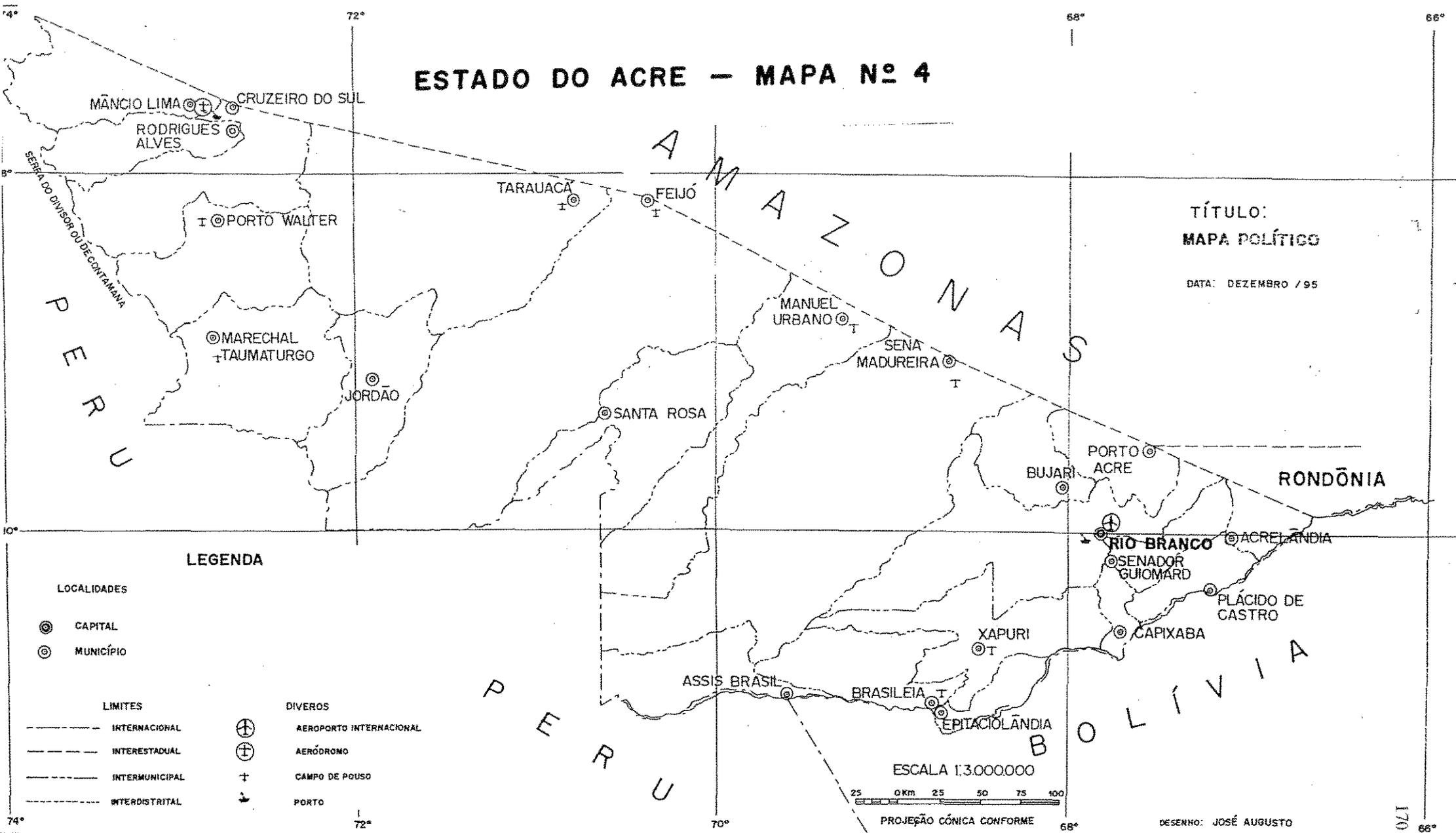
- ⊕ CAPITAL
- ⊙ MUNICÍPIO

LIMITES

- INTERNACIONAL
- INTERESTADUAL
- INTERMUNICIPAL
- INTERDISTRITAL

DIVERSOS

- ⊕ AEROPORTO INTERNACIONAL
- ⊕ AERÓDROMO
- + CAMPO DE POUSO
- ⚓ PORTO



ESCALA 1:3.000.000

25 0 Km 25 50 75 100

PROJEÇÃO CÔNICA CONFORME

DESENHO: JOSÉ AUGUSTO

8. SUMMARY

Verbal agreement in spoken Brazilian Portuguese has been viewed as a variable rule. Evidence in favor of this view is provided by the variety of Portuguese spoken in Rio Branco, the capital city of the state of Acre, in the Amazon.

Having as theoretical basis the principles of Quantitative Sociolinguistics, this work discusses the variation in verbal agreement with third person plural subjects, which correlates with both linguistic and extralinguistic factors. The data base is recorded oral speech of inhabitants of Rio Branco of lower class and of about the same age.

The variation process is highlighted by means of the analysis of the data derived through the use of the Varbrul 2 program.

The linguistic factors found to strongly correlate with the application of the verbal agreement rule, in the speech of the subjects, are the verb-subject position, and the phonetic saliency in the singular/plural opposition. The extralinguistic factor considered, namely level of schooling, has also proved to play an important role in the application of the rule.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALI, M. SAID *Gramática histórica da língua portuguesa*, Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1971.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática do português*. São Paulo: Nacional, 1982.
- BENVENISTE, Emile. *Problemas de lingüística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1991.
- BERLINCK, Rosane de Andrade. *A construção VSN¹ no português do Brasil: uma visão diacrônica do fenômeno da ordem*. In TARALLO, Fernando (org). *Fotografias sociolingüísticas*. São Paulo: Pontes, 1989.
- BORTONI, Stella Maris Ricardo. *A concordância verbal em português: um estudo de sua significação social*. In: *Ensaaios de lingüística aplicada ao português*. Brasília: Thesaurus, 1981. P. 79-101
- BRAGA, Maria Luiza. *A concordância de número no sintagma nominal do Triângulo Mineiro*. Rio de Janeiro, PUC/RJ, Departamento de Letras e Artes: 1977. 88p. Dissertação de Mestrado, inédito.
- BÜHLER, Karl. *Sprachtheori*. Iena, 1931.
- CÂMARA JR, J. Mattoso. *Contribuição à estilística portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1977.
- _____. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.
- CARONE, Flávia. *O desemprego lingüístico dos candidatos ao vestibular: concordância verbal*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, 1976.
- CARVALHO, Raimunda Coelho de. *A concordância de número no sintagma nominal na fala urbana de Rio Branco*. Campinas, UNICAMP/UNIR: 1977. Dissertação de Mestrado, inédito.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (org.) *Gramática do Português falado*. Campinas: UNICAMP/FAPESP, 1990.
- CHOMSKY, Noan. *Aspects de la théorie syntaxique*. Paris: Editions du Séuil, 1971.

- CUNHA, Celso Ferreira. *Gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- DIAS, Epiphany S. *Sintaxe histórica portuguesa*. Lisboa: Clássica Editora, 1970
- DIK, Simon. *Functional grammar*. In: GERBRUERS, R. S. C. *Dik's functional grammar: a pilgrimage to Prague?* Dordrecht: Foris, 1981
- DU BOIS, Jean. (org) *et al. Dicionário de lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1978
- _____. *Competing motivations*. In Haiman, John. *Iconicity in syntax*. Amsterdã: John Benjtiming, 1985, p. 342-65.
- EGGIN, Suzanne. *An introduction to systemic functional linguistics*. London: Printer Publishers, 1994.
- FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica*. São Paulo: Ática, 1991.
- FISCHIMAN, Joshua A. *Sociolinguistique*. Bruxelles/Paris: Labour Nathan, 1971.
- FUNAI: 1973.
- GALVES, Charlotte. *Pronomes e categorias vazias no português do Brasil*. *BOLETIM ABRALIN* N° 15 - Comunicações coordenadas, 1994.
- GERBRUERS, R. S. C. *Dik's functional grammar: a pilgrimage to Prague?* Dordrecht: Foris Publication, 1981.
- GNERRE, M. *A linguagem escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- GOULART, A. Taranto. & SILVA, O. V. *Estudo dirigido de gramática histórica e teoria da literatura*. 2 ed. São paulo: Editora Brasil s/d
- GRACIOSA, Maria Diva. *Concordância verbal na fala culta carioca*. UFRJ, Rio de Janeiro, 1991, dissertação de Mestrado, inédito.
- GRYNER, Helena. *A variação de concordância com verbos pessoais na cidade de Petrópolis*. Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de Letras: 1977. 139p
Dissertação de Mestrdo, inédito.
- GUY, Gregory R. *Linguistic variation in Brazilian portuguese: aspects of the phonology, syntax, and language history*. Ph. D. Dissertation. University of Pensylvania, 1991. 391 p. Mimeo.
- HALLIDAY, Michael A. K. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1985.

ILARI, Rodolfo. *Temas em funcionalismo: da organização temática ao processamento cognitivo*. *BOLETIM ABRALIN*, nº 19, 1996, Maceió p. 39-49.

IBGE. *Contagem da População*, 1996.

LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972a.

_____. *Contraction deletion, and inherent variability of the English Copula*. *Language* 45 (4): 715-62, 1969.

LEMLE, Miriam & NARO Antony J. *Competências básicas do português*. Rio de Janeiro, MOBREAL : Fundação Ford, 1977.

_____. *Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa*. In LOBATO, L. (Org). *Linguística e ensino do vernáculo*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1978/1979.

LIMA, Carlos Henrique Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 19 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

LINS, Álvaro & HOLANDA, A. Buarque. *Roteiro literário de Portugal e do Brasil*. Antologia da língua portuguesa. vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1966.

LOPES, E. *Fundamentos da lingüística contemporânea*. São Paulo, Cultrix, 1976.

MATEUS, Maria Helena Mira *et al.* *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1983.

MATEUS, M. H. M. & XAVIER, M. F. *Dicionário de termos lingüísticos*. vol. II. Lisboa: Cosmos, 1992.

MELO, Gladstone Chaves de. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1978.

MOLICA, M. Maria Cecília (org). *Introdução à sociolingüística variacionista*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.

_____. *Questões e problemas - Iconicidade e mudança em línguas de sinais*. D.E.L.T.A., Vol.11, n. 1, 1995 (161 -168)

_____. *Por uma sociolingüística aplicada*. D.E.L.T.A., Vol. 9, n. 1, 1993.

_____. *Funções diferentes de "variantes" ou equivalência semântico-funcional em variação*. *BOLETIM ABRALIN* n. 15 - Mesa-redonda, 1994

- MOTTA, Eremita Cunha de Miranda. *Escolarização e variação lingüística*. Unicamp, Campinas, 1979. Dissertação de Mestrado, inédito.
- NARO, A. J. "The social and Structural Dimensions of a Syntactic Change." *Language* 57 (1) 1981.
- _____. & LEMLE, Miriam. *Sintaxe diffusion*. *Ciência e Cultura*, 29(3): 259-68, 1977
- NARO, A. J. & SCHERRE, M. M. P. *Influência de variáveis escalares na concordância verbal*. A publicar.
- NEVES, M. H. M. *Uma visão geral da gramática funcional*. Alfa, São Paulo, 38:109-127, 1994.
- _____. *A gramática de usos é uma gramática funcional*. BOLETIM ABRALIN nº 19, 1196, p. 27-38.
- _____. *A gramática funcional*. BOLETIM ABRALIN nº 15, 1994, p.67-73.
- NICHOLS, Johanna. Functional theories of grammar. *Annual Review of Anthropology*, 1984.
- NICOLAU, Eunice Maria das Dores. *A ausência de concordância verbal em português: uma abordagem sociolinguística*. Belo Horizonte, 1984. Dissertação de Mestrado, inédito.
- NINA, Terezinha de Jesus de Carvalho. *Concordância nominal/verbal do analfabeto da Micro-Região Bragantina*. Porto Alegre: 1980. Dissertação de Mestrado. No prelo.
- PINTZUK, Susan. *VARBRUL programs*. 1988. mimeo.
- PONTES, Eunice. *Sujeito: da sintaxe ao discurso*. São Paulo: Ática, 1986.
- POPLACK, Shana. *Function and process in variable phonology*. Ph. D. Dissertation, University of Pennsylvania Press, 1979.
- POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. São Paulo: ALB, Mercado de Letras, 1996.
- RODRIGUES, Ângela Cecília de Sousa. *A concordância verbal no português popular em São Paulo*. USP, São Paulo: 1987. Tese de Doutorado em Letras, inédito.

- _____. *Concordância verbal no português falado no Brasil: uma abordagem funcionalista*. BOLETIM ABRALIN nº 15 - Comunicações coordenadas, p. 115 - 121.
- SANKOFF, Gilian. "A quantitative paradigm for the study of communicative competence". In: RODRIGUES, A. C. S. *A concordância verbal no português popular em São Paulo*: São Paulo, 1987.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1971.
- SCHERRE, Maria. Marta. Pereira. *A regra de concordância de número no sintagma nominal em português*. Rio de Janeiro: PUC, 1978. Dissertação de mestrado, inédito.
- _____. & NARO, A. J. *Duas dimensões do paralelismo formal na concordância verbal no português popular do Brasil*. D.E.L.T.A., vol.9, n.1, 1993.
- SEBRAE, *Perfil sócio-econômico da cidade de Rio Branco*. 1991
- SENNA, Luís Antonio Gomes. *Modelos mentais na linguagem prechomskyana*. D.E.L.T.A., vol 2 194: 339/ 372.
- SILVA, G. M. O. E. PUC/ RJ. *Um caso de definitude*. Programa de Estudos do Uso da Língua. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991 (a publicar)
- _____. *Apresentação da mesa redonda sobre a visão da variação na sociolingüística*. I Congresso Internacional da Associação Brasileira de Lingüística - ABRALIN. Salvador, 1994. Mimeo.
- _____. SCHERRE, Maria M. P. (Orgs). *Padrões sociolingüísticos: Análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, UFRJ, 1996.
- SILVIA, M. C. P. de Sousa e. & KOCH, I. Villlaça. *Lingüística aplicada ao ensino de português: morfologia*. São Paulo: Cortez, 1885.
- SILVA, V. L. P. O caso dos pronomes-sujeito. BOLETIM ABRALIN, Nº 15 - Mesa Redonda. 1994.
- SILVEIRA, Sousa da. *Lições de Português*. Rio de Janeiro: Presença, 1983.
- SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Ática 1986.
- TARALLO, Fernando L. *A pesquisa sociolingüística*. São Paulo: Ática, 1985.

_____. *Fotografias sociolingüísticas*. (org.) São Paulo: Pontes, 1989.

TRUDGILL, Peter. *Sociolinguistics: an introduction*. Great Britain: Penguin Books, 1974.

WEINREICH, U. LABOV, W. & HERZOG M. Empirical foundations for a theory of language change. IN: W. P. LEHMANN & C. MAKIEL (org.). *Directions for historical linguistics*. Austin, University of Texas Press, 1968. (D.E.L.T.A., vol.11, n. 1, 1995, (161 -168).